



# As redes por elas mesmas

## REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA



AGÊNCIA DE  
DESENVOLVIMENTO  
SOLIDÁRIO





**UNICAFES**  
União Nacional das Cooperativas da  
Agricultura Familiar e Economia Solidária



# Sumário

## As redes por elas mesmas

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>ASSOCENE</b> REDES DE COOPERAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE	<b>8</b>
<b>CEADES</b> INSTITUTO DE ESTUDOS E ASSESSORIA AO DESENVOLVIMENTO	<b>14</b>
<b>CEAGRO</b> CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA	<b>22</b>
CENTRO FEMINISTA <b>8 DE MARÇO</b>	<b>26</b>
<b>ICODERUS</b> INSTITUTO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	<b>30</b>
REDE <b>XIQUE XIQUE</b> DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA	<b>35</b>
<b>IMCA</b> INSTITUTO MORRO DA CUTIA DE AGROECOLOGIA	<b>41</b>
<b>IMS</b> INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE	<b>49</b>
REDE DE SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	<b>56</b>
<b>IPÊS</b> INSTITUTO SOCIOCULTURAL, AMBIENTAL E TECNOLÓGICO	<b>59</b>
INSTITUTO <b>KAIRÓS</b>	<b>62</b>
<b>GUAYÍ</b> DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E SOLIDARIEDADE	<b>66</b>
<b>MOC</b> MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	<b>72</b>
<b>UNAS</b> UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES DOS MORADORES DE HELIÓPOLIS E REGIÃO	<b>77</b>
<b>UNISOL BRASIL</b> CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	<b>80</b>
<b>UNICAFES</b> UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA	<b>84</b>
CENTRO DE CAPACITAÇÃO <b>ZUMBI</b> DOS PALMARES	<b>90</b>



**UNAS**  
**HELIÓPOLIS**

O projeto **Redes solidárias: passos para a sustentabilidade**, da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, faz parte das ações de políticas públicas no campo da economia solidária, de acordo com o Edital de Chamada Pública SENAES/MTE nº 004/2012, com ações de abrangência regional e nacional.

A ADS atuou na definição de estratégias de planejamento de redes de cooperação solidária na articulação e na mobilização das redes de cooperação nos seus territórios. Aqui nos referimos às redes que estiveram no âmbito do projeto, entendendo que muitas outras existem espalhadas pelo Brasil.

A atuação da ADS foi de suporte às redes de cooperação solidária, visando alinhar informações e estimular ou promover o intercâmbio entre as entidades, nivelar as informações de acordo com as experiências individuais ou locais, promover a reflexão sobre o trabalho das redes de cooperação, e, por fim, a identificar instrumentos e procedimentos de gestão para a sustentabilidade das redes de cooperação e seus empreendimentos.

Os resultados do projeto podem ser conferidos pelas dez publicações resultantes do desenvolvimento das fases:

### Seis cadernos temáticos

- 1) O que são redes;
- 2) Como montar e estruturar redes de cooperação solidária;
- 3) Instrumentos de gestão de redes e cadeias produtivas;
- 4) Agricultura familiar e a economia solidária;

- 5) Mulheres e a economia solidária; e
- 6) Juventude e economia solidária.

- Uma publicação sobre balizamento conceitual e metodológico de redes de cooperação solidária.
- Uma publicação sobre de estratégia de redes de cooperação solidária.
- Uma publicação sobre de articulação e mobilização de redes de cooperação solidária.

Esta publicação fecha o escopo da proposta apresentando algumas das redes que fizeram parte do projeto. A ideia foi dar, de forma direta, voz às redes que atuaram no âmbito do Projeto. Os textos que seguem nesta publicação foram produzidos pelas próprias redes, a partir de sua história e sua experiência. Coube à equipe da ADS formatar o conjunto de textos para viabilizar sua publicação.

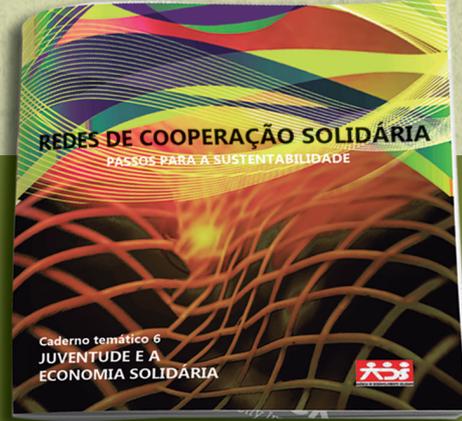
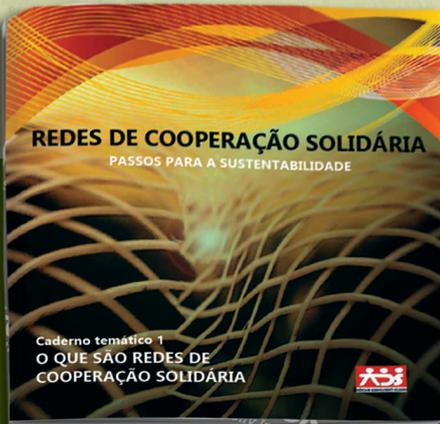
Algumas redes não puderam enviar seus textos devido a diversos motivos, principalmente pelo fato de muitos dos projetos dessas redes já haviam se encerrado, com a conseqüente desmobilização das equipes, quando foi feito o pedido para a publicação.

A **Agência de Desenvolvimento Solidário** agradece a todas as redes e participantes envolvidos neste projeto, que teve duração de três anos, trouxe e trará benefícios à milhares de pessoas que se organizam em cooperativas e redes. Espera-se que as experiências organizativas se multipliquem, fomentando bases para um país mais justo e solidário.

# Projeto Redes de Cooperação Solidária

Empreendimentos Econômicos Solidários aprendendo e compartilhando experiências e resultados

Publicações produzidas a partir do projeto REDES





## ASSOCENE REDES DE COOPERAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE

André Vasconcellos

**E**ste artigo resulta das atividades de assessoramento continuado prestado pela Assocene<sup>1</sup> a grupos de empreendimentos da economia solidária e suas redes de cooperação, realizadas a partir da parceria com a Senaes/MTE. Conta, ainda, com as reflexões e contribuições dos encontros nacionais coordenados pela ADS-CUT, em que foram discutidas, entre outras temáticas, as estratégias de integração das entidades de apoio e fomento da economia solidária, criando um ambiente permanente e propositivo para socialização conceitual e metodológica das ações de estruturação e fortalecimento das redes solidárias no Brasil.

O conjunto de ações desenvolvidas por essas organizações da sociedade civil contribuiu significativamente para ampliar o debate sobre a sustentabilidade nos processos de organização e gestão das redes de empreendimentos. A relevância da escolha dessa abordagem estratégica está respaldada na efetividade da sua contribuição ao conhecimento e às práticas solidárias, relatadas nas diversas experiências descritas nesta publicação da ADS-CUT.

Os resultados dos diversos projetos executados durante o período de 2012-2017, articulados pela chamada pública de apoio e fortalecimento às redes, foram possíveis graças às circunstâncias históricas e políticas fomentadas a partir de 2003 com a criação da Senaes. Foi nesse pouco tempo, mas de muita convergência de ações, que se construiu as bases legais para a implantação da **Política Nacional de Economia Solidária**.

No contexto desse debate efetivou-se as parcerias com a sociedade civil na implementação de um conjunto coordenado de ações para a sustentabilidade dos empreendimentos e sua organização em redes de produção, beneficiamento, comercialização e consumo solidário de bens e serviços.

No período de 2012 a 2017, a Associação de **Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene)** desenvolveu ações de assessoramento técnico, propondo e executando metodologias participativas para o planejamento dos EES organizados, ou em processo de organização, na forma de redes. Tal iniciativa teve como importante foco atender às demandas dos empreendimentos solidários no fortalecimento da gestão social e da sustentabilidade econômica, bem como promover a sua adequada inserção e governança nas cadeias produtivas territoriais.

Assim, o grande desafio do projeto foi identificar, sistematizar e propor aos empreendimentos solidários a reflexão sobre alternativas para solucionar as principais dificuldades nos processos de organização, gestão, produção e comercialização, por meio do desenvolvimento de instrumentos capazes de promover a sua eficiência e reprodução.

Para isso, os serviços de assessoramento propostos pela Assocene foram estruturados em três eixos estratégicos:

- a) Instalação de bases territoriais de assessoria técnica continuada;

---

1. A Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste – Assocene – foi fundada em 30/09/1974 com o objetivo de apoiar e fortalecer o movimento associativista e cooperativista no Nordeste. Recentemente, ampliou sua atuação para as demais regiões, construindo uma estratégia de apoio ao desenvolvimento baseada em um amplo processo de qualificação profissional, de aprendizados, de assessoramento e de implantação de ações estruturantes para construção do desenvolvimento sustentável e solidário.



**b)** Elaboração de metodologias participativas específicas para a construção dos instrumentos do planejamento das redes; e,

**c)** Articulação dos empreendimentos para elaboração participativa de estudos propositivos de sustentabilidade econômica e planos de reordenamento das cadeias produtivas das redes de cooperação.

Entre as possibilidades de organização dos empreendimentos solidários, o **Projeto Senaes/Asso-cene** optou pelo formato de redes territoriais constituídas a partir de arranjos produtivos, sobretudo pela capacidade de mobilizar uma grande diversidade de grupos que já trabalham de forma coletiva, ou seja, de criar possibilidades para estabelecer múltiplos laços de cooperação, interligando serviços, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização, consumo e crédito solidário.

As bases de assessoramento foram, então, formadas por assessorias locais, sediadas nos territórios e qualificadas para desempenhar atividades de apoio técnico aos empreendimentos e às redes. No aspecto operacional, essas bases desenvolveram um conjunto de atividades planejadas de forma coletiva, focadas nas principais demandas dos empreendimentos, trabalhadas nas rodadas de diálogos e no cadastramento.

As atividades realizadas pelas bases, comuns aos territórios, podem ser relacionadas nos seguintes grupos de ações:

- a)** Apoio à estruturação e organização das redes;
- b)** Assessoria aos empreendimentos nos processos participativos de construção dos instrumentos do planejamento;
- c)** Contribuir nos encontros de elaboração, negociação de apoio financeiro e implementação dos projetos executivos orientados para a sustentabilidade dos EES; e,
- d)** Apoio na gestão de espaços físicos e equipamentos destinados à comercialização, no acesso às compras governamentais e aos mercados diferenciados.

Um resultado importante dos serviços de assessoramento pode ser verificado no estabelecimento do processo de interlocução e apoio técnico continuado. Sua importância está na proposição de um diálogo estruturado com os grupos de empreendimentos que são representativos nos territórios, com o propósito de entender a diversidade de estágios de desenvolvimento que se encontram, e identificar as condições necessárias para sua sustentabilidade.

Assim, as ações das bases de assessoria foram executadas na compreensão de que os processos de constituição, fortalecimento e consolidação da organização dos EES em redes devem, sobretudo, procurar ampliar resultados a partir da implementação dos seus instrumentos de planejamento. Os planos de cadeias e planos de sustentabilidade contribuem de forma efetiva para desenvolver e qualificar a capacidade instalada desses empreendimentos em implantar as melhores alternativas para a superação das dificuldades que limitam o seu processo de desenvolvimento.

Para qualificar as demandas específicas dos empreendimentos foram adotados alguns procedimentos metodológicos. O primeiro passo consistiu na identificação dos empreendimentos, formais ou informais, que participam de um mesmo arranjo produtivo. Esses empreendimentos são articulados pelas bases territoriais para adesão ao projeto e cadastramento<sup>2</sup>, seguindo o modelo proposto pela Senaes.

O segundo passo compreende a priorização das redes já constituídas. Para os grupos de empreendimentos que ainda não se encontravam organizados em redes, as bases de assessoramento orientaram e estimularam a sua formação. Nesses casos, o processo de formação das redes consiste em etapas mínimas a serem adotadas, tais como: definição dos elementos que caracterizam a

2. As bases de informações para identificação foram o Cadastro de Empreendimentos da ASSOCENE; consultas realizadas a base de dados da SENAES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES); empreendimentos participantes dos Fóruns Estaduais, Colegiados Territoriais, Cooperativas e Associações da economia solidária entre outras instancias de participação dos EES, sindicatos e movimentos sociais.

identidade da rede; mapeamento dos empreendimentos que se identificam com as características da rede em formação; articulação dos empreendimentos através de encontros, reuniões ou oficinas para definição de objetivos, metas, resultados a serem alcançados e da estrutura organizacional da rede.

O terceiro passo consiste no diagnóstico situacional de desenvolvimento da rede. Nessa etapa, são organizadas

as informações e dados registrados a partir de diálogos coletivos com os grupos de empreendimentos que compõem a rede de cooperação, organizada ou em processo de formação. Esses dados vão subsidiar a quarta etapa/ passo, ou seja, a análise propositiva para o realinhamento das relações, do funcionamento e da autogestão da rede, culminando com a pactuação de uma agenda mínima para a continuidade das ações e estratégias propostas.

## Instrumentos do planejamento dos EES e suas redes

O **Plano Territorial de Cadeias Produtivas** é direcionado às redes organizadas e/ou em processo de organização. É um instrumento que procura oferecer os elementos técnicos para pensar e propor ações que permitam ampliar e qualificar a inserção dos empreendimentos solidários em todas as dimensões da cadeia produtiva: produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo solidário. Apresenta um conjunto de estratégias e compromissos resultantes dos acordos coletivos compartilhados entre os diversos empreendimentos solidários.

A elaboração desses planos implica na instalação de um processo permanente de qualificação, ou seja, devem ser atualizados na medida em que atingem os resultados que foram inicialmente projetados, refletindo as especificidades da cadeia produtiva e materializados nos vários ciclos de gestão dos empreendimentos em redes. Nesta dinâmica de construção dos planos são definidas as prioridades para o desenvolvimento das redes de cooperação num dado período de tempo.

Durante a execução do Projeto Assocene/Senaes foram elaborados 28 planos territoriais de cadeias produtivas das redes nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (**Quadro 1**).

Os planos de cadeia são orientados às ações de mobilização/organização/gestão dos EES para o redirecionamento de recursos humanos e financeiros em ações produtivas que sejam estratégicas e de resultados na consolidação das relações econômicas solidárias. Desta forma, objetiva ampliar a capacidade de coordenação e governabilidade nas cadeias produtivas e estimular a redistribuição dos valores nelas geradas.

Esses documentos técnicos procuram identificar especificidades do conjunto de empreendimentos, visando ampliar as relações solidárias para a cooperação no âmbito da produção, do beneficiamento, do acesso aos canais de distribuição, de comercialização e do consumo.

Para alcançar os resultados desejados na proposição

dos estudos de cadeias é preciso garantir que os empreendimentos se apropriem do processo de construção, dominem a lógica e as estratégias que serão propostas para o reordenamento da cadeia produtiva na qual estão inseridos. Assim como, para dar continuidade ao processo de implementação dessas ações, é necessário constituir nos territórios grupos específicos de trabalhos (comitês, comissões, câmaras temáticas) formados por representantes dos empreendimentos em rede. Essas comissões devem manter articulação com as instâncias representativas das políticas públicas nos seus territórios.

Os encontros participativos estabelecidos na metodologia de construção das cadeias produtivas proporcionam as condições para a compreensão do processo por parte dos empreendimentos, mas não garantem sua efetividade se não houver o assessoramento técnico continuado na sua implantação. É indispensável atentar para o fato de que as cadeias produtivas compreendem dinâmicas específicas que as organizações dos empreendimentos ainda pouco conhecem, mas que precisam dominar para criarem novos mercados e/ou se inserirem nos mercados existentes de forma propositiva, autônoma e solidária.

Para melhor compreender a metodologia desenvolvida para a elaboração das cadeias produtivas, apresenta-se a seguir as principais etapas realizadas nesses estudos propositivos:

- 1) Definição dos empreendimentos econômicos solidários que participarão da etapa inicial de implantação da rede de cooperação e do planejamento da cadeia produtiva.
- 2) Priorização das cadeias produtivas objeto de elaboração dos planos, após identificadas as redes de empreendimentos.
- 3) Elaboração do perfil da rede territorial de cooperação e identificação das organizações com capacidade de se tornarem referências para sua estruturação.
- 4) Diagnóstico, análise e descrição da estrutura da

**Quadro 1 Planos Territoriais de Cadeias Produtivas das Redes de Cooperação**

Estado	Território	Plano de Cadeia / Redes
Pernambuco	Mata Sul	Aquicultura
		Banana Comprida
		Pesca Artesanal
		Agroecologia
		Artesanato
		Reciclagem
		Fruticultura
		Raízes e Tubérculos
		Apicultura
		Coco
Paraíba	Borborema	Maracujá
		Fruticultura
		Renda Renascença
		Apicultura
	Mata Sul	Turismo Rural
		Fruticultura
		Avicultura
		Hortifrutigranjeiro
Rio Grande do Norte	Sertão do Apodi	Raízes e Tubérculos
		Cajucultura
		Apicultura
		Bovinocultura
		Ovinocaprinocultura
	Mato Grande	Piscicultura
		Apicultura
		Mandiocultura
		Hortifrutigranjeiro
		Caprinovinocultura

cadeia produtiva<sup>3</sup>, sua organização e funcionamento no território. Essas informações sistematizadas são as bases para a definição das estratégias que motivarão o rearranjo da cadeia produtiva com foco nas redes.

5) Proposição e priorização das estratégias de reorganização da cadeia produtiva dos empreendimentos em rede no território.

6) Elaboração do plano estratégico de estruturação/ fortalecimento da cadeia produtiva territorial baseada na rede de empreendimentos.

7) Identificação dos pré-projetos executivos de investimentos e custeio para negociação de parcerias. Apresentação das propostas de intervenção de acordo com as estratégias identificadas na análise

projetiva, estimativa de recursos para custeio/investimento e possíveis fontes de financiamento para aplicação na cadeia produtiva.

8) Pactuação dos compromissos preliminares e construção da agenda positiva de trabalho para implantação do plano estratégico de estruturação da cadeia produtiva.

9) Apresentação e validação dos empreendimentos que compõem a rede de cooperação e dos parceiros.

No contexto do **Projeto Assocene/Senaes**, a priorização das cadeias produtivas considerou os seguintes aspectos:

a) Cadeias produtivas com maior capacidade de in-

3. Esta etapa implica na análise e descrição dos diversos segmentos da cadeia produtiva. Procura descrever a realidade da cadeia produtiva quanto aos insumos demandados para a produção e/ou beneficiamento da produção; a produção primária; o processo de beneficiamento; a distribuição, comercialização e consumo; o ambiente organizacional e institucional envolvido na cadeia produtiva.



Encontro grupos de mulheres para elaboração plano de sustentabilidade – Amaraji/PE



Mulheres pescadoras – plano de sustentabilidade / Rio Formoso

clusão de trabalhadores beneficiários das políticas públicas de inclusão produtiva e geração de renda.

**b)** Capacidade de incrementar a organização e cooperação solidária na produção e entre os elos da cadeia, bem como em ampliar a socialização de valores entre os EES.

**c)** Produtos/serviços gerados com maior possibilidade de comercialização nos mercados locais (feiras, espaços públicos, PAA/PNAE etc.).

**d)** Capacidade de a cadeia motivar e mobilizar grupos de consumidores para se organizarem em torno do consumo responsável.

**e)** Disponibilidade de projetos e políticas públicas que possam ser integradas à execução dos planos de cadeias.

Outro instrumento que foi disponibilizado e desenvolvido pelo projeto, na escala do empreendimento que constituem as redes, são os planos de sustentabilidade econômica para EES. No total de estudos realizados foram beneficiados 85 empreendimentos com planos de sustentabilidade elaborados.

O plano de sustentabilidade é uma forma de pensar e projetar sobre a viabilidade do empreendimento em um horizonte temporal determinado e numa realidade possível. Representa mais um processo do que propriamente um produto, por isso deve ser sempre atualizado e aperfeiçoado. É um instrumento de negociação para definir o conjunto de relações com os associados, os consumidores, os financiadores e fornecedores, entre outros atores.

O processo de sustentabilidade deve ser aqui entendido como a capacidade de organização que os empreendimentos conseguem desenvolver ao longo do tempo para permanecer efetivamente funcionamento, atingindo os objetivos e obtendo resultados coletivos e duradouros em consonância com os princípios e práticas da economia solidária. Portanto, devem ser conside-

radas as diferentes dimensões que fundamentam esses empreendimentos solidários nos aspectos organizativo, econômico, tecnológico, político, ambiental e ético.

É necessário considerar também que a sustentabilidade de qualquer empreendimento sofre influência direta do contexto e do ambiente em que se encontra inserido. Essas condições precisam ser conhecidas e mensuradas. Talvez a principal delas encontra-se relacionada aos conflitos na coexistência com as regras de produção do mercado convencional. Outro problema está relacionado com a própria ausência da prática do planejamento e de estudos de viabilidade na maioria dos empreendimentos, intensificada pela falta de instrumentos adequados que deem conta das especificidades desse tipo de empreendimento.

Nesse sentido, um dos principais desafios para as entidades de apoio é o de pensar e propor instrumentos específicos e adequados ao planejamento e à promoção da viabilidade dos empreendimentos solidários. Isso não deve implicar em negar o acúmulo de conhecimento e experiências existentes, mas em rever os instrumentos e sua aplicabilidade, adequando-os a realidade desse tipo de organização.

Para os planos de sustentabilidade foram priorizados os empreendimentos participantes de redes de cooperação assessoradas pelas bases instaladas nos territórios; os empreendimentos com capacidade de potencializar e aperfeiçoar as práticas associativas solidárias, com possibilidade de inserção dos seus produtos/serviços nos mercados e os empreendimentos com necessidade de melhor adequação às normas e exigências da legislação vigente.

Esses estudos de sustentabilidade econômica realizados com empreendimentos solidários dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte envolveu grupos de trabalhadores associados formados por homens, mulheres e jovens de assentados, comunidades

## Conjunto simplificado de ações propostas pela Assocene para estruturar o processo de elaboração e implantação dos planos de sustentabilidade dos EES

**1) Diagnóstico situacional participativo com os empreendimentos econômicos solidários que terão seus planos elaborados.** É o estudo e análise da realidade interna da organização e sua relação com o ambiente externo. O conhecimento e a análise da realidade do empreendimento permitem identificar necessidades e selecionar prioridades, ou seja, quais são as circunstâncias ali impostas que requisitam soluções para alavancar condições satisfatórias para sua sustentabilidade.

**2) Visita técnica aos empreendimentos.** Atividade *in loco* com o objetivo de rever e complementar o diagnóstico situacional a partir da observação participante. É o momento de entender o cotidiano do empreendimento, conhecer melhor o processo produtivo, o sistema de gestão, os procedimentos para a comercialização e as relações internas de cooperação entre os associados.

**3) Elaboração dos planos de sustentabilidade econômica.** Atividade sequencial e complementar à oficina de diagnóstico e à visita técnica ao empreendimento. É de caráter também formativo/informativo, contribuindo para estimular e qualificar os empreendimentos a identificar e priorizar as melhores alternativas para superar os entraves que limitam o seu desenvolvimento. A atividade é iniciada com a revisão da matriz de cenários construída na etapa do diagnóstico. Essas informações irão subsidiar a identificação e priorização de estratégias para mudanças nos processos de gestão do negócio solidário e na inserção proativa na cadeia produtiva.

de pescadores artesanais, comunidades quilombolas, artesãos e demais agricultores familiares.

De acordo com os relatos apresentados, sem pretender esgotar a diversidade de possibilidades de reflexão, é possível identificar alguns aprendizados importantes e complementares. O primeiro é que os resultados alcançados pelas redes participantes do projeto da Assocene, assim como das demais entidades parceiras/Senaes, devem ser tomados como o primeiro passo na construção de um qualificado processo de estruturação e consolidação da economia solidária enquanto modelo de desenvolvimento.

O segundo aprendizado é relacionado aos instrumentos aqui propostos para o assessoramento técnico à ação planejada dos empreendimentos e suas redes, por necessitarem de envolvimento, integração e continuidade do apoio institucional para a sua implementação,

construindo uma intensa articulação entre entidades da economia solidária, poder público e sociedade.

O terceiro aprendizado diz respeito à necessidade de criar metodologias participativas adequadas à realidade dos empreendimentos, de modo a permitir sua utilização na construção de novas formas de organização dos negócios solidários, visando ampliar as relações associativas, a governança e a capacidade de compartilhar os valores gerados no âmbito de suas cadeias produtivas.

Por último, a diversificação de demandas para o fomento ao desenvolvimento das redes solidárias, que exigem ações estruturadoras e inovadoras, apontam para a necessidade de intensificar a participação e representatividade dessas redes nas instâncias coletivas de discussão, proposição e controle social das políticas públicas nos territórios.

Visitas de campo – Diversificação da produção / Associação AMIBREJO



O presente estudo tem o objetivo de apresentar alguns dos principais elementos do processo de sistematização da experiência de cooperação em rede do **Território Extremo Oeste Catarinense**, no estado de Santa Catarina.

Este trabalho foi elaborado a partir dos materiais e discussões realizadas na primeira etapa do processo de sistematização da experiência de cooperação, realizado no período de março a setembro de 2016, seguindo a proposta metodológica desenvolvida pelo **Ceades (Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento)**. A sistematização da experiência constitui-se em um dos produtos do Projeto “**Apoio e fortalecimento às redes de cooperação constituídas por empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários**”, financiado pela Senaes/MTE, através da Chamada Pública 020/2013. O objetivo foi de “Articular e consolidar a Rede de Cooperação Solidária do Extremo Oeste promovendo a organização da produção, comercialização e consumo solidário como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”.

Para isso, no processo de sistematização foi realizado um amplo levantamento e organização de material impresso e digital, complementado com mais de seis horas de entrevistas gravadas com um conjunto de 10 lideranças e técnicos do território.

Este artigo está organizado em quatro partes a contar desta breve introdução. Na sequência, faz-se uma

sucinta contextualização da experiência em seu espaço e sua temporalidade. No terceiro componente apresenta-se a **Cooperativa Central Fronteira Oeste** com seu histórico, resultados e principais desafios enfrentados. Por fim, no quarto componente apresentam-se as considerações finais com as lições apreendidas e alguns elementos de perspectiva da organização.

Neste estudo o termo cooperação é compreendido em seus dois sentidos, conforme Jesus e Tiriba (apud ARNS, 2010, p.42), ou seja, o sentido de um tipo de ação específica do sujeito e o sentido de ação coletiva ou movimento. Como ação significa a disposição, o empenho, o compromisso de apoiar, de fazer com, no sentido de tomar parte de algo cujo resultado depende da ação de cada participante. Por sua vez, o sentido de movimento remete à história da humanidade, mas em especial ao movimento dos trabalhadores, como classe social. Portanto, a cooperação constitui-se numa prática tão antiga quanto a existência humana, uma vez que ela está presente em relatos de todas as civilizações.

Enquanto movimento esta experiência do TEOC, pode ser associada ao movimento da Economia Solidária, explicitada por SINGER (2002, p. 10) compreendida como: “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva/ associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômi-

1. **Carlos Eduardo Arns**: agrônomo, especialização em Administração Rural, mestrado em Desenvolvimento Regional; é membro do Ceades; **Moacir Bernardi**: pós-graduado em Administração de Empresas e em Planejamento Estratégico; **Ronaldo Martins**: agrônomo, especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, coordenador institucional do Ceades; **Samile Kania**: assistente social, coordenadora do projeto Ceades/MTE/Senaes.

ca. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda”.

Diante da diversidade e complexidade de realidades e contextos em que se encontram os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, torna-se uma condição cotidiana em nível local a construção de novos conhecimentos, na busca de soluções e alternativas aos problemas vivenciados.

Considerando as características da organização em estudo, esta pode ser associar o conceito de redes, compreendida como sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa em torno de objetivos e/ou temáticas comuns, através de estruturas flexíveis e cadenciadas, de relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo (MARTINHO, 2011). A Cooperativa Central Fronteira Oeste

pode ser caracterizada mais especificamente como uma “rede operativa”, que segundo Martinho (2011), tem como projeto muito mais do que apenas trocar informação, pois elas são necessariamente redes de troca de informação, mas essa função é apenas mais uma entre tantas atividades que realiza.

Esse tipo de rede também desenvolve pesquisas e estudos, estabelece e conduz processos de interlocução e negociação políticas, realiza o acompanhamento de políticas públicas, promove processos de formação e capacitação, faz campanhas públicas de sensibilização, esclarecimento e mobilização. Ainda atua na defesa e conquista de direitos sociais e causas coletivas, capta e distribui recursos, presta serviços, e em alguns casos, como o das redes de economia solidária, realizam atividades de produção, circulação e até regulação econômica. A maioria absoluta das redes da sociedade civil brasileira é do tipo operativo.

## Contextualizando a experiência de cooperação

Para uma compreensão contextualizada da experiência de cooperação em rede é importante destacar, mesmo que de forma muito breve, duas territorialidades em construção, que constituem o principal ambiente de construção da rede de cooperativas e da Cooperativa Central Fronteira Oeste.

O primeiro espaço macrorregional importante para compreensão da experiência da Cooperativa Central Fronteira Oeste, é a região Oeste de Santa Catarina, que de acordo com a divisão elaborada pelo IBGE, é a maior entre as seis macrorregiões catarinenses e compreende a área formada pelas microrregiões geográficas de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, e Concórdia. Esta região é constituída por 120 municípios que ocupam uma área de 27.225,5 km<sup>2</sup> e contava com uma população de 1.200.716 habitantes, segundo o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, dos quais 28,32% era rural, o que representou um decréscimo de 17,87%, enquanto que a população urbana cresceu 22,48% em relação ao censo do IBGE de 2000. Essa região contava com 84.141 estabelecimentos rurais em 2010 (último censo agropecuário), dos quais 89,45% são do tipo familiar, que ocupam apenas 57,81% da área agrícola, com uma média de 16,01 ha por propriedade. (FOSSÁ, 2016).

O segundo recorte espacial é o Território Extremo Oeste Catarinense – TEOC está localizado entre a divisa com a Argentina ao oeste, o estado do Paraná ao norte e o estado do Rio Grande do Sul ao sul, distante 650 km, a leste de Florianópolis, a capital do Estado de

Santa Catarina. Isso a torna, a região mais distante do centro político-administrativo e dos centros de consumo do Estado. A região envolve um conjunto de 19 municípios, que se organizaram inicialmente em torno da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense – AMEOSC, em 1971. A AMEOSC, durante os anos de 1990 construiu as primeiras discussões sobre a importância das regiões constituindo o Fórum Regional de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (FDRI), em 1997 como parte de um movimento realizado por várias associações de municípios em Santa Catarina. Desta experiência permanece ativa a Agência de Desenvolvimento, constituída em 1999. Posteriormente, em 2004 veio a constituição do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) e mais recentemente, em 2013 constituíram o Território Extremo Oeste Catarinense (TEOC), sendo este composto por 19 municípios. Dentro da AMEOSC, o Colegiado de Secretários da Agricultura foi uma instância que teve um papel destacado na concepção de projetos e ações regionais, bem como no suporte, especialmente ao desenvolvimento das ações do CONSAD (ARNS, 2016b).

O Território possuía em 2010 uma população total de 157.963 habitantes, sendo 94.447 (59,79%) na área urbana e 63.516 (40,21%) na área rural (IBGE, 2010), constituindo-se em uma das regiões mais rurais de Santa Catarina. O maior centro urbano de consumo do território é o município São Miguel do Oeste com aproximadamente 35 mil habitantes.

O Território Extremo Oeste Catarinense passou por três distintos processos de ocupação, que segue a dinâmica geral de ocupação de toda a região oeste catarinense.

O primeiro processo de ocupação denominado “indígena” foi promovido pela movimentação das populações indígenas, desde a história antiga (9000 a 2000 antes do presente) até a contemporânea (após o ano de 1500). Os registros dão conta que nesta área predominava a presença de dois grupos indígenas: o Kaingang e o Guarani (CARBONERA; SCHMITZ, 2011; SILVA, 2010; WELTHER, 2006; RENK 1997 e 1995).

O segundo processo de ocupação denominado de “luso-brasileiros” foi constituído pelo povoamento de descendentes e seus entrecruzamentos de lusos, negros e indígenas, também “chamados caboclos ou sertanejos” ou brasileiros como eles se autodenominam, que vieram inicialmente em busca de metais e mão de obra escrava (indígena) e posteriormente na constituição do comércio de carne, couro e animais de tração, entre as vilas urbanas da região sudeste e a região da campanha do Rio Grande do Sul, denominados de “caminhos do sul” (1722), que fizeram o caminho do planalto catarinense em direção ao oeste e um pouco mais tarde chegam ao extremo oeste (CARBONERA; SCHMITZ, 2011; SILVA, 2010; WELTHER, 2006, RENK 1997 e 1995).

O terceiro processo de ocupação denominado de “colonizadores” foi promovido pelo estado, realizado por empresas colonizadoras, processo deflagrado após o fim da Guerra do Contestado, a partir de criação dos municípios de Chapecó e Cruzeiro do Sul (atual Joaçaba) em 1917. Esse povoamento foi constituído basicamente por migrantes europeus, em sua maioria já seus descendentes, vindos das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul. No extremo oeste esse processo tem início um pouco mais tarde por volta do início dos anos de 1940 conforme Silva (2010) e Welter (2006).

É a partir deste terceiro processo de ocupação do Território, que a cooperação passa a se constituir nos moldes como as conhecemos atualmente. Desde a chegada dos primeiros colonos ainda nos anos de 1920 em alguns de seus municípios e a efetivação do processo de

colonização nos anos de 1940 em diante, identifica-se três fases distintas do desenvolvimento da cooperação no Território Extremo Oeste Catarinense. Em cada fase da cooperação também pode ser identificada (surtem ou foram constituídas) formas de organização de cooperação distinta, que Arns (2016) chamou de modelos de cooperação. A primeira fase – da cooperação colonial (dos anos de 1930 a 1950) – forjada por lideranças e suas comunidades, produziu um modelo de organização de cooperação comunitária de pequeno porte (proximidade) de abrangência comunitária/ municipal, multifuncionais, de gestão simplificada e de participação direta, focada nos problemas das unidades de produção camponesas e problemas das comunidades, das quais se criam e recriam constantemente grupos de cooperação informal ou até formalizadas para gestão de máquinas e equipamentos comuns (grupos de máquinas, secadores comunitários, etc.). A segunda fase – da cooperação capitalista (dos de 1960 em diante) – forjada a partir do interesse do Estado, através do Serviço de Assistência Técnica e do Banco do Brasil no Oeste Catarinense, produziu uma organização de cooperação piramidal, de grande porte, de abrangência regional/ interestadual, especializadas, de gestão centralizada e complexa, centrada em corpo técnico especializado, cujo foco é o mercado e a remuneração do capital. A terceira fase – da cooperação social – forjada no bojo dos movimentos sociais de resistência dos anos de 1980 e 1990 produziu organizações de cooperação dialógicas (participação) de pequeno/ médio porte, de abrangência municipal/ regional, altamente flexível, de gestão complexa, mas participativa (técnicos, dirigentes e associados), são especializadas, mas plurais, tem atuação de mercado não subordinada.

A chegada do novo século (XXI) traz novos elementos ao cenário, especialmente para o mundo rural e, por conseguinte, a cooperação, que passa por transformações, que podem estar gestando uma nova fase da cooperação no Território, fortemente alimentada na trajetória histórica da cooperação construída até então, mas carregada por novos ingredientes, como será demonstrado a seguir.

### O surgimento das pequenas cooperativas solidárias

No início do Século XXI, o Território Extremo Oeste, encontra um cenário nacional em que um conjunto de temas como o Desenvolvimento Rural/ Territorial, a Sustentabilidade, a Agricultura Familiar e Camponesa, a Agroecologia, dentre outros temas emergentes se encontrava relativamente afirmadas, tanto na academia como na política nacional. Do mesmo modo, novos atores sociais, novos direitos sociais e novas políticas públicas, passavam a ser reconhecidos e afirmados.

Em nível local, o Território Extremo Oeste, assim como toda a região Oeste Catarinense, com um conjunto de experiências inovadoras já se encontravam em construção por parte da sociedade civil organizada (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, que Gohn (1997) chamou de novos movimentos sociais. Do mesmo modo, o setor público de diversos pequenos municípios, constituíam gestões inovadoras, abrindo espaço para a participação social e passam a implementar experiências de políticas públicas locais como o Orçamento Participativo, de apoio a pequenas agroindústrias familiares, criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, dentre outras.

Para realidades rurais como a do Território Extremo Oeste o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) constitui-se em instrumento propulsor e de fortalecimento da organização no campo, sendo ampliado especialmente a partir de 2003, com políticas públicas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) em suas diversas modalidades e o PNAE (Programa de Alimentação Escolar), passaram a impactar de forma muito positiva.

Para acessar e participar da implementação dessas políticas públicas, uma parcela significativa da agricultura familiar e camponesa do Território é estimulada a fortalecer suas organizações e constituir novas organizações.

Assim, a partir de 2005 começam a surgir um conjunto de pequenas cooperativas de abrangência municipal ou supra municipal, que se somam a algumas já existentes. Em 2010 no Território já existiam 15 pequenas cooperativas constituídas no conjunto dos 19 municípios, que atuavam na organização da produção, especialmente da atividade leiteira, mas também agroindustrialização, na comercialização e acesso as políticas públicas.

As políticas públicas de abordagem territorial como o CONSAD (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento) do Ministério do Desenvolvimento

Social (MDS) e do PRONAT (Programa Nacional dos Territórios Rurais) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passam a desempenhar importante papel no fomento a articulação e a construção da identidade territorial, junto às organizações no desenvolvimento de suas ações.

A partir do Colegiado Territorial do CONSAD no início (2004) integrado posteriormente pelo Colegiado Territorial do PRONAT (2008), constituiu-se no espaço da troca de experiências e da identificação de problemas semelhantes.

Deste aprendizado, em 2010, este grupo de organizações criou o Conselho Regional de Cooperação enquanto órgão consultivo, que reunia também associações e empreendimentos urbanos, formais e informais da região. Os encontros do Conselho eram mensais para trocas de experiências, discussões de políticas de desenvolvimento do território, fortalecimento dessas entidades e proposições de ações de interesse coletivo.

O Conselho passou a ser o catalizador de inúmeras propostas relacionada ao tema agroindústria de pequeno porte, comercialização, Proinf e inspeção sanitária, através do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos/Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SIS-BI/SUASA). Isso permitiu que a região se projetasse e se mantivesse por um bom período, sendo inclusive referência nacional nas discussões sobre o tema SUASA.

Cabe ressaltar o importante papel de diversas entidades de apoio, mas de modo especial ao Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento – CEADES, enquanto entidade executora das políticas territoriais do CONSAD/MDS e do PRONAT/MDA. Mais recentemente (2012) passa a implementar também políticas da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (Chamada Pública 004/2012).

Em outubro de 2013, após um conjunto sucessivo de mais de 40 reuniões do Conselho Regional de Cooperação, foi constituída a Cooperativa Central da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Central Fronteira Oeste, que será discutida a seguir.

### Uma base de serviços

Mesmo com os avanços experimentados pelas cooperativas singulares com ações práticas no campo da comercialização, nas trocas de experiência e na construção conjunta de resoluções de problemas, e em função das crescentes mudanças legais e suas exigências em função do surgimento das novas políticas públicas, tornou-se necessária uma maior eficiência e eficácia organizacional na gestão do dia a dia.

Diante desta compreensão, um conjunto das cooperativas do Território decidiu pela constituição de uma Central Regional, com a constituição de uma personalidade jurídica (CNPJ), que permitisse maior capacidade e flexibilidade na realização de um conjunto de operações, especialmente no campo da comercialização.

Assim, em 31/10/2013 foi constituída a Cooperativa Central da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Central Fronteira Oeste, formada por cooperativas agropecuárias, sendo que do conjunto das 20 cooperativas que faziam parte do Conselho de Cooperação, 10 participaram da criação como fundadoras e encontram-se filiadas a Central Fronteira Oeste. Posteriormente a Central associou mais 6 cooperativas, totalizando atualmente 16 cooperativas.

A primeira ação destas cooperativas foi planejar estratégias, ou seja, desenhar uma linha temporal de ação. Segundo Porter (1986), estratégia é o desenvolvimento de uma fórmula para apurar o modo como a empresa irá competir, assim como metas e políticas para atingir seus objetivos. Os conceitos de planejamento e estratégia estão muito interligados, pois é através dele que as organizações determinam as estratégias a serem seguidas.

Como estas cooperativas singulares vivenciavam um conjunto de dificuldades e problemas, partiram disso para desenvolverem seu planejamento estratégico, que definiu as seguintes ações:

- Buscar novos mercados, para a produção das agroindústrias familiares.
- Reduzir custos de produção do quadro social das cooperativas.
- Estabelecer logística para alcançar mercados regionais e/ou mais amplos.
- Baixar os custos dos serviços contábeis e melhorar sua qualidade.
- Desenvolver ferramentas para garantir o fluxo de informações entre as cooperativas.
- Melhorar o poder de barganha em várias negociações.
- Implantar ATER capaz de compreender os diferentes sistemas produtivos.
- Fomentar a formação política e gerencial do quadro social e dos dirigentes.

Além dos apontamentos citados, a Central desenvolveu outras ações, como a criação de sua logomarca e estabeleceu seus princípios essenciais:

**Missão:** “Ser uma central de cooperativas que busca o fortalecimento de suas sócias, através da prestação de serviços, contribuindo com o desenvolvimento regional sustentável”.

**Visão:** “Ser referência como Central de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária”.

**Valores:** ética, igualdade, coletividade, transparên-

cia, sustentabilidade, comprometimento e espírito cooperativista.

As ações iniciais foram sendo construídas e adequadas, conforme as necessidades, sempre respeitando as possibilidades econômicas. Também aproveitou algumas oportunidades que surgiram no decorrer do tempo:

## I. Departamento de comunicação

As cooperativas sócias da Central Fronteira Oeste tinha ciência de que a comunicação era um dos fatores mais importante dentro de organização, isso porque a falha nesse processo poderia causar perdas financeiras além de mal estar entre os as próprias cooperativas e/ou a Central. Num primeiro momento a perda financeira poderia ser o principal problema que um processo ineficaz de comunicação pudesse gerar, porém, quando se pusesse em risco o clima organizacional, seria muito difícil recuperá-lo.

A principal dificuldade encontrada inicialmente foi pelo fato de que as cooperativas estão localizadas num raio de aproximadamente 100 km, e como as informações devem ser instantâneas, havia grande dificuldade. Os fluxos de informações foram criados com a instalação das ferramentas “pódio”, e-mail, Skype e telefone, mas que não circularam de maneira satisfatória. Os melhores resultados foram conseguidos com a criação de grupos no WhatsApp e no Google.

Atualmente a Central Fronteira Oeste está planejando a elaboração de informativo trimestral para a comunicação que deverá servir como ferramenta de divulgação das ações da Central, ou seja, estabelecer a comunicação entre a Central os agricultores familiares, sócios das singulares, seus dirigentes, administradores, além de parceiros, tanto da Central, como das singulares.

## II. Departamento de Comercialização

A comercialização da matéria prima produzida (leite) e dos agroindustrializados (derivados de leite, derivados de carnes, derivados de cana, ovos, mel, agroindustrialização de hortifrúti, panificados e outros) foram os primeiros desafios das cooperativas singulares. Sabe-se que a vantagem que uma empresa possui em relação aos seus concorrentes denomina-se vantagem competitiva, onde a empresa prioriza maior valor aos clientes do que os seus concorrentes, obtendo assim maior destaque no mercado. Esse conceito foi desenvolvido por Porter (1985), ao estabelecer que esse sucesso competitivo esteja diretamente relacionado à escolha da estratégia pela organização.

Dessa maneira as primeiras ações coletivas e de vantagem competitiva, foram desenvolvidas pelas cooperativas singulares, em relação a formação de volumes de leite e comercializarem os volumes de todos os sócios. Isso deu poder de barganha e acabou inflacionando os

preços desta comercialização. Também se percebeu que o aumento direcionado as cooperativas, puxou para cima, os preços a todos os produtores de leite da região, mesmo os que comercializavam de maneira individual.

Em seguida, as cooperativas perceberam que a venda do leite era um elo da cadeia, e que poderiam diminuir os custos de produção, montando agropecuárias para atender o quadro social. Isso fez com que fossem diminuídos os custos de produção.

Com a contratação de um agente de comercialização, em março de 2015, a Central passou a organizar o processo de compras, formando volumes das necessidades de todas as cooperativas, somando-os e negociando com as mais diversas empresas fornecedoras. Isso deu uma vantagem competitiva importante, com a redução drástica dos preços de compras, o que ampliou as margens de contribuição para as cooperativas, bem como diminuiu ainda mais os custos de produção.

Hoje são organizadas compras coletivas de insumos, especialmente para as agropecuárias (ração, fertilizantes, sal mineral, lonas e sementes de pastagens). Também se organizam compras coletivas de mercados para estas cooperativas, sempre com o intuito de conseguir melhores preços.

Outra condição proporcionada pelo departamento foi a transferência de produtos em estoque praticada entre as sócias, aumentando o giro das mercadorias, reduzindo o tempo de estoque e melhorando o fluxo de caixa.

Também se trocam informações constantes sobre diversos produtos, especialmente os medicamentos agropecuários, o que tem permitido a todos, compras mais seletivas, diminuindo a influência dos vendedores e atendendo da melhor maneira possível às necessidades dos sócios das cooperativas.

A partir deste ano a Central passou a receber comissionamento sobre as compras organizadas, com a estratégia de negociação coletiva, que traz muito retorno para as sócias e está sendo uma estratégia de viabilização da Central.

### **III. Departamento administrativo-contábil**

A criação deste departamento iniciou com a contratação de um agente administrativo, em março de 2015, que passou a executar o trabalho de assessoria e consultoria para as cooperativas. Esta ação foi de extrema importância, pois as cooperativas mantinham, em sua maioria, uma administração bastante amadora. Segundo Maximiano (2007), administrar é um trabalho em que as pessoas buscam realizar seus objetivos próprios ou de terceiros (organizações) com a finalidade de alcançar as metas traçadas. Dessas metas fazem parte as decisões que formam a base do ato de administrar e que são as mais necessárias. O planejamento, a organização, a liderança, a execução e o controle são considerados

decisões e/ou funções, sem as quais o ato de administrar estaria incompleto. Sendo assim, as cooperativas passaram a gerenciar melhor as suas finanças, acompanhadas pelo assessor. Outro fator que também contribuiu foi o fato de melhorarem os fluxos de informações e as próprias cooperativas singulares passaram a trocar informações e se ajudarem mutuamente.

Em janeiro de 2016, a Central instalou o escritório de contabilidade, com a contratação de profissionais com o intuito de oferecer este serviço às suas sócias. A contabilidade geral para Ribeiro (2003, p.19) é definida como “uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do Patrimônio da empresa”. Sendo assim, com o grande avanço das novas tecnologias de informação na área contábil é necessário o entendimento e a eficiência do profissional, além de dar segurança tributária e fiscal, bem como implementar de um sistema de informações uniformes, com agilidade e transparência, produzindo informações através da emissão de relatórios de apoio a tomada de decisão dos gestores.

Atualmente oito cooperativas estão trabalhando no sistema de contabilidade centralizada, recebendo treinamento dos contadores e dos gestores da Central no uso de sistema, organização e adequação da documentação das cooperativas (estatutos, atas e regimentos internos). Também tem colaborado na implantação da prática de elaboração do fluxo de caixa, definição de ponto de equilíbrio, discussão de margens e diferenciação na comercialização das cooperativas singulares.

Outra ação da Central foi adotada em junho de 2016, com a adoção de um sistema contábil e fiscal – o Infogen – específico para as cooperativas e está implantando gradativamente nas cooperativas, o que está ajudando na parametrização de informações.

A intenção é de que até o final do primeiro trimestre de 2018, todas as cooperativas sócias da Central, estejam usando os serviços centralizados da Contabilidade e 12 delas estejam usando o Sistema Infogen.

### **IV. Departamento de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)**

Uma assistência técnica que atenda às necessidades dos sócios das cooperativas singulares e as estratégias produtivas adotadas, especialmente a bovinocultura de leite, com o foco principal alicerçado na sustentabilidade (economicamente viável, ecologicamente correto, socialmente justo e culturalmente diverso), sempre foi um anseio das cooperativas.

Este ATER que se trabalha tem o viés da agroecologia, direcionando para um processo de transição, com o objetivo de efetuar a acreditação e a certificação futura da produção de leite, na modalidade do Sistema Participativo de Garantia (SPG), cuja formulação da política pública teve

participação decisiva da Rede Ecovida de Agroecologia.

Alves (2009) evidencia a necessidade da visão sistêmica iniciando pela produção, associando a programas de capacitação e uma atuação efetiva direcionada ao contexto regional da assistência técnica e extensão rural.

Buscando atender esta necessidade, em Junho de 2016 a Central assinou convênio com o Sebrae, através

do Sebraetec, que oferece serviços especializados e customizados para implementar soluções em áreas de inovação. Este convênio foi renovado em 2017 e atualmente se encontra em execução, com 17 técnicos de campo, que atendem diretamente a 540 famílias, capacitando-as e permitindo que tenham condições de geração de trabalho e renda.

### As estratégias e os seus desafios

A Central e as singulares tem construído um conjunto de grandes estratégias que apontam para perspectivas futuras, mas se defrontam com desafios, dentre as quais pode ser destacadas

1. Qualificar a Central como uma Central de Inteligência Empresarial: centralização da contabilidade para facilitar a gestão, assessoria jurídica, produção e circulação de informações precisas, tudo exige transparência e um alto grau de confiança entre as partes.
2. Mudança na matriz produtiva leiteira: produzir mudanças para garantir maior qualidade sanitária e biológica à produção; introduzir a raça de gado Montbéliard, buscando aumentar a rusticidade e dupla aptidão do rebanho, e gerar sistemas de produção menos consumista. No entanto, esta estratégia apresenta resultados no longo prazo e exige o desenvolvimento de fortes parcerias institucionais.
3. Produção diferenciada: desenvolver produtos diferenciados na perspectiva sustentável, (agroecológica), de caráter cultural (familiar, camponês, de origem), certificada (orgânica, sanitária) e com marca coletiva. Isso exige o desenvolvimento e o fortalecimento contínuo de competências dos produtores e um grande conhecimento de mercado por parte das organizações.
4. Agregação de valor: o investimento na industrialização do leite orgânico, na produção de óleo vegetal e na fabricação de ração para os sistemas de produção da região, constitui-se em uma estratégia de médio e longo prazo, que exige capacidade de investimento, planejamento da produção e o desenvolvimento de novas competências.
5. Comercialização/ logística: estruturar a partir dos municípios e das estruturas já existentes uma logística mais eficiente de armazenamento, transporte e distribuição, bem como melhorar os processos de compras e acesso a mercados local, regional e externo.
6. Construção de um Serviço de ATER adequado: constituir um serviço de ATER capaz de compreender e trabalhar a partir dos limites e potencialidade dos solos e terrenos (meio ambiente), da agricultura familiar e camponesa (cultura), da multiplicidade de sistemas produtivos diversificados; da produção saudável e sustentável, exige perfis profissionais com forte competência técnica profunda formação humanista, além de equipes técnica multidisciplinar.
7. Consolidação organização da cooperação em rede: essa nova dinâmica de cooperação se constituiu a partir de um forte capital social, mas também a partir de um importante apoio de políticas públicas federais. Portanto o desafio está colocado na medida em que as políticas públicas se encontram em processo de retração (desmonte). Isso se agrava com a grande dificuldade das organizações para abandonarem ou mudarem a forma de exercício do poder (a verticalidade), com a limitada capacidade de atuar com e na complexidade de produzir, gerenciar e articular múltiplas estratégias de ação.

## Considerações finais: lições aprendidas

Cabe inicialmente reafirmar que este se constitui em um processo social, recente, jovem, que ainda se encontra em pleno processo de construção, mesmo reconhecendo que a construção seja um processo permanente.

O processo de sistematização e as reflexões promovidas pelo estudo desenvolvido pelo Ceades envolveu um conjunto relativamente restrito dos técnicos e dirigentes, pois não se alcançou o quadro social das cooperativas singulares, que somados representam aproximadamente 10% do conjunto de unidades produtivas familiares do Território Extremo Oeste Catarinense.

No entanto, pode-se apontar com muita propriedade um pequeno conjunto de lições aprendidas pelos principais atores desse processo.

**1.** Compreensão e respeito às diferenças: cada cooperativa é diferente uma da outra e tem sua própria história – parte-se desta realidade.

**2.** Importância das políticas públicas: as políticas públicas contribuem muito, mas é preciso ter e manter autonomia e independência.

**3.** Desenvolvimento permanente da dimensão estratégica: importância da organização discutir e construir a dimensão estratégica com planos, programas, estratégias e projetos, que devem estar suportados pela di-

menção estratégica do desenvolvimento do Território;

**4.** Capital humano: desenvolvimento permanente do capital humano através de formação específica e geral, mesclando/interagindo diferentes gerações e grupos de interesse, ou seja, fortalecendo a pluralidade.

**5.** Rede de articulações: construir e manter uma ampla rede de articulações institucionais internas, no Território (SEBRAE, Epagri, IFSC etc.), e externas (Ceades, Ministérios, Embrapa, UFFS etc.);

**6.** Gestão da rede de cooperação: direção política – desafio de não permitir o desenvolvimento de um descompasso de compreensão/entendimento e domínio sobre o processo em curso no território e nas escalas maiores, entre as cooperativas singulares e a Central; direção administrativa – desafio de não permitir o desenvolvimento de um descompasso de compreensão dos processos técnicos de operacionalização das estratégias entre os dirigentes das cooperativas singulares e Central com o corpo de técnico-administrativo do conjunto Cooperativas-Central; nas cooperativas singulares o desafio é não permitir o distanciamento dos dirigentes da base dos sócios e nem se distanciar do operacional/operativo do dia a dia da cooperativa, passando a direção ser exercida na prática pelo corpo técnico.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F. O Programa Garantia-Safra no Semiárido brasileiro. In: IPEA– Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2009. p. 281-302. (Série Brasil: o estado de uma nação, v. 2).
- ARNS, Carlos Eduardo. Estratégias de gestão da cooperação na agricultura familiar e camponesa no oeste catarinense: desafios e lições aprendidas. Artigo apresentado no painel do XI Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: intercâmbio de inovações em políticas públicas e práticas de desenvolvimento rural sustentável em zonas de semiárido e de transição da América Latina. IICA. Fortaleza-CE. 22 a 25 de dezembro de 2016. 29p.
- \_\_\_\_\_. A Cooperação na Agricultura Familiar no Território Alto Uruguai Catarinense (SC) Brasil. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.
- \_\_\_\_\_. Central Fronteira Oeste: sistematização de uma experiência de cooperação em rede. Relatório da Sistematização. CEADES, Chapecó, dezembro de 2016. 46 p.
- CARBONERA, M; SCHMITZ, P.I. Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011. 364 p.
- FOSSÁ, Juliano Luiz. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para os agricultores familiares: dos alcances às percepções. 159 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, SC, 2015.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola São Paulo: 1997. 253 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2010. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2000. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2000.
- HAHN, Mauro. Capital social e as estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC). Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas. UFSC, Florianópolis, 2005. (Dissertação de mestrado).
- MARTINHO, Cássio. Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. WWF-Brasil. Brasília-DF Brasil, 2003. Disponível em <http://www.wwf.org.br/informacoes/bliblioteca/?3960> acessado junho de 2017.
- MAXIMIANO, Antonio César Amauri. Teoria Geral da Administração: da Revolução Urbana à Revolução Digital. São Paulo: Atlas, 2007.
- MELZ, Milton José. Ferramentas de gestão utilizadas para tomada de decisão nas granjas suínícolas integradas a Cooper A1. Programa de Pós Graduação em Administração, Curso de Mestrado Profissional em Administração. UNOESC, Chapecó, 2014. (Dissertação de mestrado).
- PORTER, M.E. Estratégia Competitiva: Técnicas para a Análise da Indústria e da Concorrência. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus. 1986.
- PORTER, M. E. Competitive advantage: creating and sustaining competitive performance. New York: Free Press, 1985.
- RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. Revista do CEOM: Para uma história do oeste catarinense – 10 anos de CEOM – Centro de Organização da Memória do Sócio-Cultural do Oeste. Chapecó: Unoesc, 1995. 336 p.
- \_\_\_\_\_. A reprodução social camponesa e suas representações. O caso de Palmitos-SC. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica fácil. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 368p
- SINGER, P. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.
- WELTER, Liane. O espaço geográfico do oeste catarinense e sua cartografia ambiental. USP. São Paulo, 2016. 91p. (Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia).



## CEAGRO

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA

O **Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia – Ceagro** é uma associação fundada no ano de 1997, que desenvolve atividades de assistência técnica, pesquisa e capacitação tecnológica junto a agricultores familiares e assentados da reforma agrária da região centro do Paraná. Com sede no município de Laranjeiras do Sul/PR, o Ceagro possui atuação na maioria dos municípios do território Cantuquiriguaçu. Atualmente, suas atividades estão organizadas a partir de quatro eixos estratégicos e transversais: **agroecologia, cooperação e gestão, gênero e juventude.**

As principais atividades desenvolvidas pelo Ceagro estão focadas na pesquisa e difusão da agroecologia, capacitação formal e informal na área de cooperação, gestão e produção agroecológica, prestação de serviços de assistência técnica às famílias assentadas e acompanhamento da gestão de empreendimentos sociais por meio de seu Departamento de Acompanhamento e Promoção em Empresas Sociais – Depes.

Na área da educação profissional, o Ceagro promoveu a formação de seis turmas de técnicos em agroecologia, em parceria com o Instituto Federal do Paraná, e de uma turma com 23 educandos do curso técnico em

Meio Ambiente, realizado em parceria com a Fiocruz. Através de convênio firmado com a Universidade de Mondragon – país Basco/Espanha e IFPR, promoveu a formação de 20 profissionais no curso de graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas. O Ceagro atua, também, junto à Universidade Federal da Fronteira Sul fornecendo hospedagem e estrutura pedagógica para a realização do curso de Licenciatura em Ciências Sociais e de pós-graduação em Especialização em Produção de Leite Agroecológico.

Nas atividades de formação técnica de curta duração o Ceagro já propiciou capacitação para cerca de 3.500 pessoas, sendo aproximadamente 323 cursos, nos temas de produção agroecológica e orgânica, cooperação, associativismo, cooperativismo e gestão de empreendimentos, gênero, aproveitamento de resíduos domésticos, produção de leite a base de pasto através do Pastoreio Racional Voisin–PRV, apicultura, fruticultura, gestão ambiental, homeopatia, produção de sementes crioulas, hortaliças, proteção de fontes de água, manejo de ordenhadeiras mecanizadas, piscicultura, artesanato, plantas medicinais, aproveitamento de frutas, panificação, hortas, entre outros.

### Caracterização da rede

Os empreendimentos que compõem a rede de economia solidária estão localizados em sua maioria no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu<sup>1</sup>, região Centro do estado do Paraná, composto por 22 municípios.

O território possui um dos índices mais baixos de desenvolvimento humano e social da região Sul do Brasil. Com maioria da população vivendo no meio rural e um grande número de famílias assentadas e acampadas da

1. O Programa Território da Cidadania foi criado em 2008 pelo Governo Federal com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar o acesso à programas e políticas públicas, visando a superação da pobreza e das desigualdades sociais, sobretudo nas regiões onde estas mais se concentram. São 120 Territórios da Cidadania constituídos nas cinco regiões do país (MAPA, 2014).



reforma agrária, a agricultura familiar possui importância central no cenário econômico e na geração de emprego e renda.

Os assentamentos da região são marcados pela pouca infraestrutura das comunidades, dificultando o acesso aos lotes e a mobilidade de seus moradores. A industrialização nessas regiões tem um histórico de falências e a criação de empreendimentos sociais se depara com dificuldades em encontrar pessoal qualificado e recursos para investimentos. O modelo de agricultura ainda tem se concentrado no uso massivo de agrotóxicos e transgênicos, além da região ser marcada pelo uso depredativo dos recursos naturais por meio da prática intensiva da silvicultura, acarretando o desmatamento, a desproteção de fontes e a existência de monoculturas.

A dependência da venda da produção aos atravessadores ou por intermédio de acordos políticos distancia as famílias de uma maior autonomia econômica e maiores rendas, além de aumentar a sua vulnerabilidade alimentar, já que a decisão do que deverá ser produzido na propriedade depende das exigências de seus compradores. Ainda, a produção do leite, apesar de ser de grande importância para o sustento familiar da região, tem enfrentado baixa produtividade, pouco aproveitamento do pasto, a dependência de insumos externos, o difícil acesso aos lotes e dificuldades de investimentos aumentando o endividamento das famílias. Por conta dessa frágil situação econômica e social, o êxodo rural é significativo nessa região, em especial entre os jovens que acabam indo para as cidades por



falta de perspectiva de permanência no campo.

Buscando fazer frente a esses desafios, desde o final dos anos 1990 a região vem passando por um processo continuado de construção e consolidação da agroecologia e da cooperação como instrumentos de desenvolvimento regional do campo. Esse processo é reflexo das ações e estratégias de desenvolvimento construídas pelos movimentos sociais do campo, principalmente o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores.

Em 2007, o MST iniciou uma parceria com o Grupo Cooperativo Mondragon - país Basco/Espanha, para a realização de ações na região por intermédio da Fundação Mundukide e do Instituto de Estudos Cooperativos Lanki, principalmente nas áreas de cooperação, organização e gestão de empreendimentos sociais de economia solidária, trabalhando transversalmente temas como agroecologia, gênero e juventude.

A chegada de um dos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Laranjeiras do Sul também possibilitou a formação de parcerias na busca do desenvolvimento econômico, social e ambiental no território. A parceria entre o Ceagro e essas duas instituições tem colaborado para a estruturação de uma Rede de Intcooperação de Empreendimentos de Economia Solidária no território, buscando firmar alicerces para o desenvolvimento regional baseados na agroecologia, na economia solidária e em uma maior interação entre o rural e o urbano.

## Principais resultados

O projeto foi concebido e aprovado no ano de 2012, embora sua execução efetivamente tenha se iniciado a partir do final de 2013 quando houve a liberação da primeira parcela de recursos. Desde então, diversas atividades foram realizadas envolvendo quase quarenta grupos e empreendimentos da economia solidária, como ofici-

nas, minicursos, intercâmbios, feiras, visitas de acompanhamento e assessoria técnica, entre outras, que iremos sintetizar neste capítulo. O objetivo do projeto, que guiou todas estas ações, é conceber e consolidar uma proposta de desenvolvimento econômico e social para regiões de forte incidência rural, com base na reforma agrária e



no estímulo à criação de redes de cooperação entre empreendimentos econômicos solidários, tendo como eixos estruturantes a agroecologia, a participação de jovens e mulheres e o fortalecimento das relações associativas entre o rural e o urbano.

Até o momento as atividades atenderam **37 empreendimentos de economia solidária**, superando a meta prevista inicialmente (de 34 EES). Entre os empreendimentos há grupos formais, como cooperativas e associações, que já operam com autonomia, processando e comercializando, e grupos informais, que ainda estão na fase de consolidação.

**As principais linhas de produção são: panificados, doces e conservas; hortaliças e fruticultura; processamento de derivados de leite agroecológico; fabricação de sucos e poupas de frutas; fabricação de medicamentos homeopáticos para uso animal, entre outros. Toda a base produtiva é trabalhada com técnicas agroecológicas ou de transição.**

O núcleo Luta Camponesa da Rede Ecovida, que faz parte da Rede atendida pelo projeto, atua na organização dos agricultores e promove a certificação participativa, tanto da produção da matéria prima como das instalações de processamento.

O acesso ao mercado vem sendo garantido por meio do estímulo às feiras agroecológicas, integração ao circuito de comercialização da Rede Ecovida, mercados institucionais e comércio local. A FESA – Feira Regional de Economia Solidária e Agroecologia é uma das ações de maior impacto regional do projeto. Executada anualmente, ela reúne os empreendimentos de economia solidária e agroecologia para comercialização e diálogo com a sociedade, além de proporcionar oficinas de capacitação, intercâmbios e apresentações culturais.

Em 2016, a IV FESA, realizada em Laranjeiras do Sul, possibilitou a comercialização de aproximadamente 2 toneladas de alimentos de produtores de 10 municípios. A feira já se consolidou como um dos maiores eventos de agroecologia e economia solidária do estado.

No aspecto de consolidação da Rede, o projeto tem proporcionado a integração entre os empreendimentos, tanto para a comercialização quanto no apoio produtivo. Como exemplo, a consolidação de um fundo de crédito solidário através da parceria entre Ceagro/Fundação Mundukide e CREHNOR (cooperativa de crédito apoiada pelo projeto) para financiamento de iniciativas produtivas agroecológicas, desenvolvimento de novos empreendimentos sociais e inserção produtiva de mulheres. Além disso, ampliou-se a rede de parceiros estratégicos, com destaque para a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Laranjeiras do Sul, através de núcleos de estudos e projetos de pesquisa e extensão. Outro parceiro fundamental é a Fundação Mundukide do País Basco que, através de convênio com o Ceagro, apoia iniciativas de cooperação, agroecologia, gênero e juventude na região.

### Capacitações em Agroecologia e Cooperação

Os cursos de capacitação em agroecologia e cooperação ocorreram em várias etapas, abrangendo as regiões e especificidades de cada grupo. No total foram capacitadas 150 pessoas representantes dos empreendimentos sociais.

### Gênero e inserção produtiva

O trabalho com a questão de gênero foi uma das prioridades e tratado como tema transversal na execução das ações de assessoramento aos empreendimentos. A realização da Escola de Mulheres ocorreu em três etapas com a participação de 45 mulheres representantes dos empreendimentos sociais, onde foram tratados temas como a inserção produtiva, a participação e organização social, saúde da mulher e a questão da violência. Como resultado, verificou-se uma participação mais ativa tanto nas atividades do projeto quanto na organização e gestão dos empreendimentos, inclusive com a consolidação de associações e agroindústrias geridas pelas mulheres, como na fabricação de panificados e costura.

Foi realizado também um encontro regional de gê-

nero com participação de 58 mulheres, com o objetivo principal de incentivar a efetiva participação das mulheres na organização de grupos coletivos e também na produção agroecológica.

### **Intercâmbios**

Os intercâmbios realizados entre os empreendimentos da rede e com outros empreendimentos de referência foram muito bem avaliados pelos grupos, uma vez que serviram como ferramenta para troca de experiências e inovações tecnológicas, além de incentivo e motivação. Foram seis intercâmbios realizados em empreendimentos do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, com a participação de 161 pessoas. Foram visitadas experiências em fabricação de panificados, processamento de hortaliças e frutíferas, sistemas e quintais agroflorestais, feiras agroecológicas, entre outros.

### **Oficinas**

As oficinas foram realizadas em formato de atividades teórico-práticas, de curta duração, objetivando a capacitação e a troca de experiências em temas específicos e demandados pelos empreendimentos. Temas como homeopatia, plantas medicinais, processamento de frutas, certificação agroecológica, fabricação de doces e compostas foram alguns trabalhados. No total foram realizadas 50 oficinas com participação de 750 pessoas entre representantes dos empreendimentos, técnicos e convidados.

### **Feira Regional de Economia Solidária e Agroecologia - FESA**

Um dos maiores legados do projeto, a FESA ocorre anualmente na cidade de Laranjeiras do Sul/PR e reúne os empreendimentos, grupos agroecológicos e agricultores familiares em um dia festivo e de exposição e comercialização dos seus produtos. É o principal canal de diálogo e integração entre campo e cidade. Durante a FESA ocorre a Feira de Sementes, com a troca de sementes e mudas de variedades crioulas e o Concurso

de Desenhos, envolvendo estudantes do ensino fundamental de dezenas de escolas da região que retratam através da sua arte suas concepções sobre a agroecologia e o ambiente onde vivem.

Na quarta edição da Feira, realizada em maio de 2016, comercializou-se mais de duas toneladas de alimentos saudáveis oriundos de dez municípios da região. Cerca de 2 mil pessoas passaram pela feira, um marco para o município. A FESA já conta com diversos parceiros e entrou para o calendário de eventos regionais.

### **Consolidação dos empreendimentos sociais e da rede de intercooperação**

Foram 37 empreendimentos assessorados pelo projeto, entre grupos formalizados e informais, em diferentes estágios de desenvolvimento. Enquanto o trabalho em alguns grupos teve foco na organização e estruturação produtiva, em outros a assessoria deu suporte à gestão e criação de canais de comercialização. As áreas de atuação destes grupos são das mais diversas, permitindo a integração de cadeias produtivas, como a produção de hortaliças agroecológicas, processamento de derivados de leite agroecológico, fabricação de panificados e concentrados de frutas, cooperativa de crédito e prestação de serviços de hospedagem e alimentação. A seguir apresentamos algumas logomarcas de grupos criados e consolidados a partir das ações do projeto e de iniciativas parceiras:

Além das ações já destacadas é importante listar entre os principais resultados o apoio à consolidação do núcleo Luta Camponesa da Rede Ecovida de Agroecologia, que congrega a maior parte dos empreendimentos e possibilita a certificação participativa da produção e das instalações, além de ser um importante espaço de mobilização e articulação entre as famílias, grupos e canais alternativos de comercialização.

A Rede de Intercooperação do Território da Cantuquiriguaçu está em fase de maturação e a continuidade das ações do Convênio Senaes, tão bem-sucedidas até aqui, é crucial para a sua consolidação.





**A** economia feminista no Brasil e na América Latina tem pautado a necessidade de mudanças gerais para garantir mudança na vida das mulheres. Não há como conquistar autonomia sem avançar na alteração da hierarquia de poder entre homens e mulheres. Para isso, é fundamental articular políticas públicas para a autonomia econômica que sejam geradoras de igualdade, que incidam sobre a socialização do trabalho doméstico e de cuidados e ao mesmo tempo, subsidie a produção das mulheres.

Foi com essa ideia construída pela economia feminista, que o **Centro Feminista 8 de Março**, Organização Não Governamental feminista sediada em Mossoró/RN, desenvolveu o projeto “**Entre a Terra e o Mar – Mulheres em rede fortalecendo a economia feminista**

**e solidária**”. Com a experiência de atuação direta junto a grupos de mulheres de quatro territórios potiguares, o CF8 desenvolveu entre 2014 e 2017, ações de articulação de empreendimentos de mulheres, tendo como referência a auto-organização, a convivência com o semiárido, a agroecologia e a economia feminista e solidária.

Este texto apresenta os principais resultados obtidos ao longo de três anos de execução das ações do projeto. Partindo de uma apresentação, de forma histórica, da Rede Economia e Feminismo-REF, no Brasil e no RN, como fundamental para e nas ações do Entre a Terra e o Mar, concluímos com os desafios que estão postos para o fortalecimento de uma economia feminista e solidária.

### REF: O fazer feminista em construção de redes

Com o propósito de articular ativistas de movimentos sociais de mulheres, técnicas de organizações não governamentais e pesquisadoras em torno do tema economia e feminismo, a Rede Economia e Feminismo (REF) foi criada em 2001 com a participação de 13 estados e 22 organizações com os objetivos de:

1. Difundir a teoria econômica feminista como ferramenta de análise da situação das mulheres na realidade brasileira com construção de síntese das contribuições da economia feminista, de outras áreas do conhecimento que se ocupam das relações sociais de gênero, e do conhecimento substantivo produzido pela REF em atividades de formação e reflexão;
2. Capacitar mulheres, lideranças e assessoras de movimentos sociais como formadoras para análise

e ação em feminismo e economia para que promovam discussão e pesquisas, atividades de formação, e produção de conhecimento em suas regiões e estados com desenvolvimento de metodologia de formação que permita desmistificar a racionalidade e o tecnicismo das políticas econômicas e fortaleçam as mulheres como sujeitas neste debate;

3. Atuar como parte integrante da **REMTE (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia)** em conjunto com suas seções em funcionamento em onze países da América Latina e incidir, a partir de uma perspectiva feminista, nas redes, campanhas e movimentos que atuam na área da economia e alternativas de desenvolvimento.

O processo de articulação da REF se deu em encon-



tros de formação nacionais e fortalecimento da nossa auto formação em grupos de estudos, intercâmbios, bibliografias comentadas e a formação de mulheres, lideranças e assessoras de movimentos sociais em feminismo e economia. Nacionalmente, a REF realizou seu primeiro curso de formação sobre feminismo e economia em junho de 2002 e, desde então, tem priorizado as ações de articulação e formação com o propósito de atuar com núcleos nos estados.

Em atuação junto às militantes dos estados, a REF conseguiu influenciar nas temáticas de cursos e nos processos organizatórios das mulheres da economia

solidária. No tocante às políticas, conseguiu construir uma incidência em conjunto com o movimento da economia solidária com proposições de políticas públicas e controle social. De 2006 a 2016 participou do Conselho Nacional de Economia Solidária, exercendo papel de articuladora da temática economia feminista.

Nos espaços de organização política, constrói articulação com os movimentos sociais mistos para fortalecer a pauta das transformações da economia baseada em uma proposta feminista. A ação desenvolvida pela REF está articulada com a Remte e em diálogo com o fortalecimento da **Marcha Mundial das Mulheres**.

## A REF no Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte o poder de articulação das mulheres é muito forte e reconhecido nacionalmente. Por meio da inclusão do debate da economia feminista em diversas experiências, o RN se destaca como um dos principais estados articuladores da REF na formação e construção de uma identidade da economia feminista não só na execução de políticas e ações, mas também em na concepção teórica de uma economia para a autonomia e igualdade.

A atuação da REF no RN acontece nos espaços de formação política e na articulação e envolvimento com a **Rede Xique Xique**, parceira no processo de comercialização e fortalecimento do feminismo através de seus pilares feminismo, agroecologia e economia solidária com o intuito de ser "...capaz de incorporar em seus princípios e pilares o compromisso com o questionamento da divisão sexual do trabalho e o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados como a produção da vida. Além desse reconhecimento, tem o desafio de contribuir para que nas práticas cotidianas esse trabalho seja considerado uma responsabilidade coletiva e não uma atribuição específica das mulheres"

(FARIA, Nalu, 2011, p. 43).

Com esta parceria, o projeto "Entre a terra e o mar – Mulheres em rede fortalecendo a economia feminista e solidária", conseguiu articular 40 empreendimentos pela REF a fim de potencializar as atividades econômicas solidárias, não só na produção e comercialização, mas também no debate da economia feminista.

Com o objetivo geral de "fortalecer os empreendimentos econômicos solidários constituídos por mulheres na perspectiva da produção sustentável, da auto-gestão e comercialização articulados em rede", o projeto executado trazia os 40 empreendimentos articulados em 13 municípios dos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, em sua maioria, com produção de alimentos para subsistência. Mas entre os empreendimentos, podemos destacar outras atividades como artesanato, beneficiamento de pescado, produção de hortaliças, produção de polpa de frutas, além de feira de economia solidária.

Entre os objetivos específicos, **Entre a Terra e o Mar**, apresentava:

1. Assessorar a produção dos empreendimentos

## A execução do projeto permitiu fortalecer os empreendimentos econômicos de mulheres dentro dos objetivos e resultados propostos com a ação. No entanto, desafios se apresentam em torno da autonomia das mulheres. Entre eles, destacam-se

- O acesso das mulheres às compras públicas ainda permanece como um gargalo na caminhada dos grupos. A legislação posta torna cada vez mais difícil o cumprimento das normas. Os grupos que fazem o beneficiamento/processamento dos produtos beneficiados/processados são os que apresentam maior dificuldade para a comercialização pois, de acordo com a vigilância sanitária, as infraestruturas que possuem não adequadas.
- O período prolongado de estiagem reduziu consideravelmente a produção da maioria dos grupos articulados. Grande parte das comunidades onde estão localizados os empreendimentos tem pouca disponibilidade de água para produção. Nesse sentido, há a necessidade de pensar outras alternativas para viabilizar a produção. Dentre elas, é necessário fortalecer e ampliar as experiências de reuso de água.
- A divisão sexual do trabalho organiza de forma desigual a vida de homens e mulheres. Os trabalhos da produção e reprodução realizados pelas mulheres não são vistos e tampouco, valorizados. Isso faz com que, entre outras coisas, as mulheres tenham menos tempo para pensar e organizar sua produção.

econômicos solidários constituídos por mulheres na área da pesca e artesanato, com vista a agregar valor à produção pesqueira e aprimoramento do design do artesanato tradicional e pesqueiro, como estratégia para a geração de renda;

**2.** Fortalecer o processo organizativo, a comercialização e a articulação em rede de 40 empreendimentos econômicos solidários de mulheres dos territórios Sertão do Apodi e Açu-Mossoró;

**3.** Apoiar a interface entre a REF – Rede Economia e Feminismo e a Rede Xique Xique, para fortalecer a construção da economia feminista e solidária”.

Para conseguir alcançar os objetivos propostos, foram realizadas formações em economia feminista e solidária, capacitações para o melhoramento da produção, assessoria técnica, reuniões de articulação e fortalecimento da REF, intercâmbios e publicação.

Podemos considerar que a maior parte dos empreendimentos que compõe a REF/RN já tinha estabelecido algum nível de relação, especialmente em função da presença da Marcha Mundial das Mulheres e da Rede Xique Xique no Estado. No entanto, é preciso destacar o envolvimento de novos empreendimentos na rede oportunizado, a partir da ação do projeto, o fortalecimento da REF, inclusive com sua expansão (**Quadro 1**).

Para mensurar de forma quantitativa e qualitativa os principais resultados das ações do projeto, recorreremos

aos números e aos relatos das ações desenvolvidas:

Com a assessoria sistemática a 40 empreendimentos solidários de mulheres, atingimos diretamente 672 mulheres.

No processo de comercialização, a partir da articulação e auto-organização das mulheres, 14 grupos comercializam frequentemente na Rede Xique Xique tanto na loja quanto nos núcleos das feiras locais;

Um dos grupos de mulheres passou a organizar uma feira mensal de economia feminista e solidária na comunidade. São as próprias mulheres que executam todo o processo de gestão e venda dos produtos feitos por elas. Além de espaço de comercialização dos produtos, a feira também se configura como espaço de lazer e cultura. Três grupos tiveram experiência de venda dos produtos para PAA e /ou PNAE durante o processo.

A partir de um conjunto de parcerias, foi construída uma experiência de reuso de água cinza que favoreceu a produção de hortaliças por mulheres de um dos grupos assessorados. Essa experiência exitosa foi premiada como tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil e permitiu a multiplicação para mais três grupos.

A parceria entre a REF e Rede Xique Xique foi fortalecida. Desde o início da execução do projeto, as ações foram desenvolvidas de forma conjunta envolvendo ambas as redes, e isso é parte de um processo construído anteriormente que permitiu o avanço do debate sobre economia feminista e solidária e construção de perspectivas para o enfrentamento à divisão sexual do trabalho.

**Quadro 1**

<b>Nome do Empreendimento</b>	<b>Município</b>
Grupo de Mulheres Juntas Venceremos	Apodi
Grupo de Mulheres em Busca da Igualdade	Apodi
Grupo de Mulheres Art Vida	Apodi
Grupo de Mulheres de Rio Novo	Apodi
Grupo de Mulheres Arte em Palha	Apodi
Associação de Produtores e Beneficiadores de Marisco Crustáceo e Pescado de Ponta do Mel	Areia Branca
Grupo de Mulheres Sementes da Terra	Assu
Grupo de Mulheres Renova Recreio	Baraúna
Grupo de Mulheres Estrelas do Sertão	Baraúna
Grupo de Mulheres Cabeça do Boi	Campo Grande
Grupo de Mulheres de Caiana	Campo Grande
Grupo de Mulheres de Milagres	Campo Grande
Grupo de Mulheres de Salgado	Campo Grande
Grupo de Mulheres de Apanha Peixe	Caraúbas
UNIMAMA	Caraúbas
Grupo de Mulheres de Mirandas	Caraúbas
Grupo de Mulheres Extrativistas da Terra das Carnaubeiras	Caraúbas
Grupo de Mulheres de Pindoba	Felipe Guerra
Grupo de Mulheres de São Lourenço	Felipe Guerra
Feira de Economia Solidária do Nova Vida	Mossoró
Grupo de Mulheres Decididas a Vencer	Mossoró
Mulheres Unidas e Vitoriosas Jamais serão Vencidas	Mossoró
Grupo de Mulheres de Cordão de Sombra	Mossoró
Grupo de Mulheres de Picada	Mossoró
Grupo de Mulheres Guerreiras da Serra em Ação	Mossoró
Grupo de Mulheres na Pesca	Pendências
Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesã na Agricultura Familiar da Comunidade Porto do Carão	Pendências
Grupo de Mulheres do PA Rosado	Porto do Mangue
Grupo de Mulheres Pescadoras do Caráú	São Rafael
Grupo de Mulheres Pescadoras de São Rafael	São Rafael
Associação Comunitária das Mulheres Produtoras do Desterro	São Rafael
Cooperativa Tibauense de Pescado	Tibau
Associação das Mulheres Artesãs de Lagoa de Salsa	Tibau
Grupo de Mulheres Esperança Lilás	Upanema
Grupo de Mulheres Lutando para Vencer	Upanema
Grupo de Mulheres Construindo o Futuro	Upanema
Grupo de Mulheres S.S Somos Mais	Upanema
Grupo de Mulheres Unidas Venceremos	Upanema
Grupo de Mulheres de Sombreiro	Upanema
Grupo de Mulheres de São Sebastião	Upanema



## ICODERUS INSTITUTO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

**O Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (Icoderus)** é uma associação civil sem fins lucrativos criada em 9 de janeiro de 2002 com a finalidade de promover, apoiar e estimular a formulação de conhecimentos e o desenvolvimento de ações práticas que favoreçam a emergência no Estado de Sergipe de padrões de organização social e técnica da produção agrícola, orientados para o fortalecimento socioeconômico da agricultura familiar, bem como de ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, de fomento à economia solidária, crédito, processos de comercialização e ao associativismo e cooperativismo usando metodologias de desenvolvimento sustentável e emancipatório.

O Icoderus possui uma sede na cidade de Monte Alegre de Sergipe, um núcleo técnico e operacional em Aracaju e dois núcleos de apoio técnico e operacional nas bases de serviços de apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar, que se localizam na Cooperativa dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região – Cooperafir e na Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Moita Bonita.

A partir de 2008, o Instituto direcionou suas atividades ao apoio a empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária, principalmente em relação à dinamização econômica e com foco em mercados institucionais (PAA e PNAE), implantação de feiras da agricultura familiar e fortalecimento de pequenos mercados para grupos agroecológicos. Para isso firmou parceria com a Secretaria de Estado da Inclusão e Desenvolvimento Social – Seides, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria e Sergipe Mais Justo para implantar 15 feiras da agricultura familiar no estado, recebendo em comodato veículos (seis veículos modelo picape, dois caminhões baús), 300 barracas de feiras, balanças e equipamentos de multimídia para a operacionalização desses espaços

de comercialização e a implantação de bases de serviço de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar e economia solidária – BSC, em parceria com cooperativas estratégica por território atendido.

Foi executado pelo Icoderus o projeto “Secafes – Sistema Estadual de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária” com o objetivo de fomentar a estruturação, o fortalecimento e a consolidação dos processos de comercialização dos produtos (bens e serviços) das unidades familiares no meio rural, como componentes de real importância no contexto do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais de Sergipe. Isso foi feito por meio da operacionalização de cinco Bases de Serviços de Apoio a Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária – BSC em quatro territórios da cidadania no Estado de Sergipe, sendo dois incluídos no Plano Brasil sem Miséria com recursos da SDT/MDA.

Outro projeto captado pelo Instituto foi junto ao Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania intitulado “Juventude nas Feiras – Vivenciando tons e cores, cheiros e sabores”. O patrocínio captado visa o custeio para formações, organização e acompanhamento das equipes que operacionalizarão 15 feiras da agricultura familiar, bem como a construção de uma Central de Distribuição para viabilizar a logística de abastecimento regular desses espaços de comercialização. Essas feiras serão conduzidas por jovens filhos dos agricultores a apresentam-se como oportunidade de aprendizado e ocupação.

O Icoderus captou também, junto Senaes/MTE, recursos para a estruturação e apoio ao funcionamento do Circuito Integrado de Cooperação e Economia Solidária do Estado de Sergipe, com base em assessorias e acompanhamento técnico, visando à dinamização econômica da agricultura familiar.



Entrega da estrutura pela Seides

### Colhendo resultados

A Central de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Sergipe (Centrafes) foi a primeira rede criada para enfrentar as dificuldades de logística que surgiram com o fornecimento para os mercados institucionais, com o incentivo dos projetos desenvolvidos pelo Icoderus. A política de fidelização do agricultor familiar, cliente da União das Cooperativas de Transporte Coletivo Alternativo do Estado de Sergipe (Unicoopes), aproximou esses dois segmentos integrantes da economia solidária no Estado, que se uniram para fortalecer a agricultura familiar e suas cooperativas, resultando na organização e consolidação em uma nova rede de cooperação: o Circuito Integrado de Cooperação e Economia Solidária do Estado de Sergipe (Circuito), que é um processo de integração entre cooperativas, uma rede informal de iniciativa da Centrafes e Unicoopes, criada em 2012. A governança do Circuito é feita pelo seu núcleo político, composto pela Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (Ascoob), União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Sergipe (Unicafes-SE), Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (Icoderus), Unicoopes e Centrafes.

O objetivo principal da rede é a articulação para a comercialização de produtos da agricultura familiar para os mercados institucionais (PNAE e PAA), além dos mercados empresariais como supermercados e restaurantes, e mercados varejistas como as feiras da agricultura familiar espalhadas pelo estado e o pavilhão da agricultura familiar localizado no mercado do bairro Augusto Franco, em Aracaju. Para atingir o objetivo principal estimula o fortalecimento do cooperativismo e realiza a socialização de informações importantes para os beneficiários da rede.

Os EES trabalham com uma grande diversidade de produtos como mel, mandioca, milho, leite e seus derivados, galinha caipira, ovos de capoeira, arroz, feijão, carne de suíno, ovino e caprino, peixe, doces e outros alimentos, artesanato, cachaça orgânica, batata doce, inhame,



Entrega da estrutura pela Seides

rapadura e açúcar mascavo, frutas e legumes diversos. Esses produtos são destinados ao varejo, ao mercado empresarial (supermercados, Ceasas, empórios), as feiras da agricultura familiar e aos mercados institucionais: Programa de Aquisição de Alimentação (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A Central de Cooperativas de Agricultura familiar e Economia Solidária – Centrafes possibilitou a participação ativa nas chamadas públicas dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em que as cooperativas assinavam contrato de fornecimento, mas não conseguiam concretizar a entrega dos produtos adquiridos.

A Centrafes é uma rede juridicamente informal que congrega empreendimentos coletivos como associações e cooperativas singulares de produção legalmente constituídas. Criada em 2010 como fruto da necessidade das cooperativas em realizar a logística de forma mais eficiente e econômica e para atender a demanda de distribuição conjunta, evoluiu para prestar atendimento contábil e jurídico, reduzindo os custos em função da contratação conjunta desses serviços. Para a distribuição dos produtos alugou garagens e veículos e buscou recursos para a aquisição de barracas de feira, de forma a fortalecer também a comercialização direta ao consumidor.

Para o funcionamento e estruturação da Centrafes diversas instituições que têm a missão de apoiar o desenvolvimento local e fortalecer a agricultura familiar se tornaram parceiras, disponibilizando recursos financeiros, o que resultou no reconhecimento acerca da credibilidade da Central perante outras instituições públicas e privadas, além dos demais agricultores que também passaram a querer fazer parte da mesma.

No estado havia outra iniciativa de cooperação já em operação, mas sem vinculação com a agricultura familiar, a Central de Cooperativas de Transportes do Estado de Sergipe. A Cooperativa realiza transporte de passageiros por rotas que cobrem todo o estado e os 350 veículos da frota trafegam com os passageiros quase vazios. A Central criou um cartão fidelidade com desconto para os clientes



Reunião de avaliação no município de Moita Bonita

e percebeu que um passageiro regular dos veículos era o agricultor familiar, que se deslocava do povoado que reside para entregar a produção ao cliente ou ponto de venda, em outro município ou na capital. Para fidelizar o agricultor e sua família a Central criou o serviço gratuito de entrega da produção, em que o agricultor entregava os produtos no veículo e o motorista/cobrador entregava no destino. Em contrapartida, o que se desejava naturalmente era a preferência daquela família em fazer os deslocamentos sempre nos veículos da Central e não nos dos concorrentes.

### Circuito Integrado de Cooperação

Essa política de retenção de clientes aproximou a Central da Cooperativa de Transporte à Central das Cooperativas de Produção Agrícola e do relacionamento estabelecido entre os seus dirigentes percebeu-se a oportunidade de avançar na cooperação em prol da comercialização da agricultura familiar no Estado, envolvendo outras entidades atuantes junto a esse público. Nesse sentido, foram envolvidas a Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (Ascoob), a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Sergipe – Unicafes Sergipe, com o edital de Redes da Senaes/MTE o Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável – Icoderus junto com esses atores presentes, através do edital foi encaminhado à proposta de criação e operacionalização de uma rede que agregasse todos esses parceiros, o que se definiu por Circuito Integrado de Cooperação e Economia Solidária do Estado de Sergipe. Com esse arranjo cada instituição ficaria responsável por uma atividade crítica no Circuito: a **Centrafes** com a produção, a **Unicoopes** com o transporte, **Ascoob** com o crédito solidário, a **Unicafes** com o fortalecimento da cooperação e a representação política, o **Icoderus** com a assessoria técnica para o acesso aos mercados através da operacionalização do pavilhão da agricultura familiar do mercado do Augusto Franco, das feiras, dos acessos aos mercados institucionais (PAA, PNAE) fortalecendo a dinamização do comércio justo. O Circuito



Central de comercialização

constitui-se como uma rede não formal com o objetivo de desenvolver e ampliar práticas de cooperação solidária na produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, no tocante à melhoria dos processos de produção, intermediação, distribuição e varejo.

O Circuito Integrado de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária se dá em função da importância de superar as dificuldades de acesso aos mercados pelos agricultores familiares, visto que a atividade comercial é estranha ao produtor, que sempre se limitou às atividades desenvolvidas dentro da propriedade, ou “da porteira pra dentro” como ficaram popularmente conhecidas, assumindo o atravessador todo o trabalho comercial e de logística “depois da porteira”. Como não dispõem de veículos para fazer o transporte dos produtos cultivados na propriedade e não têm conhecimento sobre o mercado, preço de venda, impostos que incidem sobre a produção agrícola, exigências de qualidade dos produtos e outros temas relacionados à comercialização, os produtores normalmente entregam toda a sua produção ao atravessador a preços baixos, sujeitando-se a uma relação de subordinação e dependência a esses compradores.

Os resultados positivos já alcançados em termos de recursos captados, canais de comercialização implantados, produtos consumidos e aceitos, aumento de renda gerada para o agricultor, além do elevado grau de integração entre as lideranças das instituições do Circuito e destes com as instituições parceiras que atuam no desenvolvimento da agricultura familiar no estado, apontam essa experiência como um caso de sucesso.

Dos mais de 90 mil produtores rurais existentes no estado, em torno 4 mil famílias fazem parte das cooperativas de produção vinculadas à Centrafes/Circuito Integrado, o que representa um avanço para os mesmos em termos de melhoria da qualidade de vida e da renda, mas por se tratar de uma experiência recente provavelmente ainda carece de melhorias e ajustes.

Outro aspecto da experiência e que representa um desafio é a inclusão de novas cooperativas de produção,

a ampliação das atividades de crédito, assistência técnica e cooperação.

O ano de 2009 foi o primeiro em que o PNAE trouxe o tratamento diferenciado para a agricultura familiar. A primeira chamada pública no estado de Sergipe, realizada pela Secretaria de estado da educação – SEED, com essa situação tinha recursos destinados da ordem de R\$ 1,4 milhão, entretanto, apenas a Cooperafes Moita Bonita conseguiu se credenciar e vender cerca de R\$ 56 mil. Os produtos vendidos foram batata doce (16,4 toneladas) e abóbora (26,2 toneladas), mas devido à descentralização das entregas, quase 40% do valor das mercadorias foram alocados para o pagamento do frete.

A Cooperafes Moita Bonita foi a primeira cooperativa do Brasil a acessar o PNAE após o tratamento diferenciado para a agricultura familiar.

Na segunda chamada pública mais cinco cooperativas conseguiram se credenciar para o PNAE e se uniram num esforço de coleta e centralização da distribuição. Em função da experiência anterior da Cooperafes MB e da localização geográfica central no estado, a cidade de Moita Bonita foi escolhida para abrigar o centro de distribuição dos produtos. Também corroboraram na escolha a existência de uma cooperativa de ônibus e de uma frota de caminhões que realizam fretes na região, como também a credibilidade já conquistada pela Cooperafes junto a esses agentes de logística de realizar o pagamento pelo serviço após o recebimento do governo.

Para realizar a primeira entrega às cooperativas alugaram uma garagem na cidade, coletaram os produtos juntos aos agricultores familiares, levaram para o centro de distribuição, separaram e realizaram a entrega nas escolas. Em duas semanas distribuíram os produtos em todas as escolas do estado. E conseguiram reduzir os custos com transporte, que seriam em torno de R\$ 0,40 por quilo de produto se entregues por cada cooperativa individualmente, para R\$ 0,17 por quilo com a entrega realizada pelas cooperativas juntas. Os recursos

economizados com a redução dos fretes foram destinados aos produtores, melhorando a sua renda.

Com o resultado positivo obtido com essa experiência de logística coletiva, as cooperativas perceberam a importância de fortalecer e ampliar a cooperação entre si, indo além do transporte compartilhado. Assim, montaram uma rede de cooperativas para receber assessoria jurídica, assessoria contábil, realizar a promoção dos produtos, profissionalizar a gestão e se fortalecer politicamente para defesa dos interesses da agricultura familiar no estado.

### Experiência a serviço dos EES

Atualmente a Centrafes articula, organiza e realiza a logística completa para as 402 escolas estaduais, auxilia na organização das entregas de muitas das 815 escolas municipais e nos demais beneficiados dos mercados institucionais, e também nos mercados empresarial e varejo. São cerca de 50 produtos diferentes (in natura e beneficiados) que, somados, atingiram em torno de 3 mil toneladas de alimentos no ano de 2014, obtendo uma receita aproximada de R\$ 10 milhões. Deste total, 80% são oriundos das compras públicas (PNAE – 60% e PAA – 20%) e 20% é fruto da comercialização para os outros mercados (supermercados e venda direta). Os beneficiados com a merenda escolar são alunos do ensino fundamental, médio, Educação Para Jovens e Adultos - EJA (fundamental e médio), creches, pré-escolas, Programa Mais Educação, Educação de Indígenas e Quilombolas.

Para a realização do trabalho, a Centrafes, com o apoio do Icoderus, dispõe de uma estrutura composta de dois galpões de distribuição e veículos (três caminhões tipo baú, duas caminhonetes modelo S10, quatro caminhonetes Montana) e aluga caminhões quando necessário. Os caminhões que recolhem e entregam os alimentos são alugados em diversos municípios já com a respectiva mão de obra para a operação gerando uma ocupação de 80 postos de trabalho direto (motorista,

Mercado Milton Santos: pavilhão da agricultura familiar



Feira de agricultura familiar no município de Ribeirópolis





Logística de abastecimento – PAA e PNAE

carregadores, selecionadores), além de indiretos (produtores). Conta também com o trabalho de agentes de comercialização nas bases de serviços, estes componentes das cooperativas singulares.

Uma ação relevante da atuação política da Centrafes em busca de benefícios é a articulação junto as Secretarias de Educação estaduais e municipais visando à apresentação dos produtos da agricultura familiar de cada município assim como a capacidade de entrega. Desta forma, as Secretarias, sabedoras da oferta disponível, podem elaborar a chamada pública considerando essa oferta e garantindo o atendimento do percentual legal mínimo de 30% de aquisição da agricultura familiar para a merenda escolar. A Secretaria de Estado e em torno de 40 secretarias municipais já convidam a Centrafes para apresentar os produtos. As outras secretarias municipais são visitadas visando apresentar a lei, repassar informações de como está funcionando nos municípios que compram da agricultura familiar, e cobrar que a prerrogativa da lei seja cumprida.

Destaque para outro resultado da ação política da Centrafes é a obtenção de infraestrutura para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, a exemplo do pavilhão da agricultura familiar no mercado do bairro Augusto Franco em Aracaju, barracas de feira e utensílios diversos (balanças, caixas, etc.), veículos para a logística de distribuição dos alimentos, equipamentos audiovisuais e de informática, e móveis. Hoje, graças ao Projeto Juventude nas Feiras/Petrobrás/Icoderus a Central de Distribuição encontra-se em funcionamento e em finalização da construção.

Outro fruto da intervenção política da Centrafes e um de seus resultados mais relevantes foi a conquista da isenção do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado de Sergipe para os produtos da agricultura familiar destinados ao PNAE.

A Centrafes avançou significativamente no acesso dos agricultores familiares e suas cooperativas aos mercados institucionais por meio da ampliação do número de famílias atendidas, do aumento do número de coo-

perativas participantes, da geração de renda crescente e qualificação dos processos de gestão das cooperativas associadas. Tais avanços resultam da busca por agregar cooperativas com grande diversidade de produtos, da disponibilização de assessoria jurídica e contábil às cooperativas, como também da estratégia adotada de beneficiamento dos alimentos, terceirizando os serviços de beneficiamento junto a empresas instaladas e certificadas a exemplo do abate de animais e da produção de sucos prontos para beber e leite de coco, como também nas unidades agroindustriais próprias das cooperativas que produzem bolos diversos, polpas de fruta, sachês de mel, etc. As ações de logística integrada e beneficiamento dos alimentos geraram um aumento na renda do produtor em torno de 30% (trinta por cento).

Do ponto de vista comercial e gerencial a Centrafes já acumulou grande experiência nestes cinco anos de atuação em articulação e logística, trazendo benefícios a toda rede e tornando Sergipe um exemplo de experiência exitosa de governança e cooperação. A atuação proativa do Icoderus e das lideranças das cooperativas em busca de melhorar a vida no campo gerou resultados positivos e expressivos da política de inclusão dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar, o que logo nos primeiros anos tornou o Sergipe referência nacional por ser um dos Estados a alcançar maior percentual de êxito em relação à condição de oferecer o mínimo de 30% dos produtos da agricultura familiar.

Onze cooperativas singulares e associações fazem parte atualmente da Centrafes, as quais beneficiam diretamente 2.013 famílias que somadas às famílias indiretamente beneficiadas atinge aproximadamente 4 mil famílias, residentes em 23 municípios do estado de Sergipe. Todas as cooperativas possuem DAP jurídica e seus cooperados possuem DAP física. A direção da Centrafes realiza visitas periódicas às cooperativas associadas visando fortalecer a cooperação, diagnosticar possíveis problemas e dificuldades e apoiar a sua resolução. Em função dos resultados positivos que vem conquistando, mais sete cooperativas estão em processo de integração com a Centrafes, as quais agrupam 390 famílias.

O planejamento estratégico da Rede Circuito está em permanente discussão, principalmente animada pelo seu comitê gestor, necessitando ser constantemente ajustada e validada pelos agricultores familiares e empreendedores solidários, como o transporte integrante das cooperativas ligadas à Centrafes e à Unicoopes, com vistas a sua legitimação e compromisso com a implementação e atingimento dos resultados. Hoje contamos com o apoio da ADS que vem desenvolvendo um trabalho para aprimoramento das ações e consolidação da REDE CIRCUITO o que tem sido impar para o processo de formação e construção coletiva de novas metas e planos.



## XIQUE XIQUE

REDE XIQUE XIQUE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

### PROJETO MAIS XIQUE XIQUE

FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA REDE XIQUE XIQUE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA NOS ESTADOS DO CE, MA E RN

Paulo Roberto de Sousa Silva<sup>1</sup>

## Contexto e antecedentes das articulações regionais

O avanço da sociabilidade e da economia capitalista, centrado na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho e da natureza, para produção de lucros, tem apresentado limites e contradições, dentre os quais se destacam a crescente desigualdade social; a concentração de riqueza em contraposição à persistência da pobreza e da fome; os índices crescentes de desemprego e precarização das condições e relações de trabalho; os riscos decorrentes da produção de alimentos sem compromisso com a saúde pública; e a degradação ambiental, que alcança níveis que ameaçam à vida na Terra.

Tais impactos atingem desigualmente os diversos territórios e sujeitos, implicando mais fortemente nas periferias sociais, a exemplo da região Nordeste do Brasil, onde encontramos os mais elevados índices dos fatores citados, e sobre alguns segmentos populacionais, como as mulheres, os jovens, as populações tradicionais, os pequenos agricultores, dentre outros, cujas condições de sobrevivência têm sido, cada vez mais, ameaçadas. Segundo a PNAD Contínua (2016), observamos uma taxa de desemprego ascendente, atingindo um índice nacional de 12% de desocupação, ao final de 2016. Na Região Nordeste esse indicador chega à marca de 14,4%. Segundo o Censo IBGE 2010, a maioria dos 16,27 milhões de extremamente pobres no país está concentrada principalmente na região Nordeste, totalizando 9,6 milhões de pessoas (59%), em

sua maioria no campo. Do total de brasileiros residentes na zona rural, um em cada quatro se encontra em extrema pobreza (25,5%). 51% dos extremamente pobres têm até 19 anos de idade, 71% são negros e 26% não são alfabetizados (com 15 anos de idade ou mais). O número de pessoas que passam fome no mundo ultrapassa os 60 milhões, destes 60% são mulheres.

Diante disso, as populações mais afetadas, sobretudo nas periferias urbanas e na zona rural, têm buscado alternativas autônomas de trabalho e sobrevivência; e grupos organizados vêm pautando a crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico e propondo soluções que se contraponham a essa lógica social e econômica, do que são exemplares a agroecologia, como enfoque científico e cultural que funda práticas de agricultura e de vida sustentáveis e sob relações solidárias; e a economia solidária, que centrada na autogestão, na cooperação, na solidariedade e na sustentabilidade vem instituindo práticas econômicas que visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores, produtores autônomos e familiares, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo.

A iniciativa de organização da economia solidária tem sido uma estratégia de superação da pobreza e da miséria em muitos contextos do Brasil, seja nas periferias das grandes cidades, seja no contexto rural. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Economia

1. Coordenador Técnico do Instituto Florestan Fernandes. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz; Mestre em Educação Brasileira pela UFC

2. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2016. [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP\\_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil\\_2016.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf). Acesso em 20/06/2017.

Solidária (SIES)<sup>2</sup>, até 2013 tínhamos um total de 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil. Destes, 8.040 somente na Região Nordeste (40,8%). Em relação à área de atuação, os Empreendimentos da Economia Solidária encontram-se majoritariamente na área rural (54,8%).

Organizar-se economicamente sob outra lógica e, contraditoriamente, ter que relacionar-se com a economia convencional do mercado capitalista coloca para os pequenos produtores da economia solidária uma série de desafios, dos quais destacamos: o isolamento dos empreendimentos, com reduzida capacidade de produção, dificuldades de oferta regular em escala e de atendimento a demandas variáveis; as dificuldades de acesso à assistência técnica, tecnologias e informações; a baixa capacidade de investimento e ausência de capital de giro; as dificuldades de acesso aos diversos circuitos de comercialização, com reduzida capacidade de gestão e logística, implicando em significativa dependência de atravessadores; a inserção pontual e fragmentada nas cadeias produtivas em que atuam, com grande dependência do mercado convencional em vários elos das cadeias; a baixa capacidade de intervenção junto ao poder público, do que decorrem políticas públicas débeis, pontuais e fragmentadas, implicando numa baixa capacidade de produção e de comercialização, com reduzidas possibilidades de colocar-se como alternativa economicamente viável tanto para os produtores, quanto aos consumidores, reforçando as relações de dependência e subordinação com o mercado convencional.

Em contraposição, criativamente, vem se destacando como alternativa para superação dos limites citados, o rompimento do isolamento, através da organização política, sobretudo nos Fóruns e Redes de Economia Solidária, e a articulação entre Empreendimentos Econômicos Solidários, culminando em Redes de Cooperação Solidária.

Nesse sentido, entre 2008 e 2013, o Instituto Florestan Fernandes (IFF) compartilhou a coordenação do Programa FADOC - Fundo de Apoio e Desenvolvimento das Organizações Comunitárias, em parceria

com a Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (ACACE) e a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS), envolvendo ainda a Rede Xique Xique, no Rio Grande do Norte, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Ceará, e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), na Bahia, financiado pela Direção Geral de Cooperação ao Desenvolvimento (DGCD) da Bélgica e a Solidariedade Socialista (SOLSOC), apoiando 14 Organizações Comunitárias de Base (OCB's) nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, com ações em torno dos eixos "Soberania e Segurança Alimentar" e "Trabalho Decente e Vida Digna (Economia Solidária)". Entre 2010 e 2012, ocorre uma nova iniciativa de ação articulada na Região, com Empreendimentos de Economia Solidária e Instituições de Fomento, através do Projeto Brasil Local - Desenvolvimento e Economia Solidária, numa parceria entre a Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACC/RN) e o Instituto Florestan Fernandes, envolvendo empreendimentos dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte na elaboração de Planos de Economia Solidária, acompanhamento às ações dos EES e articulação de políticas públicas locais. E entre 2013 e 2017, a partir da Chamada Pública 004/2012 da Senaes, de apoio e fortalecimento às redes de cooperação constituídas por empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários, o Instituto Florestan Fernandes, em parceria com a AACC/RN, a Associação Nossa Senhora de Loreto e a Associação de Comercialização Solidária Xique Xique, executaram o Projeto "Fortalecimento e Ampliação da Experiência da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária nos Estados do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte" (Projeto Mais Xique Xique), com o objetivo principal de fortalecer e ampliar a experiência da Rede Xique Xique na Região, vindo ao encontro da necessidade apontada pelos empreendimentos, durante a execução do Projeto Brasil Local, de construir estratégias de comercialização em rede.

## O Projeto Mais Xique Xique

A Rede Xique Xique de Comercialização Solidária é uma articulação de trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais, organizada desde 2003, em torno dos princípios da agroecologia, do feminismo e da economia solidária, inicialmente com grupos da região oeste do Rio Grande do Norte, atingindo a abrangência de doze municípios no Estado, até 2013. Considerando a experiência consolidada como Rede de Cooperação Solidária e com ações articuladas noutros estados da Região Nordeste,

em parceria com diversas instituições, inclusive com o Instituto Florestan Fernandes, o Projeto "Fortalecimento e Ampliação da Experiência da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária nos Estados do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte" (Projeto Mais Xique Xique) foi proposto como possibilidade para sua ampliação tanto no Rio Grande do Norte, quanto no Ceará e Maranhão, contemplando em sua totalidade 80 grupos de Economia Solidária, em 29 núcleos, sendo 06 no Ceará: Bela

Cruz, Crato, Fortaleza, Quixeramobim, Santana do Acaraú, Trairi; 09 no Maranhão: Raposa, Rosário, Bacabeira, Paço do Lumiar, Paulino Neves, Presidente Juscelino, Santa Luzia do Paruá, São José de Ribamar, São Luís; e 14 no Rio Grande do Norte: Baraúna, Governador Dix-Sept Rosado, Grossos, Jandaíra, Janduis, João Câmara, Messias Targino, Mossoró, Natal, Parnamirim, Pendências, Pureza, São Miguel do Gostoso, Serra do Mel.

A possibilidade de ampliação da Rede Xique Xique buscava consolidar uma experiência de autogestão e democracia participativa, compartilhando sua identidade e seus princípios, através da implantação de ações integradas entre bases de assessoramento à economia solidária, com ação de agentes de desenvolvimento solidário, formação e qualificação das práticas de autogestão, produção e comercialização solidária, com foco nas principais cadeias produtivas da economia solidária.

Especificamente, o Projeto organizou-se em torno de quatro objetivos: Fortalecer as atividades de gestão e comercialização da Rede Xique Xique, implementando bases de serviços de economia solidária para o assessoramento em metodologias participativas de gestão, comercialização e produção junto aos núcleos locais da Rede Xique Xique e seus EES; Contribuir com mobilização, formação e organização dos EES para uma ação integrada nos espaços de políticas públicas locais e territoriais; Apoiar e fortalecer as diferentes experiências de comercialização fomentadas e organizadas através da ação da Rede Xique Xique, desenvolvendo as estratégias de acesso às compras governamentais de produtos e serviços da economia solidária, contribuindo com o desenvolvimento local dos EES; e Fortalecer a gestão participativa do projeto nas dimensões regional e estadual envolvendo equipe e EES nas atividades de formação e PMAS.

Para tanto, estruturou-se 03 Bases de Assessoramento em Economia Solidária, sendo uma em cada estado, contando com uma equipe com um Assessor Técnico de Base em cada estado e um Agente de Desenvolvimento Solidário, em cada município, integrando a ação técnica e a articulação de base, num conjunto de iniciativas voltadas à promoção da articulação dos grupos em Redes de Cooperação Solidária e para construção dos planos de cadeias e planos de sustentabilidade dos núcleos.

A partir das Bases foram realizadas oficinas municí-

pais e estaduais sobre o processo de auto-organização em rede e formação, especialmente relacionada aos eixos estratégicos da Rede Xique Xique: agroecologia, economia solidária e feminismo; oficinas estaduais de formação e mobilização, reunindo representantes dos núcleos locais de comercialização; assessoramento à elaboração dos planos de cadeias produtivas e de sustentabilidade das redes; além de acompanhamento técnico aos grupos produtivos, organização das feiras de economia solidária, mobilização para a participação política e fomento ao debate sobre os programas de comercialização do mercado institucional.

A partir dos planos de cadeias e de sustentabilidade das redes, foram realizadas oficinas estaduais por cadeia produtiva, a fim de detalhar estratégias e assegurar encaminhamentos para sua implementação, fortalecendo os fluxos de cada cadeia, e foram elaborados projetos de captação de recursos para investimentos produtivos nos municípios de atuação do projeto.

Para o fortalecimento da identidade e unidade da Rede Xique Xique nos três Estados, foram realizados 02 Encontros da Vida, envolvendo participantes dos núcleos do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, como espaços de integração, troca de experiências e discussão dos princípios, desafios e possibilidades da articulação em Rede. Realizaram-se, ainda, intercâmbios, com visitas entre os grupos, para trocas de tecnologias e metodologias, bem como para o fortalecimento dos vínculos. E produziram-se rótulos para produtos e materiais de divulgação do projeto e de identidade visual da Rede.

Por fim, destacamos a organização de um sistema de planejamento monitoramento avaliação e sistematização do projeto, constituído por encontros regionais semestrais de formação e PMAS, com equipe do projeto e Conselho Gestor, com rotinas coletivas de monitoramento da execução e dos indicadores de resultados previstos.

Esse conjunto de iniciativas, seguindo o espírito proposto pela Senaes no Termo de Referência da Chamada Pública 004/2012, teve centralidade no fortalecimento dos EES, através da organização em Redes de Cooperação Solidária, no caso em questão, tomando a Rede Xique Xique como arranjo articulador de abrangência regional; e no estudo e planejamento das cadeias produtivas da economia solidária, como estratégia de fortalecimento da dimensão econômica das Redes.

## As redes e os planos de cadeia produtiva e de sustentabilidade

Disseminar a experiência da Rede Xique Xique e de sua proposta político e pedagógica de comercialização e formação em rede possibilitou que os diferentes grupos envolvidos no projeto pudessem construir as melhores estratégias para avançar na sua organização em cadeias e redes solidárias de produção e comercialização. A expe-

riência de organização em núcleos da Rede Xique Xique animou a organização de núcleos municipais nos três estados, possibilitando um processo inicial de construção de identidade e de intercâmbios e fortalecendo os fluxos econômicos em âmbito estadual, onde os grupos já possuíam histórico anterior de relações.

A elaboração dos planos de cadeia produtiva e de sustentabilidade econômica foi executada em vários encontros municipais e estaduais. O processo partiu da construção de um estudo sobre cadeias produtivas em economia solidária, vistas como um ciclo da produção ao consumo, analisando a organização interna, a articulação em redes e as iniciativas que precisam ser fortalecidas. O olhar sobre a dinâmica da organização abordou a divisão sexual do trabalho, considerando o feminismo como um dos princípios da Rede Xique Xique, discutindo como ocorre no ciclo da cadeia produtiva e propondo medidas para superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Os Planos de Cadeias Produtivas, em questão, direcionam-se às Redes de Cooperação da Economia Solidária nos territórios, organizadas ou em processo de organização, como um instrumento que oferece os elementos fundamentais para pensar e propor ações que possibilitem ampliar e qualificar a inserção dos empreendimentos solidários em todas as dimensões da cadeia: produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo solidário. E o Plano de Sustentabilidade Econômica, por sua vez, é um instrumento operacional do planejamento e gestão dos empreendimentos solidários, orientados a estabelecer estratégias efetivas para a qualificação dos processos produtivos e fomentar a dinamização econômica dos empreendimentos.

Construídos de modo integrado, objetiva conhecer a realidade organizativa e produtiva dos empreendimentos, identificando os elementos técnicos que possam subsidiar a construção de proposições para o reordenamento dessas cadeias, estabelecendo um maior diálogo com os princípios da economia solidária. E assim, entender melhor a lógica de funcionamento dos seus sistemas produtivos, sua forma de gerir os recursos disponíveis nas unidades de produção, identificando e priorizando aspectos favoráveis que possam implicar em melhorias econômicas e em alternativas para a sua inserção em novos mercados, bem como os processos organizativos e de articulação em redes.

A orientação para a elaboração dos planos foi iniciada com a construção de um Guia Metodológico e com uma Oficina de Elaboração dos Planos de Cadeias Produtivas, realizada em março de 2015 em Natal/RN, reunindo as equipes dos Estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte, contando com a assessoria técnica de Joaquim Apolinar Diniz, da AACC.

Na oficina foram discutidos os princípios da Rede Xique Xique e se aprofundou sobre as atividades necessárias a serem realizadas junto aos empreendimentos nos municípios. Na ocasião, se percebeu também a necessidade de detalhar melhor os passos da elaboração e articular as atividades, de forma a gerar os planos de cadeias produtivas e os planos de sustentabilidade, considerando as diversas etapas das cadeias (insumos, sistemas produtivos, matéria

prima, beneficiamento, comercialização e consumo), partindo de um diagnóstico incluindo o desenho do ciclo da cadeia produtiva; a análise das forças propulsoras e restritivas em cada etapa do ciclo (econômica, relações, ambiental, gestão); a discussão sobre a divisão sexual do trabalho, organização interna dos empreendimentos e articulação em rede; e um levantamento sobre as políticas públicas e a comercialização. E finalizando com proposições sobre a divisão sexual do trabalho, a organização interna e a articulação em rede; e de ações sobre investimento/crédito, capacitação e assistência técnica.

Esse percurso metodológico tomou como referências o Guia Metodológico e as Notas Técnicas da Senaes/MTE; as orientações técnicas propostas pela Assocene em documento redigido por André Vasconcellos; e as experiências e diálogo com os parceiros do Projeto Mais Xique Xique.

Os Planos foram construídos num processo coletivo participativo, com etapas municipais, no âmbito dos núcleos, e etapas estaduais. Foram 03 encontros de nivelamento conceitual e metodológico, envolvendo equipe de coordenação do Projeto; membros da coordenação da Rede Xique Xique; Assessores de Base e Agentes de Desenvolvimento Solidário. Seguidos de 03 oficinas municipais com representações dos grupos de produtores, sendo a primeira para discussão sobre os princípios de Economia Solidária e da Rede Xique Xique e levantamento das cadeias produtivas; o segundo, para estudo do ciclo das cadeias produtivas prioritárias e identificação de ações e o terceiro para socialização e validação dos Planos.

As oficinas municipais foram intercaladas por duas oficinas estaduais, sendo a primeira com foco na discussão da organização em rede e cadeias produtivas e na definição das cadeias prioritárias no Estado e a segunda, para consolidação dos Planos de Cadeia Produtiva e de Sustentabilidade Econômica. Cada Oficina municipal ou estadual foi precedida de um processo de preparação, com os assessores de base e os agentes de desenvolvimento solidário, e seguida de sistematização.

No Rio Grande do Norte, com o levantamento da oferta de produtos e serviços que são realizados pelos empreendimentos econômicos solidários, foi possível identificar que existe uma variedade de produtos que estão organizados nas cadeias produtivas da apicultura; melipolicultura; hortifrutigranjeiros; beneficiamento de alimentos (doces, salgados, polpa); pescado de marisco; confecção de roupas (corte e costura, serigrafia e bordados); artesanato (de palha, de tecido, biscuit e sementes); castanha de caju e moeda comunitária. Essas cadeias produtivas envolvem 38 grupos, sendo 05 feiras; 02 pontos fixos de comercialização solidária; 22 associações; 05 cooperativas e 04 unidades familiares. Esses grupos estão articulados em 15 municípios do Rio Grande do Norte, sendo eles: Apodi, Baraúna, Governador Dix-Sept Rosado, Janduí, Jandaíra, João Câmara, Messias Targino, Mossoró, Natal, Parnami-

rim, Pendências, Pureza, São Miguel do Gostoso, Serra do Mel e Tibau. A sazonalidade dos produtos são distintas, as cadeias produtivas de hortifrutigranjeiros, apicultura e beneficiamento de alimentos tem sua produção de acordo com a safra ou temporada, já as cadeias de artesanato e confecção são realizadas quinzenais, mensais ou de acordo com as demandas. A comercialização é realizada em feiras agroecológicas e de economia solidárias, ou nas feiras tradicionais locais ou de cidade vizinhas, como também aos programas de compras governamentais PAA e PNAE, exposição em eventos locais, estaduais, na própria sede da associação/grupo/cooperativa. No âmbito do Estado, foram definidas três cadeias produtivas prioritárias: hortaliças, apicultura e artesanato para elaboração dos Planos de Cadeias.

No Ceará, a Rede Xique Xique articulou 19 grupos, em 06 municípios: Fortaleza, Trairi, Bela Cruz, Santana do Acaraú, Quixeramobim e Crato. Esses grupos oferecem uma diversidade de produtos, dentre os quais se destacam o artesanato; a confecção, produtos da agricultura familiar (milho, feijão, mandioca, caju), criação de pequenos animais (galinha caipira, suínos e ovinos), extrativismo de produtos da Chapada do Araripe (pequi, mangaba, cambuí, goiaba) e alimentos processados da agricultura familiar. Os produtos, em geral, são oferecidos em feiras locais, municipais e regionais e em vendas diretas ao consumidor. Os produtos da agricultura familiar têm sido oferecidos também para o mercado institucional (PNAE e PAA) e os artesanatos e confecções contam, ainda com pontos fixos. Além disso, todos os produtos são oferecidos para atravessadores. Os produtos extrativistas e da agricultura familiar possuem sazonalidade, que dependem do período de safra ou do período de chuvas. Os demais produtos são oferecidos ao longo do ano. No âmbito do Estado, foram definidas cinco cadeias produtivas prioritárias: mandioca, caju, galinha caipira, pequi e artesanato para elaboração dos Planos de Cadeias.

No Maranhão, a Rede mobilizou e articulou 23 grupos, em 09 municípios, quais sejam: Bacabeira, Paulino Neves, Presidente Juscelino, Rosário, Santa Luzia do Paruá, São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Os

principais produtos oferecidos por esses grupos estão diretamente relacionados com os potenciais dos territórios onde estão inseridos, possibilitando uma maior circularidade na rede. São eles: artesanato (um grande diversidade produzidos a partir do linho do buriti, de casca de mariscos, em cerâmica, palha, bordados e pinturas), mel, hortifrutigranjeiros, farinha, verduras, produtos de panificação e reciclagem. Além desses produtos os grupos também ofertam serviços de hospedagem e educação ambiental e realizam ações de preservação dos mangues em dois portos na região metropolitana de São Luís. A maioria dos produtos tem uma sazonalidade anual, podem ser produzidos de forma permanente. Com exceção dos hortifrutigranjeiros, todos os demais produtos têm condições técnicas de serem comercializados de forma regional e os grupos têm potencial de produção para isso. No âmbito do Estado, foram definidas quatro cadeias produtivas prioritárias: mandiocultura, apicultura, extrativismo do linho do buriti e artesanato para elaboração dos Planos de Cadeias.

Nesse processo, encontramos dificuldades em alguns núcleos, em virtude da diversidade de produtos com que trabalham, sendo necessário priorizar cadeias que incluem a maioria dos grupos. Optou-se, ainda, pela construção de planos estaduais, contemplando as cadeias produtivas principais em cada Estado, integrando-os aos planos de sustentabilidade das Redes, em abrangência estadual.

A delimitação da abrangência estadual dos planos decorreu dos limites identificados na articulação regional. Identificamos dificuldades logísticas para viabilizar fluxos econômicos dos empreendimentos geograficamente distantes e com produtos muito variados. Tais fluxos foram fortalecidos em âmbito local e estadual, mas não se concretizaram regionalmente.

Observou-se, ainda que a maioria dos empreendimentos utiliza insumos que não são provenientes da economia solidária, faz pouco beneficiamento dos produtos e depende de atravessadores para escoar sua produção. Isso é reflexo da falta de uma rede desenvolvida, mas também de limites de infraestrutura para produção, beneficiamento, transporte e comercialização, para os quais carece de recursos para investimentos.

## Algumas considerações

No que se referem à execução do Projeto Mais Xique Xique e aos resultados esperados, alguns limites se colocaram ao longo da trajetória e alguns desafios se interpõem ao horizonte futuro.

A falta de recursos para investimento tem sido um fator desmobilizador desde a adesão de alguns empreendimentos ao Projeto e uma das principais necessidades apontadas nos Planos construídos. Embora os

núcleos tenham elaborados projetos para captação de recursos e diversas iniciativas, diretas dos grupos ou articuladas em rede na busca por outras fontes de investimento, tenham sido mobilizadas, essa é uma questão que merece maior atenção das políticas de economia solidária.

No âmbito da execução, as dificuldades de comunicação com alguns agentes, inclusive de acesso à Internet, em virtude das condições estruturais de suas lo-

calidades têm comprometido a agilidade na gestão de informações e na articulação dos grupos, sobretudo na zona rural. Somam-se, a isso, as dificuldades de reunir-se regularmente pela distância geográfica entre grupos e a falta de recursos para esse fim. Algumas atividades, em alguns núcleos, tiveram que ser realizadas com grupos separados, subdividindo os núcleos, para viabilizar a execução do projeto.

Sobre a consolidação da articulação regional da Rede Xique Xique avaliou-se que tal objetivo não se consolidou efetivamente no âmbito desse Projeto. Embora tenha ocorrido um bom compartilhamento dos princípios da Rede Xique Xique (economia solidária, feminismo e agroecologia) verificamos dificuldades, já citadas, na construção de fluxos econômicos regionais. Optamos, então, por um maior fortalecimento das articulações produtivas no âmbito dos estados, mantendo uma articulação regional de caráter mais político e, postergando a necessidade de estudos mais detalhados sobre as possibilidades de articulação econômica regional de cooperação solidária.

Em relação aos resultados alcançados, vale destacar a abrangência do Projeto com 80 EES mobilizados nos Estados do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, cadastrados no Cadsol e cientes de sua importância, que se fortaleceram institucionalmente, a partir da ação articulada em rede, qualificando sua participação nos Fóruns e Redes de Economia Solidária; na interlocução com o poder público e na comercialização direta, sobretudo em feiras de economia solidária, em decorrência das atividades de capacitação, assistência técnica e planejamento, através da assessoria das bases de assessoramento em economia solidária.

Nos 03 Estados, verificou-se o fortalecimento da articulação política e dos fluxos econômicos entre os EES, sobretudo no âmbito municipal e estadual; ampliação do número de EES e de núcleos da Rede Xique

Xique no Rio Grande do Norte e compartilhamento dos princípios da Economia Solidária, do Feminismo e da Agroecologia nos núcleos dos 03 Estados, a partir da experiência da Rede Xique Xique, consolidando 03 planos com as principais cadeias produtivas e de sustentabilidade das redes estaduais, possibilitando a sistematização de informações e a organização de estratégias para fortalecimento da economia solidária em cada Estado. E 29 projetos para captação de recursos elaborados, a partir das necessidades dos núcleos, com foco nos planos de cadeias produtivas, sendo alguns negociados e obtido êxito de financiamento, junto a outras organizações financiadoras.

Finalizamos, enfatizando positivamente, a contribuição do Projeto Mais Xique Xique no compartilhamento de concepções e princípios que orientam a Rede Xique Xique, quais sejam: a Economia Solidária, o Feminismo e a Agroecologia; no fortalecimento da Rede Xique Xique no Rio Grande do Norte e na articulação dos EES no âmbito estadual no Ceará e Maranhão, culminando com Planos de Desenvolvimento de Redes estaduais e no fortalecimento da articulação com outras organizações estaduais e municipais, a exemplo da Rede Cearense de Economia Solidária, do Fórum Cariense de Economia Solidária e do Fórum Maranhense de Economia Solidária. O histórico de parcerias, entre as instituições citadas, no assessoramento e na articulação de EES na Região Nordeste, sobretudo, com o que se compartilhou da experiência da Rede Xique Xique sinalizam promissoras perspectivas de identidade política. E o potencial econômico de algumas cadeias produtivas na região, do que destacamos a mandioca, o leite, o caju, o mel, os pequenos animais e o artesanato, pode vir a efetivar-se a partir da continuidade de ação articulada e planejada, conjugada com assessoramento técnico integrado, investimentos e políticas públicas dirigidas aos setores específicos.

### Missão

**P**romover o desenvolvimento sustentável, por meio da agroecologia, do comércio ético, justo e solidário e da educação ambiental, tendo como prioridade a agricultura familiar, atuando regional, nacional e internacionalmente.

### Apresentação

O IMCA é uma associação sem fins lucrativos qualificada como Organização da Sociedade Civil com Interesse Público (OSCIP), criada no município de Montenegro, na região Metropolitana de Porto Alegre. É uma das iniciativas que trabalha com organização popular, cooperativismo e associativismo desde 1994 no Estado do Rio Grande do Sul.

O IMCA atua na área da agroecologia formando e assessorando trabalhadores da agricultura familiar. Realiza estudos no campo da agroecologia, tendo como objetivo o acesso a mercados e o comércio justo, ético e solidário. No campo da comercialização, assessora grupos de agricultores, bem como desenvolve ações na área da economia popular e solidária.

Na área ambiental, desenvolve um projeto junto aos agricultores da região de recuperação de áreas de reserva legal e APPs, com introdução, de espécies nativas nas propriedades. Realiza formação e assessoria em Sistemas Agroflorestais como estratégia de restauração das propriedades.

### Linhas de atuação

- Educação
- Tecnologia
- Acesso a mercado
- Certificação
- Manejo ecológico dos sistemas produtivos;
- Apoio, formação e assessoria ao movimento Slow Food
- Apoio, formação e assessoria a Sistemas Participativos de Garantia (SPGs)
- Serviços ambientais
- Consolidação de usinas de compostagem
- Formação e assessoria em manejo de sistemas agroflorestais
- Inclusão de cooperativas ao comércio justo e solidário e orgânico
- Apoio a agroindustrialização (formação e assessoria)
- Fortalecimento de identidade territorial
- Consolidação de espaços de comercialização
- Inserção de cooperativas à Cooperativas Sin Fronteras
- Apoio do Sistema Nacional de Comércio Justo
- Consolidação da Cooperativa Sem Fronteiras Brasil.

## PROJETOS EXECUTADOS E EM EXECUÇÃO

### Redes ECOFORTE CSF/MT - FBB

**Objeto:** Estruturação da REDE COOPERATIVA SIN FRONTERAS DO BRASIL - BASE MT; de produção agroecológica e de comercialização justa e solidária das regiões do Portal da Amazônia e da Baixada Cuiabana.

**Beneficiários:** 150 agricultores familiares e assentados da reforma agrária, que foram beneficiários da tecnologia social de produção agroecológica integrada e sustentável - PAIS, e que fazem parte das organizações cooperadas e núcleos do Portal do Amazonas e da Baixada de Cuiabá que compõe a REDE CSF-BR, Base MT.

**Ano:** 2015 a 2017.

**Resultados esperados:** Instalação da Rede CSF Ecoforte no estado do MT.

### PNHU - FBB

**Objeto:** Este projeto traz uma nova proposta de moradia urbana associada à tecnologia social. A motivação surge quando se deseja agregar à ocupação do espaço urbano a consciência do estar e pertencer local, como um estímulo ao espírito público e ao fortalecimento dos laços entre as famílias, instigando os princípios de associativismo, a participação comunitária e o empoderamento da comunidade. O projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social é uma ferramenta que possibilita a articulação com diferentes atores, Prefeituras, entes públicos, sociedade civil organizada e moradores, objetivando o desenvolvimento social a partir de ações complementares, por meio de tecnologias sociais, nos empreendimentos habitacionais do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU). Nos empreendimentos nos municípios de Ituiutaba (MG), E Bagé (RS).

**Beneficiários:** 400 famílias.

**Ano:** 2015 a 2017.

**Resultados esperados:** Famílias empoderadas e apoiadas.

### ATER - Vila Bela de Santíssima Trindade - MT

**Objeto:** Constitui o objeto desta Chamada Pública a seleção de entidades para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER no contexto da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar – PNATER e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater, para os assentamentos criados ou reconhecidos pela Superintendência Regional do INCRA no Mato Grosso.

**Beneficiários:** Agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

**Ano:** 2015 a 2017.

**Resultados esperados:** Famílias atendidas.

### Projeto ATER Pesca Minas Gerais – MDA

**Objeto:** Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, destinado a agricultores familiares, visando o desenvolvimento sustentável da aquicultura por meio de atividades individuais e coletivas, em municípios localizados no Estado de Minas Gerais/MG.

**Beneficiários:** 400 famílias de agricultores familiares.

**Ano:** 2015 a 2017.

**Resultados esperados:** Famílias atendidas.

### Serra dos Cavalinhos II Energética S.A (integrante do grupo Brookfield)

**Objeto:** O presente convênio tem como objetivo a conjugação de esforços e efetiva participação dos convenentes para, mediante cooperação técnica e financeira, implantar programa de fortalecimento da economia local, melhoramento a sustentação familiar e promovendo a integração da mulher no meio produtivo e a formação de jovens no município de Fagundes Varela, através do desenvolvimento da produção agroecológica de maneira sustentável, da sensibilização e capacidade de maneira sustentável, da sensibilização e capacitação das comunidades locais para fortalecer as bases da sensibilização e capacitação das comunidades locais para fortalecer as bases da agroecologia no desenvolvimento da agricultura familiar de forma limpa e saudável, ecologicamente e socialmente, permitindo o resgate da conscientização dos meios de produção ("projeto").

**Beneficiários:** 50 unidades País (em torno de 200 pessoas).

**Ano:** 2013/2014.

**Resultados esperados:** unidades instaladas e famílias atendidas, com propriedades em processo de transição agroecológica.

**FBB 12.314**

**Objeto:** Melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias beneficiadas pelas unidades PAIS, através da implementação de um sistema de comercialização que permita a gradual inserção dos produtos adequados e qualificados em diferentes mercados, de forma competitiva e autossustentável.

**Beneficiários:** O público-alvo, a ser envolvido diretamente num período de seis meses, será formado pelas 200 famílias beneficiárias das unidades PAIS, que serão capacitadas, receberão assistência técnica, e apoio com comercialização e, indiretamente, cerca de 1000 pessoas assistidas pelo projeto (média de 5 pessoas por família).

**Ano:** 2013.

**Resultados Esperados:** Cinquenta unidades PAIS estarão adequando a produção programada de hortaliças, frutas e ovos, utilizando os três anéis do sistema PAIS já implantados. Esses produtos estarão sendo adequadamente higienizados/ classificados, ou processados e embalados, para serem inseridos nos mercados locais (feiras livres, varejistas, institucionais – PAA e PNAE), uma produção aproximada de 295.200 ton/ano ou 6,150 kg por semana. Com vendas que irão gerar uma receita bruta anual de R\$ 737.150,00, o que significa renda anual de R\$14.743,00 por agricultor familiar por ano. • Cooperativas dos produtores estarão em operação, gerenciando o funcionamento das atividades de compras de insumos e sua distribuição aos produtores, de apoio à produção e distribuição de mudas, de adequação e processamentos mínimos dos produtos em escala piloto e de transporte e distribuição dos produtos. • Será implantada uma operação para logística de transporte e distribuição dos produtos. • Estarão preparadas as bases para a comercialização nas feiras livres (30% da produção) e PAA/PNAE (31,4% da produção), bem como para estender a comercialização da produção com os restaurantes, supermercados e rede hoteleira. • Dos produtos, 38% da produção passará a ser comercializada nos restaurantes e na rede varejista das cidades de maior porte da região do Portal da Amazônia e do entorno de Cuiabá. • Estará implantado e em fase inicial de operação uma unidade de processamento mínimo de hortifrutigranjeiros, classificação, embalagem e distribuição da produção gerenciado pela cooperativa âncora do sistema, em articulação com associações a serem criadas nas comunidades com maior concentração de produtores. • Serão realizados diagnósticos para elaboração de projeto de adequação ao beneficiamento e processamento, a normas sanitárias e legislação, pequenas agroindústrias • Serão realizadas 5 capacitações para 200 agricultores em boas práticas de manipulação de alimentos, em gestão e comercialização, associativismo e cooperativismo, empreendedorismo solidário e em certificações – SPGs. • Será instalado um espaço de comercialização de produtos do comércio justo e solidário da agricultura familiar para gerar maior visibilidade e impulsionar a comercialização conforme o primeiro espaço já inaugurado no RS (<http://www.raizsemfronteiras.com.br>).

**MDA RS 777062**

**Objeto:** Fortalecer o processo de promoção da estratégia da abordagem territorial e do desenvolvimento rural sustentável no estado do Rio Grande do Sul, com ênfase nos aspectos de "Apoio aos Colegiados Territoriais", de "Apoio à Implementação e Gestão dos PTDRS e de Projetos Territoriais", de "Apoio à Inclusão Produtiva e Dinamização Econômica dos Territórios" e de "Ações de Capacitação e Formação" nos territórios e pré-territórios do estado do RS.

**Beneficiários:** 2032 pessoas – 11 Pré-territórios.

**Ano:** 2012.

**Resultados esperados:** Apoio aos territórios – RS.

**MDA MT 774889**

**Objeto:** Ações de promoção da abordagem territorial e do desenvolvimento rural sustentável, cuja finalidade seja a melhoria da qualidade de vida da população rural, a organização e inclusão sócio-produtiva, a dinamização econômica nos territórios rurais, o fortalecimento dos atores sociais, por meio da adoção de princípios e de práticas da gestão social, com a implementação e integração de políticas públicas nos territórios, bem como a capacitação de agentes de desenvolvimento e a realização de eventos em apoio ao desenvolvimento territorial.

**Beneficiários:** 1356 pessoas – 1 cooperativa – 10 territórios.

**Ano:** 2012.

**Resultados esperados:** Apoio aos territórios – MT e MS.

## MTE 776107 REDES

**Objeto:** Desenvolver estratégias de comercialização de produtos e serviços de cooperação com a consolidação da rede Cooperativa Sin Fronteras do Brasil de economia solidária e mercado justo em níveis nacionais e regionais.

**Beneficiários:** 160 empreendimentos da economia solidária.

**Ano:** 2012

**Resultados Esperados:** Em Execução **Resultado 1** - Pelo menos 100 EES aderindo a Rede Cooperativa Sin Fronteras do Brasil de Economia Solidária, comércio Justo e Limpo, consolidando esta como uma Recosol Nacional;

**Indicador:** Cadastros e banco de dados de 100 EES implementado. **Resultado 2** - Pelo menos uma Base de Serviços Econômicos Solidários (BS-Ecosol) criada em cada uma das regiões do Brasil, interagindo com a rede CSF-Br, e atuando nos mercados locais, municipais e estaduais com produtos dos arranjos produtivos e da economia solidária;

**Indicador:** Gestão da Rede CSF-Br. e BS-Ecosol implementada e consolidada por regimento, atribuições, diretrizes e objetivos comuns acordados. Ou pelo menos um circuito de comercialização com arranjo entre empreendimentos estabelecido em pelo menos 3 regiões do Brasil sob assessoramento participativo do IMCA/CSF-Br. **Resultado 3** - Pelo menos 100 EES inclusos em pelo menos um Sistema públicos de compra de produtos da agricultura familiar e no sistema nacional de economia solidária. **Indicador:** 100 Cadastros de EES inclusos no SIES, na Rede Brasil Rural. **Resultado 4** - EES organizados nas BS-Ecosol/CSF-Br, com produtos dos arranjos produtivos, inseridos em pelo menos um cadastro comprador de cada um dos setores, (institucional, de consumo, de feiras, de varejo), em cada uma das regiões do Brasil. **Indicador:** 10 Cadastros de EES - BS-Ecosol inclusos em gestores públicos de compra de alimentos da agricultura familiar em pelo menos 10 capitais, e em uma cooperativa de consumo por região, e em uma feira/ cestas por região, e em uma rede de varejo por região. **Resultado 5** - Pelo menos 50 EES da CSF-Br, inseridos em um Sistema de Certificação, Solidária ou do Mercado Justo. **Indicador:** 50 empreendimentos com procedimentos de certificação do mercado justo ou solidário em andamento.

## MTE 774489 CERTIFICAÇÃO

**Objeto:** Implementar uma metodologia de certificação de terceira parte para Empreendimentos da Economia Solidária fortalecendo o reconhecimento das práticas de comércio solidário, justo e ético do Brasil e ampliando o Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES) em apoio as políticas públicas e a Agricultura Familiar, por meio de experiência e Cooperativas Sin Fronteiras para fomento e dinamização da Economia nos Territórios Rurais.

**Beneficiários:** Diretos 500 – Indiretos 2.000.

**Ano:** 2012

**Resultados esperados:** Em execução: Empreendimentos Econômicos Solidários cadastrados e avaliados para adequação e necessidades de certificação. Metodologia de Certificação Solidária desenvolvida, avaliada e difundida./Empreendimentos Econômicos Solidários inclusos em um Sistema de Certificação Solidária.

## FBB 11.778

**Objeto:** Facilitar o acesso comercial de produtos dos agricultores familiares e suas organizações em condições adequadas aos mercados orgânicos e de comércio justo, aumentando renda e gerando melhores condições de vida no meio rural.

**Beneficiários:** Caju, Mel, Mandioca, Babaçu, Suco de Fruta e Café. 8.000 pessoas entre grupos de agricultores, onde a FBB tem apoiado o desenvolvimento de suas cadeias produtivas com a aplicação de Tecnologias Sociais e sócios, pré-sócios e colaboradores da iniciativa CSF.

**Ano:** 2011

**Resultados Esperados:** Obtenção de novos canais de comercialização em mercados orgânicos e justos para produtos da agricultura familiar. Atingir padrão de qualidade exigido pelos mercados-alvos para os produtos. Aumento da capacidade de gestão empresarial em organizações de agricultores familiares.

## FBB FOSSAS

**Objeto:** Difusão da Tecnologia Social Fossas Sépticas – Biodigestoras no Estado do MT – 200 unidades.

**Beneficiários:** 200 unidades

**Ano:** 2011

**Resultados esperados:** Instalar 200 fossas sépticas biodigestoras para as famílias beneficiárias, com vistas a prover o saneamento básico do esgoto dos vasos sanitários, evitando doenças transmitidas pelo uso da fossa negra, que contaminam o lençol freático e poços caseiros com coliformes fecais. Realizar 22 cursos de educação ambiental para 220 pessoas. Prestar assistência técnica do projeto durante o período de 10 meses.

## AGROINDÚSTRIA - MDA

**Objeto:** Inserir o agricultor familiar associado e cooperado nos processos de agroindustrialização da sua produção com adequação de produtos e processos em atendimento aos mercados nacionais e internacionais com atributo justo, limpo e ecológico.

**Beneficiários:** 420 pessoas, 75 agroindústrias e 4 cooperativas.

**Ano:** 2010

**Resultados esperados:** Realizar diagnóstico técnico de agroindústrias e cooperativas. Orientar tecnicamente agricultores familiares em processos e procedimentos operacionais agroindustriais.

## FBB PAIS

**Objeto:** Implementar um sistema de produção agrícola através da Tecnologia Social PAIS, como instrumento de inclusão de renda, acesso a mercados, qualidade de vida e igualdade para as comunidades rurais, para grupos tradicionais, mulheres e jovens rurais domiciliados em municípios caracterizados no estado do Mato Grosso.

**Beneficiários:** Hortifrutigrangeiros. 800 beneficiários, entre agricultores familiares, comunidades tradicionais e alunos de escolas rurais, que sobrevivem da cultura de subsistência, considerados dentro dos quadros de vulnerabilidade social, fazem uso de técnicas artesanais na agricultura e são atendidos pelas políticas emergenciais do governo federal.

**Ano:** 2010

**Resultados esperados:** Gerir o projeto, conduzir e monitorar os coordenadores técnicos e agentes multiplicadores a prestar assistência técnica continuada e especializada, às famílias de agricultores rurais para instalação e funcionamento das unidades PAIS, bem como desenvolver processos de formação, animação e educação contextualizada. Desenvolver processos de formação técnica, operacional e social. Realizar capacitações com foco em formação social, gestão, mercado, comercialização e novas tecnologias entre núcleos produtivos do Sistema PAIS, para as 200 famílias. Adquirir materiais para assistência técnica e os kits para instalação das 200 unidades.

## SEBRAE COMÉRCIO JUSTO

**Objeto:** Qualificar, consolidar e dar visibilidade à comercialização ética e justa no mercado internacional em forma de redes, desenvolvendo e acompanhando o processo de formação e certificação de comércio justo, incluindo novos produtos, bem como agregando valor aos produtos e elevando a comercialização de produtos nos comércios: local, nacional, internacional e buscando a inserção da Cooperativa de Agricultores Familiares, à iniciativa CSF – Cooperativas Sin Fronteras.

**Beneficiários:** agricultores familiares.

**Ano:** 2010

**Resultados esperados:** Fortalecimento da parceria dos agricultores familiares do Brasil com cooperativas, associações e empresas no mundo. Dinamização da economia local por meio da geração de trabalho e renda. Fortalecimento da produção familiar rural em três aspectos: tecnologia, gestão e organização social. Melhorar a qualidade dos produtos produzidos pela cooperativa envolvida, qualificando sua presença nos mercados locais, regionais, nacionais e internacionais. Buscar aperfeiçoamento nos aspectos gerencial e administrativo das cooperativas, preparando-as para enfrentar uma situação de mercado cada vez mais exigente; fortalecimento das redes existentes nos territórios rurais. Buscar mecanismos de socialização dos conhecimentos gerados, fazendo com que o maior número possível de cooperativas sejam beneficiadas. Incrementar a produtividade através da melhoria do acompanhamento técnico e gerencial realizado junto aos agricultores familiares.

## COMÉRCIO JUSTO 2010 – MDA

**Objeto:** Implementar ações e apoiar o processo de discussão de políticas públicas direcionadas ao fomento do comércio Justo Ético e Solidário no conjunto da Agricultura Familiar, integrando com ações da Iniciativa Internacional Cooperativa Sem Fronteiras.

**Beneficiários:** Em execução, cadeias a definir, 134.500 Agricultores Familiares e cooperativas beneficiadas.

**Ano:** 2010

**Resultados Esperados:** Participar de eventos para fomento ao mercado justo nacional e internacional. Realizar seminários, eventos e encontros no âmbito nacional e internacional com tema CJS/CSF. Apoiar feiras e eventos de promoção de produtos da AF e o encontro de agricultura biodinâmica do Cone Sul e Conferência Nacional de Agricultura Biodinâmica. Animar reuniões de redes de cooperativas em nível nacional. Elaborar planos de cadeia de produção, planos de negócio, e estudos de potencialidades econômicas nos territórios rurais. Realizar consultoria especializada em cooperativismo e comercialização para cooperativas envolvidas com o tema CJ.

## ICCO

**Objeto:** Promover a agricultura familiar através da estreita ligação com as práticas do manejo orgânico e dos fundamentos do comércio justo internacional, potencializando capacidades e qualidades produtivas, por meio do cooperativismo e garantindo sua participação nos mercados nacional e internacional, através da parceria Cooperativa Sem Fronteiras Internacional.

**Beneficiários:** Agricultores familiares (2780 famílias) de 75 municípios do Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste do Brasil.

**Ano:** 2010

**Resultados esperados:** Cooperativas em conformidade com normas de manejo orgânico e do comércio justo, SCI's implementados e operantes, e certificações obtidas e realização de planejamento de produção definido e empreendimentos em conformidade no que diz respeito à processamentos e exportações, das seis cooperativas e duas associações. Estimativas de produção/exportação respeitadas de acordo com estudo inicial de prospecção, com preço de venda baseado na tabela FLO. Novas referências de produtos terminados, disponíveis inicialmente ao mercado europeu e brasileiro. 2.780 famílias economicamente beneficiadas.

## Contrato nº 009/2010 – Prefeitura de Sobrado/RS

**Objeto:** Elaboração, encaminhamento e acompanhamento de visitas as propriedades, levantamento de informação, com definição de área, elaboração do projeto técnico e encaminhamento da proposta para o Programa Estadual de Irrigação.

**Beneficiários:** Famílias de agricultores familiares

**Ano:** 2010

**Resultados Esperados:** Famílias atendidas.

## COMÉRCIO JUSTO 2009

**Objeto:** Implementar ações e apoiar o processo de discussão de políticas públicas direcionadas ao fomento do comércio justo ético e solidário no conjunto da agricultura familiar.

**Beneficiários:** 134.500 pessoas.

**Ano:** 2009

**Resultados esperados:** Realização de diagnósticos da prática do comércio justo, de mapeamento e abertura de mercados potenciais para a agricultura familiar com foco no mercado justo, de comunicação e divulgação de empreendimentos da AF, ligados a economia solidária, o monitoramento dos projetos para fomento do Mercado Justo Nacional e Internacional no âmbito do cooperativismo na AF e Economia Solidária, a adequação dos processos produtivos e Encontros Nacionais para articulação em redes de empreendimentos que atuam com CJS. Realização de Oficinas, Seminários e participação em eventos sobre CJS.

## SEBRAE TEC SOCIAL

**Objeto:** Difundir uma tecnologia que permite a utilização de óleo vegetal como combustível para motores diesel em máquinas agrícolas, e veículos especiais de apoio a atividades de coleta, com a finalidade de substituir, nas proporções necessárias a cada empreendimento, a utilização de equipamento convencional diesel por fonte alternativa (motores adaptados), ou mesmo introduzir a disponibilidade destes. O foco deste objetivo está nos efeitos ambientais e econômicos, tais como preservação de recursos hídricos e melhor desempenho dos pequenos empreendimentos.

**Beneficiários:** Agricultores familiares.

**Ano:** 2009

**Resultados Esperados:** Famílias atendidas.

## PROJETO PPECOS

**Objeto:** Desenvolver estratégias comerciais para frutos nativos, produtos apícolas oriundos da vegetação cerrado e caatinga através da promoção, formação e desenvolvimento de novos produtos para acesso aos mercados alternativos.

**Beneficiários:** 35 comunidades, 550 famílias, 3000 pessoas 1200 homens, 1000 mulheres, 650 jovens menores de 24 anos, 250 idosos.

**Ano:** 2009

**Resultados Esperados:** Apropriação dos conhecimentos de produtos e processos das outras experiências parceiras; inserção no mercado justo ético solidário de empreendimentos agroextrativistas do Cerrado; planejamento

estratégico comercial para a cadeia do mel e de frutas nativas na região Norte de Minas Gerais.

#### **PDA 380MA**

**Objeto:** Implantar projeto intitulado “Consolidação do grupo de Trabalho e Monitoramento dos Sistemas Agroflorestais na Rede Ecovida de Agroecologia”.

**Beneficiários:** Famílias de agricultores familiares.

**Ano:** 2009

**Resultados Esperados:** Grupo de trabalho implantado.

#### **SLOW FOOD MDA**

**Objeto:** Promover ações de conhecimento, divulgação, valorização e fortalecimento de iniciativas territoriais de conservação e manejo sustentável da agrobiodiversidade visando à agregação de valor e melhoria da renda, da segurança alimentar e nutricional e das condições de vida das famílias rurais.

**Beneficiários:** 15.400 pessoas.

**Ano:** 2008

**Resultados esperados:** Realização de seminários nacionais: do grupo de trabalho de abelhas nativas, da comissão nacional da Arca do Gosto, sobre Mercados da Terra. Participação em atividades internacionais: feiras e intercâmbios. Elaboração de materiais informativos e de estudos e serviços técnicos especializados.

#### **CSF**

**Objeto:** Buscar a inserção de cooperativas de agricultores familiares, comunidades tradicionais, populações indígenas e assentados de reforma agrária à iniciativa internacional Cooperativa Sem Fronteiras (CSF) ampliando a capacidade de relação com o mercado destas cooperativas e favorecendo técnica e comercialmente o crescimento de uma rede cooperativa territorial que contribua para a dinamização da economia dos territórios rurais.

**Beneficiários:** 135.181 pessoas.

**Ano:** 2008

**Resultados Esperados:** Identificar grupos potenciais para ingressar na iniciativa CSF, realizar diagnóstico destes grupos, organizar assembleia CSF, realizar intercâmbio técnico, participação em atividades internacionais da CSF, elaborar, acompanhar e avaliar plano de melhorias e/ou adaptações as cooperativas identificadas.

#### **Proposta nº 45835 – Prefeitura de Charqueadas/RS**

**Objeto:** Executar, capacitar e mobilizar famílias beneficiadas pelo Projeto Produção Urbana Sustentável de Alimentos.

**Beneficiários:** Famílias beneficiadas pelo Projeto Produção Urbana

**Ano:** 2008

**Resultados esperados:** Famílias atendidas.

#### **PROJETO CASA**

**Objeto:** Formação básica e continuada sobre agroecologia e permacultura a estudantes universitários, agricultores, consumidores e integrantes de movimentos sociais estratégicos no Centro de Tecnologia do Imca.

**Beneficiários:** 200 pessoas.

**Ano:** 2008

**Resultados esperados:** Capacitações realizadas.

#### **MDA CURSO**

**Objeto:** Capacitação de agricultores familiares em agroecologia e tecnologias alternativas no território Vale do Rio Caí, sudoeste do Paraná, Vale do Ribeira do Paraná e Barra do Turvo em São Paulo.

**Beneficiários:** 1.030 pessoas.

**Ano:** 2006

**Resultados esperados:** Capacitar técnicos e agricultores em técnicas de reconversão de motores a diesel a óleo vegetal reciclado. Realizar capacitações para jovens da Rede Ecovida de Agroecologia. Promover um processo de formação educacional baseado na pedagogia da alternância. Sistematizar as experiências e conteúdos.

#### PDA 423MA

**Objeto:** Fortalecimento da Rede de Sistemas Agroflorestais no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia bem como geração de indicadores de sustentabilidade dentro Bioma Mata Atlântica porção Sul. Com as experiências existentes, contribuir com dados e informações servindo de referencial para políticas públicas ligadas ao crédito e a conservação ambiental.

**Beneficiários:** Famílias Rede Ecovida.

**Ano:** 2006

**Resultados esperados:** Famílias atendidas

#### PROJETO FRAF

**Objeto:** Assessorar os processos regionais para gestão participativa e controle social do desenvolvimento sustentável da região do Vale do Caí.

**Beneficiários:** 10.000 agricultores familiares, 19 prefeituras municipais, 18 escritórios municipais da EMATER/RS-ASCAR, 5 associações e cooperativas de produtores ecológicos.

**Ano:** 2006

**Resultados Esperados:** Famílias assessoradas.

#### PROJETO ÓLEO – FBB

**Objeto:** Transferir recursos financeiros da União para a execução de desenvolvimento de tecnologia apropriada de biocombustível para a agricultura familiar, no município de Montenegro.

**Beneficiários:** Agricultores familiares.

**Ano:** 2005

**Resultados esperados:** Famílias atendidas.



**E**ste artigo pretende dialogar sobre estratégias desenvolvidas por organizações de trabalhadores e trabalhadoras, urbanos e rurais, voltadas para práticas de comercialização solidária de produtos e serviços produzidos por famílias e por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Além disso, também será exposto sobre a atuação do Instituto Marista de Solida-

riedade – IMS<sup>2</sup>, desenvolvida junto a redes de cooperação solidária, com ênfase no processo de articulação, promoção e organização de uma rede nacional de pontos fixos de comercialização solidária, composta por experiências das cinco regiões brasileiras e denominada Rede Brasileira de Comercialização Solidária (Rede ComSol).

## O Instituto Marista de Solidariedade e as redes de cooperação solidária

Desde a fundação, no ano de 1995, o Instituto Marista de Solidariedade/IMS, atua com vistas à promoção dos princípios e do fortalecimento das práticas de Economia Solidária. Inicialmente, o desafio estava em defender e garantir os direitos de crianças e adolescentes, no entanto, estava claro que muitos dos direitos das crianças e dos adolescentes eram violados em função dos desafios da geração de trabalho e renda por parte de famílias de trabalhadores/as urbanos, do campo e das florestas. Com isso, o IMS, estrategicamente, optou em apoiar experiências desenvolvidas por trabalhadores/as de EES situados nesses territórios e voltados para a organização da produção e da comercialização de produ-

tos e serviços, bem como os processos educativos junto a esses públicos.

Nesse período, o apoio era conferido principalmente por meio do aporte de recursos financeiros, que durante mais de uma década possibilitou a estruturação de grupos rurais envolvendo produção agrícola e criação animal, bem como o beneficiamento e o processamento dessa produção. Além disso, um grande contingente de EES urbanos também foram apoiados, possibilitando que estratégias produtivas e comerciais se qualificassem em diferentes dimensões, incluindo os aspectos relacionados à formação/capacitação, gestão, crédito (fundos rotativos solidários), produção e comercialização de

**1. Anderson Barcellos dos Santos:** mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UNB/FUP) e Analista Social – IMS. **Rizoneide Souza Amorim:** mestre em Ciências Sociais/Desenvolvimento Regional (UFRN) e Analista Social – IMS. **Vinícius Favilla Fuzeti:** geógrafo (UFV) e analista social – IMS.

**2.** O Instituto Marista de Solidariedade/IMS é uma unidade social da Província Marista Brasil Centro-Norte/PMBCN. Para saber mais informações sobre as ações dessa unidade, acessar: [www.ims.org.br](http://www.ims.org.br).

produtos e serviços.

Com o passar do tempo, a partir de 2005, o IMS passa a atuar em todo território nacional. O maior envolvimento com os EES e com outras organizações de apoio à economia solidária, possibilitou concluir que, para além do apoio financeiro realizado, era preciso garantir o reconhecimento da economia solidária por parte dos governos federal, estaduais e municipais. Era necessário, também, desenvolver ações no campo da formulação e estruturação de políticas públicas capazes de favorecer a produção, a comercialização e o consumo solidário, para garantir direitos para os EES e seus/as trabalhadores/as.

Tais elementos propiciaram um novo posicionamento institucional, levando o IMS a atuar em outras duas frentes de relevância: o assessoramento técnico e a incidência política. No âmbito da incidência política, a entidade optou pelo estabelecimento de alianças estratégicas com um coletivo de EES e com Organizações de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAF), visando a estruturação e o funcionamento de espaços de concertação política capazes de favorecer o diálogo com governos. Nesse sentido, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária/FBES e os fóruns de economia solidária estaduais, territoriais e municipais, propiciaram essa importante arena, que por sua vez, articulou o estabelecimento de leis, programas, projetos e políticas públicas em economia solidária nas diferentes esferas federativas.

Com relação ao assessoramento técnico, essa estratégia surge em função da demanda apontada pelo movimento da economia solidária ao longo dos anos nas plenárias e conferências. Com isso, o IMS passou também a desenvolver iniciativas no âmbito do assessoramento técnico, porém, com ênfase na comercialização solidária e formação de formadores em Economia Solidária.

Com o crescimento do movimento de economia solidária e a parceria do governo federal, em especial, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), foi possível desenvolver um conjunto de ações com recursos públicos. Dentre essas iniciativas, destaca-se a realização de feiras de economia solidária em todas as regiões brasileiras.

Entre os anos de 2005 e 2013, centenas dessas feiras ocorreram com aporte de recursos públicos. Vale ressaltar, que coube ao IMS um importante papel de formular e implementar metodologias de assessoramento e de realização de feiras de economia solidária, condizentes com as realidades dos territórios e levando em consideração os aspectos políticos, culturais, sociais e ambientais.

Graças à realização dessas feiras – bem como a realização de pesquisa com redes das cinco regiões brasileiras sobre a temática da comercialização solidária e o assessoramento em todo país a partir do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário/SCJS, foi possível avançar na qualificação das estratégias de comercialização dos EES. Importante lembrar que nesse mesmo período, o governo federal conseguiu proporcionar avanços significativos, principalmente para os EES de agricultura familiar, por meio do estabelecimento de mercados institucionais, entre eles o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e o Programa de Alimentação Escolar/PNAE. Ambos os programas desempenharam um papel pedagógico para a comercialização de produtos dos EES da agricultura familiar. No entanto, tais estratégias não são suficientes para atender todos os empreendimentos, uma vez que os EES urbanos que não possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf/DAP, e não produzem alimentos, também não são legítimos beneficiários, de acordo com as normativas desses programas.

O vácuo existente em relação a políticas públicas, principalmente, para o atendimento das demandas dos EES urbanos, produziu inquietações para o movimento da economia solidária e o próprio IMS. Tais inquietações possibilitaram o debate entre os envolvidos em torno de propostas que pudessem, além de contemplar EES urbanos e rurais, fossem propulsores do fortalecimento das experiências autogestionárias de comercialização solidária, desenvolvidas principalmente por Pontos Fixos de Comercialização Solidária<sup>3</sup>. Nesse sentido, o desafio passou a ser não só a qualificação de processos comerciais desenvolvidos pelos EES, mas, também, o de viabilizar a participação e o controle social de uma iniciativa de promoção de identidade nacional da comercialização solidária. Que, ao mesmo tempo, possibilite salvaguardar as identidades locais e estimular mercados e arranjos produtivos locais nos territórios em que es-

3. Os pontos fixos são espaços permanentes e/ou pré-estabelecidos onde se encontram os produtos e/ou serviços oriundos dos empreendimentos de economia solidária e agricultura familiar agroecológica; geralmente são expostos produtos e/ou serviços de mais de um/a produtor/a e a gestão do espaço é coletiva, realizada por representante dos empreendimentos envolvidos. Os pontos fixos de comercialização solidária têm por objetivo, dentre outros, promover e estimular a comercialização de bens e serviços produzidos pelos empreendimentos nos circuitos locais, a partir de uma relação comercial inspirada nos mesmos princípios da Economia Solidária e do Comércio Justo e Solidário.

tão inseridos os EES.

Foi nesse ambiente que o IMS e o movimento da economia solidária conceberam a estratégia de constituir uma rede nacional de colaboração solidária com foco nos processos de comercialização solidária. O his-

tórico institucional de relações com EES, redes de colaboração solidária e demais entidades que compõem o movimento da economia solidária, bem como experiência técnica e pedagógica, credenciaram o IMS para mediar a coordenação dessa estratégia.

## O contexto da rede consol nos territórios brasileiros

A **Rede Brasileira de Comercialização Solidária** – Rede ComSol é uma articulação de empreendimentos econômicos solidários comerciais, com espaços permanentes de comercialização solidária onde se encontram os produtos e os serviços da economia solidária e agricultura familiar agroecológica. É composta por pontos fixos, organizados em feiras permanentes (de produtos alimentícios e de artesanatos), lojas, veículos itinerantes de comercialização e centros públicos de economia solidária em todo país. A estratégia da rede é fortalecer a economia solidária por meio de arranjos econômicos de comercialização, para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

No processo de construção coletiva da Rede foi estabelecida como missão, “Conectar Pontos Fixos de comercialização solidária, fortalecendo as relações e experiências comerciais entre os EES e parceiros comerciais, respeitando as diversidades, os saberes populares, construindo a prática contínua do comércio justo, fomentando o consumo consciente e as práticas agroecológicas, para o bem-viver”. E tem como atribuições:

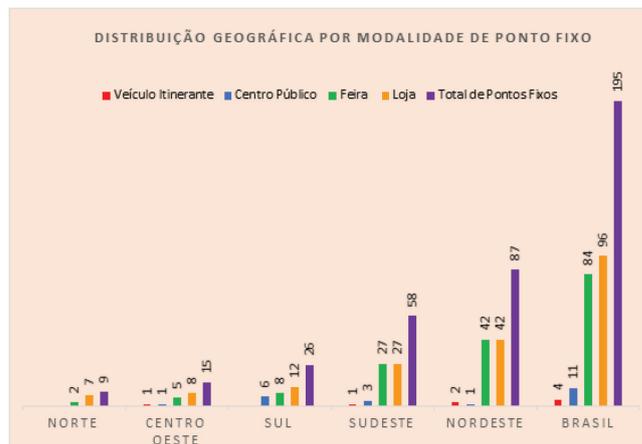
- Promover as relações comerciais, a troca de produtos, saberes e experiências entre os Pontos Fixos da Rede ComSol;
- Garantir a participação da Rede ComSol em feiras, eventos e encontros comerciais nacionais e internacionais;
- Ampliar a participação na Rede ComSol das organizações agroecológicas;
- Promover o intercâmbio com outros programas sociais do governo, voltados para a comercialização de bens e serviços (ex. o Programa de Artesanato Brasileiro/PAB);
- Dialogar com outras redes, cadeias e movimentos sociais, buscando a expansão contínua da Rede ComSol;
- Criar e manter uma ferramenta virtual que socia-

lize as informações e promova a comunicação e interação entre os Pontos Fixos da Rede ComSol, os parceiros comerciais e os consumidores;

- Promover a visibilidade da Economia Solidária e seus princípios junto à comunidade.

A Rede ComSol, atualmente, conta com 195 Pontos Fixos de Comercialização Solidária de todas as regiões brasileiras, que praticam a comercialização direta aos consumidores, por meio de feiras, lojas, veículos itinerantes e centros públicos de economia solidária, conforme verifica-se no gráfico a seguir.

**Gráfico 1** Distribuição geográfica dos pontos fixos da Rede ComSol por região



Notadamente, tais experiências nasceram com o propósito de atender às demandas de acesso a trabalho, renda, segurança alimentar, entre outras necessidades de trabalhadoras e trabalhadores de territórios urbanos e rurais, envolvendo inclusive populações de povos e comunidades tradicionais<sup>4</sup>, entre eles, quilombolas, indígenas, pescadores e ribeirinhos.

Estes empreendimentos ofertam uma vasta diver-

4. De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007): povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

sidade de produtos e serviços, incluindo artesanatos, produtos agroalimentares in natura e processados, produtos culturais, incluindo poesias, peças teatrais, músicas, livros, cordéis e muitos outros, conforme constam no banco de dados da Rede ComSol.

Ao olhar para a diversidade de produtos, não se pode deixar de considerar o papel desempenhado por estes empreendimentos, não somente em relação às demandas dos/as trabalhadores/as que a compõem, mas, também, àquelas demandas das sociedades locais, pautadas por hábitos diferenciados da maneira de se alimentar, de se vestir, de se calçar, entre outras características intrínsecas de cada região. Esses Pontos Fixos, além das atividades econômicas, trazem consigo, um conjunto de experiências importantes da forma de gestão e controle social dos recursos existentes, a partir de práticas de conservação ambiental e outras orientadas por princípios que respeitam as pessoas e demais formas de vida que coabitam cidades, campos e florestas. As formas de trabalho associado e autogestão<sup>5</sup>, desenvolvidas por esses grupos, constituem um acervo de práticas, possíveis de serem replicadas ou pelo menos servirem de inspiração para outras realidades. Nesse sentido, a Rede ComSol se apresenta como um coletivo composto de várias identidades, formadas a partir de culturas e de hábitos que orientam e contribuem com processos socioprodutivos e de desenvolvimento local em cerca de 135 municípios brasileiros.

Os atuais Pontos fixos da Rede ComSol estão conectados a 2.786 EES, mobilizando um contingente de 12.812 mulheres e 7.845 homens, totalizando 20.657 trabalhadores e trabalhadoras nas cinco regiões brasileiras.

Na Região Norte, a Rede ComSol conta atualmente com 9 pontos fixos, destes, 7 são lojas e 2 são feiras. Os Pontos Fixos da região Norte se relacionam com cerca de 38 outros EES, envolvendo 222 mulheres e 121 homens, totalizando 343 trabalhadores/as. Esses/as trabalhadores possuem formas diferenciadas de organização social e jurídica, sendo que a associação é a forma mais adotada por mais da metade dos pontos fixos, conforme expressa a **Tabela 1**.

A partir de diagnóstico, realizado pela equipe do IMS, dos Pontos Fixos dessa região, foram estimados os produtos mais vendidos por eles. Com isso, foi possível constatar que os produtos mais comercializados são

originários do campo ou da floresta, seja na forma de produto final, ou como matéria-prima. Destaca-se, entre tais produtos, o artesanato da sociobiodiversidade, além de outros produtos como oleaginosas, insumos, terapêuticos naturais, agroalimentares, bebidas e alimentares.

Os pontos fixos também expressam um importante contraponto em relação à estruturação de cadeias produtivas, em especial àquelas que envolvem elementos da sociobiodiversidade<sup>5</sup>. Portanto, cumprem um papel no que diz respeito ao desenvolvimento de práticas de manejo sustentável da floresta, bem como na recuperação e revitalização dos agroecossistemas, por meio da adoção de práticas de reflorestamento e de recuperação de áreas degradadas, além de acordos coletivos de conservação, uso e manejo dos recursos existentes na região, entre eles a agrobiodiversidade.

A Região Nordeste, se apresenta como a região que mais possui Pontos Fixos na Rede ComSol, com 77 pontos fixos distribuídos em 1 centro público, 41 lojas, 2 veículos itinerantes e 33 feiras. Os pontos fixos dessa região se relacionam com cerca de 526 EES e envolvem 3.079 homens e 5.122 mulheres, totalizando cerca de 8.200 trabalhadores/as, conforme **Tabela 2**.

As atividades de campo, realizadas pela equipe do IMS com esses pontos fixos, revelaram que, dentre os produtos comercializados, os agroalimentares, além de serem aqueles que apresentam maior diversidade, são os mais vendidos. Portanto, são os produtos que mais geram renda para os pontos fixos.

Quando se trata de alimentos, Andrew Flynn e Kate Bailey (2007), falam de sistemas alimentares alternativos que buscam “produzir mudanças” nos modos de conectividade “entre a produção e o consumo de alimentos, geralmente através da reconexão dos alimentos com o contexto social, cultural e ambiental de sua produção”. Com isso, no caso dos produtos de comércio justo, tem-se claramente os desafios da promoção de relações sociais equitativas entre produtor e consumidor. Sem dúvidas, essas tem sido as premissas fundamentais em relação às estratégias dos pontos fixos da Rede ComSol presentes na região, e que atuam no mercado de produtos agroalimentares.

A Região Centro-Oeste possui 10 pontos fixos, destes 1 está caracterizado como centro público, 1 como veículo itinerante, 8 são lojas e 5 são feiras. Essas inicia-

5. Produtos da sociobiodiversidade são bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou beneficiados) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

**Tabela 1** Pontos fixos da Rede ComSol na Região Norte

ESTADO	MODALIDADE				FORMA DE ORGANIZAÇÃO			HOMENS	MULHERES	TOTAL H + M
	Feira	Loja	Centro Público	Veículo Itinerante	Associação	Cooperativa	Informal			
AC	0	2	0	0	1	0	1	72	70	142
AM	1	0	0	0	1	0	0	2	23	25
PA	1	2	0	0	2	0	1	37	78	115
RR	0	1	0	0	0	1	0	1	19	20
TO	0	2	0	0	1	1	0	9	32	41
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>121</b>	<b>222</b>	<b>343</b>

**Tabela 2** Pontos fixos da Rede ComSol na Região Nordeste

ESTADO	MODALIDADE				FORMA DE ORGANIZAÇÃO			HOMENS	MULHERES	TOTAL H + M
	Feira	Loja	Centro Público	Veículo Itinerante	Associação	Cooperativa	Informal			
BA	1	9	1	0	3	5	3	1.218	2.018	3.236
SE	0	2	0	0	1	2	1	69	83	152
AL	2	3	0	0	3	1	1	33	94	127
PE	1	2	0	2	4	0	1	36	151	187
PB	8	5	0	0	10	0	3	31	99	130
RN	11	7	0	0	6	4	8	211	543	754
CE	2	6	0	0	3	3	2	127	350	477
PI	1	4	0	0	1	2	2	76	205	281
MA	7	3	0	0	1	0	9	1300	1572	2872
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>41</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>31</b>	<b>16</b>	<b>30</b>	<b>3.079</b>	<b>5.122</b>	<b>8.201</b>

**Tabela 3** Pontos fixos da Rede ComSol na Região Centro-Oeste

ESTADO	MODALIDADE				FORMA DE ORGANIZAÇÃO			HOMENS	MULHERES	TOTAL H + M
	Feira	Loja	Centro Público	Veículo Itinerante	Associação	Cooperativa	Informal			
DF	1	2	0	0	0	0	3	10	20	30
GO	2	1	0	1	1	2	1	69	83	152
MT	0	2	1	0	0	0	3	24	132	155
MS	2	3	0	0	1	0	4	710	871	1581
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>813</b>	<b>1.106</b>	<b>1.918</b>

tivas envolvem 1.918 trabalhadores/as organizados em associações, cooperativas e grupos informais, conforme expresso na **Tabela 3**.

Com relação aos produtos ofertados, um aspecto comum são os oriundos de cadeias produtivas da sociobiodiversidade do cerrado. Essas características trazem questões importantes quanto à exclusividade de certos produtos originários da região, onde destacamos

os frutos nativos como pequi, cumbaru, buriti, guavira, bocaiuva entre tantos outros, sendo que em algumas situações já existem legislações estaduais e/ou municipais que regulamentam a proteção e o manejo de algumas dessas espécies, garantido o livre acesso a tais recursos.

A Região Sudeste se apresenta com 60 pontos fixos, destes quatro são centros públicos, 24 são lojas, 1 veículo itinerante e 31 são feiras que envolvem, ao todo,

3.781 trabalhadores/as, organizados/as em associações, cooperativas e grupos informais, conforme expresso na **Tabela 4**.

O grande destaque dessa região é a comercialização de produtos agroalimentares orgânicos, desenvolvida em feiras que envolvem agricultores/as familiares. As feiras de produtos orgânicos ocorrem na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, coordenadas pela Associação do Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro/ABIO. Desempenham, desse modo, um importante papel no que diz respeito à conectividade entre a produção e o consumo de alimentos saudáveis. Ao todo, a ABIO coordena e organiza 10 feiras de comercialização de produtos agroalimentares orgânicos.

A Região Sul possui 20 pontos fixos, destes 3 são centros públicos, 10 são lojas e 7 são feiras, que envolvem, ao todo, 7.614 trabalhadores/as organizados/as em associações, cooperativas e grupos informais, conforme expressos na **Tabela 5**.

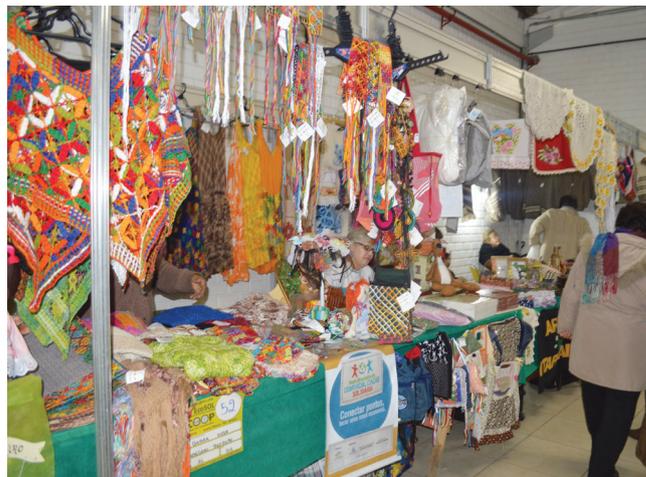
Devido às características da colonização e subsequente organização do trabalho na região, é possível observar a força da cultura associativa e cooperativa na região, que se desenvolveu a partir das tradicionais colônias das comunidades vindas principalmente dos Açores (Portugal), Alemanha e Itália. Esses imigrantes buscavam oportunidade de trabalho e trouxeram, além de elementos simbólicos de suas culturas nativas, a experiência da organização coletiva do trabalho. Hoje algumas das principais cooperativas do país se encontram na região Sul. Quanto aos pontos fixos da Rede ComSol, contabiliza-se 6 associações, 5 cooperativas e uma sociedade mercantil, do total de estabelecimentos comerciais. A cultura que floresceu na região destaca-se quando o olhar é voltado aos produtos comercializados. A predominância dos produtos “coloniais”, como embutidos, queijos, doces, pães, cucas, erva-mate e conservas, é um elemento a parte na diversidade de produtos encontrada na região.

**Tabela 4** Pontos fixos da Rede ComSol na Região Sudeste

ESTADO	MODALIDADE				FORMA DE ORGANIZAÇÃO			HOMENS	MULHERES	TOTAL H + M
	Feira	Loja	Centro Público	Veículo Itinerante	Associação	Cooperativa	Informal			
ES	0	4	1	0	3	0	2	125	159	284
MG	4	12	1	0	10	3	3	303	656	959
RJ	23	5	0	1	3	0	24	876	829	1.705
SP	1	5	1	0	1	0	6	241	592	833
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>27</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>35</b>	<b>1.545</b>	<b>2.236</b>	<b>3.781</b>

**Tabela 5** Pontos fixos da Rede ComSol na Região Sul

ESTADO	MODALIDADE				FORMA DE ORGANIZAÇÃO			HOMENS	MULHERES	TOTAL H + M
	Feira	Loja	Centro Público	Veículo Itinerante	Associação	Cooperativa	Informal			
PR	2	1	3	0	0	1	5	136	405	541
RS	5	8	2	0	6	2	4	2.484	4.141	6.625
SC	1	3	1	0	2	0	3	70	378	448
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>2.690</b>	<b>4.924</b>	<b>7.614</b>



## Considerações finais

Um desafio a ser enfrentado para o fortalecimento da autogestão da Rede ComSol é a necessidade de enraizamento do fluxo de poder nos estados e territórios. Nesse sentido, a criação de comissões territoriais, estaduais ou macrorregionais, – com os objetivos de debater as questões que envolvem a pauta da comercialização solidária, de definir um plano de ação local e de encaminhar as ações necessária à promoção da Rede nos territórios, estados e macrorregiões, – tem sido um dos principais encaminhamentos das atividades estaduais desenvolvidas pelo IMS nos estados.

Os encontros nacionais da rede ComSol e do seu conselho gestor possibilitaram o levantamento de questões fundamentais para o avanço da viabilidade da Rede. Os principais desafios se caracterizam, principalmente, pela dispersão dos pontos fixos que compõem a rede, evidenciada pela presença em 25 unidades da

federação e mais de 135 municípios. Essa dispersão corrobora outro desafio, que é a dificuldade na logística de comercialização dos produtos. Tais dificuldades são entendidas não só com relação à integração entre os pontos fixos dos diferentes municípios e estados, mas, também, com a logística de comercialização dos próprios pontos fixos nos respectivos territórios.

Pensar a promoção do intercâmbio entre os empreendimentos que compõem a Rede ComSol e favorecer a circulação de produtos entre os diferentes Pontos Fixos, dos diferentes municípios, estados e regiões, guarda grandes desafios que perpassam por questões diversas, entre elas: o acesso ao crédito, o acesso à estruturas de produção, a qualificação dos produtos, o atendimento aos marcos regulatórios dos sistemas de produção e comercialização, além dos custos operacionais que incidem sobre toda a cadeia logística de produção e distribuição de produtos.

## Referências

- AMORIM, Rizeide Souza. **Feiras de Economia Solidária: fenômeno de socialização ou redescoberta de mercado?**. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia - SBS, 2011, Curitiba/PR. XV Congresso Brasileiro de Sociologia - SBS, 2011.
- \_\_\_\_\_; Silva, Shirlei A. Almeida. **Feiras de economia solidária 2005 - 2008: experiências ensinantes e aprendentes**. Brasília/DF, IMS, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Pontos Fixos de Comercialização Solidária**. Serie Trocando Ideais, Caderno 5. Brasília: IMS, 2012. Banco de Dados Rede ComSol. Brasília: IMS, 2016.
- FLYNN, Andrew, BAILEY Kate. **Sustainable Food Supply Chains: the dynamics for change** In Sustainable food systems: building a new paradigm/edited by Terry Marsden and Adrian Morley. New York – EUA. 2014.
- MOLINA, M. C. **Políticas públicas**, in Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salet Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- PNPCT – **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Grupo de Coordenação: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Ministério do Meio Ambiente-MMA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS. Brasília, julho de 2009.
- PNDSPCT – **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- RIBEIRO Eduardo Magalhães (org); GALIZONI Flávia Maria; ASSIS, Thiago de Paula. **Comercialização Solidária no Brasil: uma estratégia em rede**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
- TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. **Produção associada e autogestão**, in Dicionário de educação no campo, CALDART, Roseli Salet et al (orgs). p. 614, 2012: Rio de Janeiro e São Paulo, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular.



## REDE DE SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO REDES – INSTITUTO INTEGRA  
PARA O DESENVOLVIMENTO

O **Projeto Redes do Instituto Integra para o Desenvolvimento** foi desenvolvido em parceria com a **Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo** visando a constituir a base de serviços de economia solidária e cooperativismo social, por meio de atividades de assessorias técnicas, comercialização em rede, fortalecimento do Sistema Participativo de Garantia (SPG), formação e formalização dos empreendimentos econômicos solidários, desenvolvimento de

identidade visual e ferramentas de divulgação e promoção da rede. O Projeto Redes permitiu fortalecer estratégias de comercialização, constituição, implantação e operação da base do cooperativismo social e economia solidária, nos territórios de atuação do Projeto Redes, dentro do estado de São Paulo, que abrangem as cidades de São Paulo, Santo André, São Bernardo, Mauá, Guarulhos, Osasco, Mogi das Cruzes, Ferraz de Vasconcelos, Barueri, Itapevi, Campinas, Rio Claro, Botucatu e São Carlos.

### A Rede

A Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo é um movimento social organizado, que fomenta espaços de tomada de decisões e articulações, respeita a identidade de usuários de serviços de saúde mental e trabalhadores, onde todos e todas têm seu espaço. A Rede é composta por profissionais da saúde, trabalhadores-usuários de serviços de saúde mental, serviços de saúde mental, empreendimentos de economia solidária e instituições, que discutem, se organizam, e promovem ações para a inclusão social pelo trabalho e a reabilitação psicossocial, aliada com a proposta do cooperativismo social. A Rede se organiza através de reuniões mensais em formato de assembleia, nas quais recebe representantes dos empreendimentos econômicos

solidários de várias regiões do estado de São Paulo. Nas reuniões são decididas as ações organizadas em rede, que versam sobre comercialização (feiras), atividades formativas diversas, organização interna, fundo solidário etc.

Durante o Projeto Redes houve a ampliação das organizações regionais da Rede, chamadas de Redinhas. Antes do projeto existiam cerca de 5 redinhas, e hoje a Rede é constituída por 12 redinhas: na cidade de São Paulo (Sul, Sudeste, Leste, Norte, Oeste, Centro); na grande São Paulo: Alto do Tiete, Guarulhos, ABCD-MRR; e no interior do Estado de São Paulo: Campinas, Rio Claro e Região, e Botucatu. As Redinhas realizam reuniões mensais com objetivo de potencializar as ações da Rede e das regiões.

### Saúde mental, inclusão social pelo trabalho e a economia solidária

Dentro do contexto da reforma psiquiátrica no Brasil surgem iniciativas que vão buscar a inclusão social por meio do trabalho de pessoas com algum tipo de

sofrimento psíquico e/ou dependência de álcool e outras drogas. Nesse sentido, o trabalho é entendido como elemento que estrutura a vida, que faz parte de um pro-

cesso de reconstrução do projeto de vida dos sujeitos, tendo papel muito importante no processo de reabilitação psicossocial. Paralelamente, o trabalho solidário e cooperativo possui uma concepção libertadora e construtora de autonomia para os sujeitos, e por esse motivo a saúde mental e a economia solidária são combinações que dão tão certo, pois a economia solidária traz uma perspectiva de trabalho não alienado e construtor de sujeitos sociais que estão interligados em redes e ações maiores que o próprio trabalho.

Nesse sentido, a economia solidária e o movimento antimanicomial nascem da mesma matriz – a luta contra a exclusão social e econômica. A economia solidária é a resposta organizada à exclusão pelo mercado, por parte dos que não querem uma sociedade movida pela competição, da qual surgem incessantemente vitoriosos e derrotados. É antes de qualquer coisa uma

opção ética, política e ideológica, que se torna prática quando os optantes encontram os de fato excluídos e juntos constroem empreendimentos produtivos, redes de trocas, instituições financeiras, escolas, entidades representativas etc., que apontam para uma sociedade marcada pela solidariedade, da qual ninguém é excluído contra vontade.

É nesse contexto de reforma psiquiátrica, inclusão social pelo trabalho, saúde mental e economia solidária que surge a Rede de Saúde Mental e economia solidária do Estado de São Paulo. A Rede passou a se organizar em 2008, como um Fórum aberto de profissionais da saúde, trabalhadores-usuários de serviços de saúde mental, serviços de saúde mental, empreendimentos de economia solidária e instituições, que discutem, se organizam, e promovem ações para a inclusão social pelo trabalho e a reabilitação psicossocial.

## Cooperativismo social

No Brasil, o cooperativismo social é entendido como a formação de cooperativas para públicos em vulnerabilidade e em situação de desvantagem: pessoas que fazem uso abusivo de álcool ou outras drogas, público da saúde mental, deficientes físicos, jovens em situação de vulnerabilidade, e egressos do sistema prisional. Baseada na legislação italiana de reforma psiquiátrica (Lei 180/78), a Lei brasileira 9.867/99, que institui o cooperativismo social ainda carece de regulamentação para o seu devido uso e garantia de direitos para os públicos previstos na lei.

Durante o Projeto Redes foram realizadas ações importantes em nível federal, que permitiram o avanço do cooperativismo social, como a criação do Pronacoop Social – Programa Nacional de Cooperativismo Social. Esse programa constituiu um comitê composto por entidades nacionais representativas do público do cooperativismo social, contando inclusive com membros da Rede como participantes. O Comitê do Pronacoop Social conseguiu no ano de 2016 modificar o marco conceitual do cooperativismo social, base para a regulamentação da Lei.

## Parceiros

Durante o projeto algumas parcerias foram essenciais para a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo e o Instituto Integra para o Desenvolvimento: Unisol Brasil, Prefeitura de São Paulo, Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE/PMSP), Associação Inclui Mais, Sindicato dos Psicólogos (SinPsi), Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP), Escola de Enfermagem da USP (EEUSP), Secretaria Municipal de Saúde (SMS/PMSP), Secretaria

do Verde e do Meio-Ambiente (SVMA/PMSP), Ministério do Trabalho e Emprego, Governo Federal, Serviço de Saúde Cândido Ferreira, Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), Associação Vida em Ação, Associação Arte e Convívio, Associação Cornélia Vlieg, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional-Crefito SP, PUC/SP, Prefeitura de Guarulhos, Prefeitura de São Bernardo do Campo, Prefeitura de Santo André, Rede Design Possível, entre outros.

## Ações do Projeto Redes

Dentre as ações realizadas do Projeto Redes, destacamos:

- Acompanhamento das reuniões da rede, redinhas e Comissão Executiva da rede;
- Feiras de Economia Solidária;
- Formação em comércio justo e Sistema Participativo de Garantia (SPG);
- *Branding* colaborativo e nova marca da rede;
- Site e materiais de comunicação;
- Fomento a empreendimentos e redes de empreendimentos.





## **IPÊS** INSTITUTO SOCIOCULTURAL, AMBIENTAL E TECNOLÓGICO

### **PROJETO** ORGANIZAÇÃO DA REDE DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA CIDADE ESTRUTURAL E CEILÂNDIA

**O** Instituto Sociocultural, Ambiental e Tecnológico IPÊS, fundado em 4 de maio de 2003, no Distrito Federal, tem o objetivo de atuar no desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental e tecnológico, através de iniciativas próprias e parcerias com instituições públicas e privadas, tendo como foco crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

#### **Objetivo**

O **Projeto Rede de Cooperação Solidária** tem como principal objetivo apoiar a estruturação do arranjo de desenvolvimento local por meio da organização de redes de cooperação solidária centrado no território das cidades da Estrutural e da Ceilândia, ao articular os empreendimentos dos segmentos da alimentação, beleza, confecção e cultura.

Inserido em um contexto nacional, o Projeto Rede de Cooperação Solidária compõe um conjunto de ações desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, a qual está ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Para que este objetivo seja alcançado, foram traçadas as metas a serem apresentadas a seguir.

Apresentando dimensões econômicas – no que tange o fortalecimento dos empreendimentos locais, ambientais – no que se refere a conscientização dos representantes dos empreendimentos e sociais – quando se observa aspectos do dia-a-dia dos representantes dos empreendimentos que também são moradores em mais de 90% dos casos, do território no qual o Projeto está sendo executado.

#### **Metas**

As metas a serem executadas para o alcance do objetivo do Projeto Rede de Cooperação Solidária são definidas da seguinte maneira:

**Meta 1.** Mobilizar 40 empreendimentos das cidades da Estrutural e da Ceilândia.

**Meta 2.** Realizar um diagnóstico participativo com foco no potencial econômico das cidades da Estrutural e da Ceilândia.

**Meta 3.** Elaborar quatro planos de sustentabilidade Econômica nos eixos de atuação do projeto.

**Meta 4.** Realizar 2.230 horas de assistência técnica com foco no desenvolvimento sustentável dos empreendimentos.

**Meta 5.** Estruturação de uma central de comercialização com os empreendimentos da Rede nas cidades da Estrutural e da Ceilândia.

#### **Desenvolvimento do projeto**

Iniciado em maio de 2015, o projeto que propõe o apoio à organização de uma rede de cooperação entre empreendimentos da Cidade Estrutural e Ceilândia, vem obtendo avanços ao longo do projeto, seguindo as metas traçadas e contribuindo com ações que vão além dos objetivos iniciais propostos.

No que se refere à primeira meta, referente à mobilização de 40 empreendimentos locais, com as ações de mobilização e sensibilização realizadas ao longo do

projeto, observa-se a mobilização de cerca de 220 empreendimentos. Esta meta envolveu a ação I, voltada para a verificação e cadastro dos empreendimentos e a ação II, referente à apresentação e explicação do Projeto para os representantes dos empreendimentos.

Na **meta 1** destacam-se as formas de comunicação entre a equipe do Projeto Rede de Cooperação e o público alvo do projeto. Destacam-se: página oficial no Facebook, encontrada no endereço: <https://www.facebook.com/redecooperacao-solidaria2015/>; grupos de Whatsapp voltados para discussões e informações referentes a cursos, palestras ou eventos que envolvem a Rede de Cooperação Solidária; meios de comunicação virtuais. Também são realizadas reuniões frequentes, bem como visitas constantes aos empreendimentos.

Ressaltam-se neste momento as reuniões de construção e debates envolvendo a proposta de estatuto e regimento interno a serem aplicados com a formalização da rede.

No que tange à elaboração do diagnóstico participativo, observando o potencial econômico dos territórios, foram desenvolvidas etapas, as quais englobaram a ação III, referente ao diagnóstico participativo com cada segmento e a ação IV que diz respeito à pesquisa de produtos e serviços.

O diagnóstico participativo permitiu que, além dos dados encontrados em fontes terceirizadas, a equipe do projeto também tivesse acesso a informações sob o ponto de vista dos moradores tanto da Cidade Estrutural, como da Ceilândia. O projeto vem sendo executado com maior foco na Cidade Estrutural, que foi fundada há doze anos, e cuja principal atividade econômica girando em torno do maior lixão a céu aberto da América Latina. Atualmente, a Cidade possui quarenta mil habitantes, sendo praticamente cinquenta por cento do sexo feminino e cinquenta por cento do sexo masculino (COODEPLAN, 2014). Por meio do diagnóstico participativo foi possível identificar alguns problemas como insegurança e falta de reconhecimento dos moradores da Cidade Estrutural em relação aos negócios desenvolvidos na cidade.

Referente à pesquisa de produto, a qual vem sendo realizada desde o mês de setembro de 2015, dividida em etapas, na qual busca-se acompanhar a quantidade demandada de produtos. A pesquisa é realizada com

## O diagnóstico participativo permitiu que, além dos dados encontrados em fontes terceirizadas, a equipe do projeto também tivesse acesso a informações sob o ponto de vista dos moradores tanto da Cidade Estrutural, como da Ceilândia

os segmentos de beleza e alimentação. O resultado mais expressivo da pesquisa ocorreu no levantamento realizado em agosto de 2016, em que as quantidades demandadas do produto arroz, dentre os empreendimentos que participam do Projeto chegou a 43.400 kg, o produto feijão atingiu 12.241 kg e o óleo atingiu a demanda de 30.839 litros.

Essa demanda vem dos empreendimentos para com fornecedores.

A terceira meta do projeto refere-se à elaboração de planos de sustentabilidade econômica nos eixos de atuação do projeto (alimentação, beleza, confecção e cultura). Para o alcance desta etapa foram desenvolvidas as ações V, referente ao diagnóstico individual (consultoria com cerca de 50 empreendimentos que teve como principal objetivo identificar a situação real no que tange a gestão, finanças, marketing, produtos/serviços e tecnologia), além da ação VI referente a análise da situação real de cada eixo de atuação do projeto, com base nos empreendimentos consultados na ação V. Assim, pode-se executar a ação VII voltada à situação real da sustentabilidade econômica em cada território, com base nos empreendimentos analisados.

A realização das ações ligadas à meta 3 proporcionou um conhecimento referente às principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos. Dentro dos eixos citados acima, no que se refere à tecnologia, a defasagem de empreendimentos que não utilizavam computador para o auxílio da gestão estava em cerca de 90%, bem como os empreendimentos que não possuíam qualquer tipo de controle financeiro. Dentro do contexto de marketing identificou-se que não é comum para mais de cinquenta por cento possuir ações de fidelização do cliente ou promoção, bem como o investimento no layout interno do empreendimento, devido à necessidade de capital de giro ou crédito no mercado. Dentro do eixo gestão foi percebido o baixo nível de planejamento dos representantes dos negócios.

### Atual estágio do projeto

Atualmente, o projeto **Rede de Cooperação Solidária** está cumprindo paralelamente as quatro metas, referente à assistência técnica aos empreendimentos, em que foram conquistadas parcerias junto ao SEBRAE, por meio de palestras, oficinas e cursos gra-

tuitos para os empreendedores da Cidade Estrutural e Ceilândia, além de consultoria especializada com o objetivo de sanar ou diminuir ao máximo as dificuldades identificadas por meio do diagnóstico individual. Cursos voltados a gestão e empreendedorismo, bem como consultorias especializadas no eixo financeiro e tecnológico são exemplos do resultado desta primeira parceria. Também foi conquistada a parceria com o Ministério das Telecomunicações e a ONG Meta Reciclagem, com a disponibilização de sessenta notebooks para os empreendimentos, diminuindo assim a demanda por informatização dos empreendimentos. Além da parceria com o Banco Comunitário da Cidade Estrutural, com a qual busca-se utilizar a moeda “Conquista” com o intuito de fortalecer a economia local.

O processo de conquistas de parceria está em andamento com a busca de outras instituições para a execução de cursos profissionalizantes para os empreendedores. Cada curso é seguido de monitora-

mentos individuais em cada empreendimento com o objetivo de esclarecer dúvidas e auxílio da prática. A meta cinco, voltada à estruturação da Central de Comercialização, a qual ocorrerá com a consolidação da associação. No que tange a meta cinco estão sendo realizadas reuniões com a liderança dos empreendimentos para a consolidação do Estatuto da Rede de Cooperação Solidária.

As parcerias conquistadas e o trabalho realizado pela equipe do Projeto têm como principal foco atender empreendimentos da Cidade Estrutural e Ceilândia para que seja fortalecida a economia local e para que haja o reconhecimento dos negócios locais pelos moradores da Cidade. O Projeto Rede de Cooperação Solidária também tem foco no desenvolvimento social e ambiental, além do econômico. Dentre a equipe, parceiros e empreendimentos, o Projeto conta com o envolvimento de cerca de trezentas pessoas diretamente envolvidas. Abaixo, alguns empreendimentos envolvidos com o Projeto.



## KAIRÓS INSTITUTO KAIRÓS

FORTALECENDO PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E INOVAÇÃO  
ENTRE CONSUMIDORES E PRODUTORES EM CIRCUITOS  
CURTOS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Juliana Gonçalves

### Identidade e atuação do Instituto Kairós – um breve resgate histórico

O Instituto Kairós<sup>1</sup> é uma entidade civil sem fins lucrativos com sede na cidade de São Paulo. Fundada em 2000, fomenta novas práticas de produção, distribuição, comercialização e consumo responsáveis, através de experimentação direta, articulação de redes e políticas públicas, além de produção e disseminação de conhecimentos – em prol da construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Adota a prática e o fomento da autogestão e desenvolve suas ações de acordo com os princípios e propostas da economia solidária, agricultura familiar, agroecologia e segurança alimentar e nutricional.

A instituição nasceu a partir de inquietações sobre o consumo, especialmente relacionadas ao meio ambiente e às questões sociais. Numa fase inicial, essas questões serviram como base para a concepção de um projeto educativo de formação de professores sobre o tema. Ao longo de sua trajetória, entretanto, foi se afastando da educação formal e se envolvendo cada vez mais com a problemática social e do trabalho, desenvolvendo principalmente atividades educativas não formais, mas também outras ações de articulação e de intervenção.

O Kairós enredou-se no debate da comercialização solidária no Brasil em 2004, quando se aproximou da economia solidária passando a atuar nesse campo. Foi também nesse período que entrou para a plataforma brasileira de comércio justo e solidário “Faces do Brasil”<sup>2</sup>. Nesse contexto, as questões relacionadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial se

mostraram fundamentalmente presentes e, em 2008, a instituição se aproximou da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) para a realização de projetos com ações integradas à política pública de desenvolvimento territorial em curso.

Esses projetos tinham como objetivo pautar o consumo responsável junto aos técnicos e formadores que atuavam com agricultores familiares nos territórios rurais – áreas com afinidades geográfica, econômica e política, identidade cultural e coesão social. Em relação à comercialização, foram apoiadas diversas organizações locais que já trabalhavam com o tema nos territórios, as “Bases de Serviço de Apoio à Comercialização” – BSCs. O projeto possibilitou a articulação de parcerias para a construção de práticas de “Consumo Responsável nos Territórios Rurais”, em particular nos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e São Paulo.

Ali floresceram estratégias que até hoje norteiam a atuação do Kairós. Trata-se da aproximação entre produtores e consumidores, favorecendo o encurtamento da cadeia de abastecimento alimentar, contribuindo para a (re)conexão das relações entre campo e cidade. Estratégias que buscam proporcionar alimentos saudáveis, remuneração mais justa ao produtor e preços mais acessíveis ao consumidor. Os canais de comercialização trabalhados no projeto e até hoje abordados<sup>3</sup> pelo Kairós são: A organização de feiras agroecológicas por meio da parceria entre produtores

1. [www.institutokairos.net](http://www.institutokairos.net)

2. <http://facesdobrasil.org.br/>

3. Série “Caminhos para Práticas de Consumo Responsável” – Três cartilhas que abordam práticas de consumo que promovem aliança entre produtores, comerciantes e consumidores, de forma responsável e justa. Parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) – de 2010 a 2012. Para download gratuito das cartilhas acesse <<http://institutokairos.net/biblioteca/>>



e consumidores; a organização de grupos de consumo responsável; e o abastecimento de escolas por meio de compras públicas (via Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE).

A proposta de aproximar produtores e consumidores responsáveis, nos convida a debater o tema do consumo numa perspectiva de mudanças mais estruturais na produção, distribuição e comercialização, olhando para a cadeia de abastecimento em sua totalidade e reconhecendo suas relações de interdependência. O fomento ao exercício do consumo responsável pretende sensibilizar as pessoas e



o poder público, por meio da política pública, para as relações de produção e intervir em seu contexto, pois muitas vezes dependerá delas construir essa possibilidade.

Atualmente, o Kairós executa projetos no âmbito nacional e municipal que visam promover e fortalecer o comércio justo e solidário, o consumo responsável, a agricultura familiar e a agroecologia. Nesse sentido, a organização vem articulando a produção agroecológica e comercialização solidária na zona sul e zona leste da cidade de São Paulo e em âmbito nacional a Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável.

## Tecendo e fortalecendo a rede brasileira de grupos de consumo responsável

### O projeto

No Brasil, as políticas para expansão da economia solidária, ao longo dos últimos anos, mobilizaram e fortaleceram um grande número de atores, consolidando a economia solidária como estratégia de geração de trabalho que propõem um novo paradigma nos campos da produção, comercialização e consumo. No entanto, são inúmeras as fragilidades que permeiam essa prática, desde a produção até o consumo, o que reforça a importância da articulação de EES em processos de redes e cadeias. E foi a partir desse diagnóstico que a Senaes lançou em 2012 edital<sup>4</sup> para fortalecer redes de cooperação solidária, contemplando o projeto apresentado pelo Instituto Kairós que visava fortalecer a Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável<sup>5</sup>.

Com abrangência nacional e com início de execução em jan/2013, o projeto visou fortalecer o consumo responsável articulando a Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável, apoiando ações integradas entre seus membros no âmbito do comércio justo e solidário e

em suas práticas de autogestão, facilitando o assessoramento aos seus empreendimentos econômicos solidários e promovendo o tema, de forma a contribuir para a construção do desenvolvimento solidário e sustentável.

Como público-alvo compreende-se os produtores e consumidores que integram os grupos membros da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável e indiretamente as comunidades onde estão inseridos e seus respectivos parceiros, organizados de distintas formas nos distintos territórios do país. A metodologia foi pautada no princípio do diálogo e da construção coletiva e partilhada de conhecimento, entre todos os atores ligados diretamente, acerca das estratégias que orientaram as intervenções propostas. No **Quadro 1** destacam-se as atividades previstas no projeto.

Em fase de finalização de suas atividades, já é possível apontar algumas avaliações. Sabe-se que o projeto promoveu a expansão<sup>6</sup> da Rede e seu amadurecimento em diversos níveis, desde seu caráter identitário, até o aprimoramento de canais de comunicação e instâncias de

4. Edital 004/2012 SENAES/MTE - Redes de Cooperação Solidária<sup>2</sup>. <http://facesdobrasil.org.br/>

5. Projeto: Produção e consumo responsável nas redes territoriais - cooperação e articulação federativa para o comércio justo e solidário.

## Quadro 1

Descrição	Detalhamento
Bases de assessoramento técnico	Atuação de 5 Bases para fortalecerem grupos de consumo da rede, por mais de um ano, em diferentes territórios: Manaus/AM; Alta Floresta/MT; Salvador/BA; Piracicaba/SP; São Paulo/SP.
Portal do Consumo Responsável e Aplicativo ResponSA	Lançamento de Portal reunindo informações que permitam aos internautas entender as relações de produção e intervir em seu contexto. No portal, é possível acessar três canais (Mapa, Biblioteca, Notícias). Parte do conteúdo da plataforma se desdobra ainda em um aplicativo de celular promovendo maior interatividade.
Realização de 2 encontros da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável	- Encontro: de 23 a 25 de agosto de 2013, em Parelheiros/SP. Estiveram presentes representantes de 16 GCRs de todas as regiões do país. - Encontro: de 7 a 9 de agosto de 2015, em São Pedro, interior de São Paulo. Com representantes de 22 GCRs de todas as regiões do país. Com construção coletiva da programação, conteúdo e metodologia os encontros tiveram como objetivos: (re) aproximação dos GCRs; fortalecimento das suas práticas; construção da identidade da rede; articulação de ações conjuntas. Temas tratados: retomada do histórico da rede; trocas de experiências (Gts); planejamento estratégico da rede; entre outros.
Realização de 1 encontro sobre comercialização de produtos da economia solidária com membros de GCRs	Ocorreu de 03 a 07/04, no Rio de Janeiro e teve a participação de 19 Grupos de Consumo Responsável, vindos de todas as regiões do país. Teve como objetivo trabalhar questões sobre comercialização, em diálogo com a prática dos participantes, apresentando ferramentas para a realização das compras coletivas, bem como trazendo à tona discussões acerca da sustentabilidade desses grupos e temas afins.
Publicação	Elaboração e lançamento de livro promovendo reflexões e experiências práticas no campo do consumo responsável.
Mapeamentos de logística, oferta e demanda	Estudo de oferta, demanda e logística, mapeando, sistematizando e compartilhando informações para o fortalecimento da comercialização de produtos oriundos da economia solidária e da agricultura familiar nos GCRs.

governança, bem como através da realização de parcerias concretas entre grupos que compõem a Rede, no âmbito da logística compartilhada e das compras coletivas, ainda que pontuais e localizadas especialmente no sudeste do país. Além disso, através da atuação das Bases de Assessoramento Técnico contratadas, alguns GCRs puderam melhorar seus instrumentos de gestão, refletir sobre o desafio da viabilidade econômica e planejar ações, desenvolver soluções para a logística e a comunicação de suas respectivas operações, superando, por meio da assessoria técnica nestes e em outros eixos temáticos, inúmeras fragilidades. Esse percurso de trocas, expansão e diagnóstico de desafios e soluções da Rede Brasileira de GCRs foi sistematizado no Plano de Redes elaborado ao longo do projeto.

### A rede

O envolvimento dos consumidores na discussão das cadeias produtivas tem revelado experiências inovadoras em todo o país e a atuação dos Grupos de Consumo Responsável<sup>7</sup> (GCRs) é um exemplo disso. São grupos que entendem o consumo de produtos da economia solidária e da agricultura familiar de base agroecológica como apoio ao fortalecimento de outro modo de produção, representando uma alternativa aos principais

canais de comercialização encontrados no mercado. Participam de diferentes espaços políticos, promovem ações de cunho educativo e articulam a aproximação entre consumidores e produtores.

Os grupos mapeados e que estiveram contemplados no escopo das atividades do projeto, têm se articulado e integram o processo de construção e fortalecimento da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável. A rede conta atualmente<sup>8</sup> com os membros apresentados no **Quadro 2**, na página ao lado.

No intuito de promover a aproximação entre os grupos de consumo responsável, nos anos de 2011, 2013 e 2015, ocorreram respectivamente o I, o II e o III Encontros Nacionais dos Grupos de Consumo Responsável, organizados pelo Instituto Kairós<sup>9</sup>. Os objetivos gerais desses encontros foram a articulação e a aproximação de grupos identificados pelo Brasil, buscando o fortalecimento e o reconhecimento mútuo de suas práticas cotidianas e também dos GCRs enquanto atores políticos fomentadores de relações entre produção e consumo mais próximas, justas e solidárias. Além disso, tais encontros foram determinantes para a consolidação dessa rede, estimulando uma atuação mais integrada entre os coletivos.

A partir de levantamentos junto aos GCRs como sub-

7. Como organizar um GCR: <http://goo.gl/vAH3z7>.

8. Apesar de não haver mapeamento ativo de GCRs pelo Kairós, nota-se que o número de grupos na Rede vêm crescendo consideravelmente ao longo dos anos. A Rede conta atualmente com 27 grupos, porém o levantamento aqui apresentado reflete a última atualização de GCRs que compõem a rede, realizada no âmbito do III Encontro, em agosto de 2015.

9. O primeiro encontro foi realizado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os demais através do presente projeto executado em parceria com a Senaes.

## Quadro 2

N	Grupo de consumo responsável	Cidade	UF	Re-gião	Site	Ano de início
1	Grupo de consumo responsável Tapiri	Manaus	AM	N	#	2008
2	Rede Moinho	Salvador	BA	NE	www.redemoinho.coop.br	2008
3	Grupo de consumidores responsáveis do Benfica	Fortaleza	CE		www.feiraagroecologica.com.br	2010
4	Cantasol	Sinope	MT	CO	www.cantasol.org.br/sistema	2012
5	Sistema de Comercialização Solidária – Siscos	Alta Floresta		CO	www.siscos.com.br	2009
6	Feira virtual – Associação bem da Terra	Pelotas	RS	S	www.bemdaterra.org	2014
7	GIA – Grupo de Integração Agroecológica	Porto Alegre			www.ufrg.br/gia	2012
8	Compra Coletivas Ecosolidárias	Florianópolis	SC		http://comprascoletivasecosolidarias.blogspot.com.br	2006
9	Rede Raízes da Mata	Viçosa	MG	SE	#	2011
10	Rede Terra Viva	Belo Horizonte			#	2010
11	Rede Ecológica	Rio de Janeiro	RJ		www.redeecologicario.org	2001
12	CCRU – Coletivo de Consumo Rural e Urbano	Diadema			coletivocruabc.blogspot.com	2014
13	CCRU – SOLO	Santo André			http://ccrusolo.wix.com/coletivocrusolo	2014
14	Coletivo Trocas Verdes	Campinas			www.trocasverdes.org	2007
15	ComerAtivaMente	São Paulo			#	2007
16	Consumo Consciente ABC	Santo André			http://consumoconsciente.blogspot.com	2012
17	CSA São Carlos	São Carlos			www.csasaocarlos.com.br	2013
18	Direto da Roça	Piracicaba			http://piracema.wix.com/diretodaroca	2012
19	MICC	São Paulo			www.micc.org.br	1986
20	Projeto Cala-boca já morreu	São Paulo			www.cala-bocajamorreu.org	2014
21	Rede Agroecológica Caiçara	Ubatuba			#	2013
22	Rede Agroecológica de São Carlos	São Carlos			#	2015
23	Rede Guandu	Piracicaba			www.terramater.org.br/guandu	2007
24	Rede Trem bão	Assis			#	2014
25	Uilikande	Ubatuba			http://cirandas.net/uilikande	2014

sídios aos encontros presenciais da Rede, foram levantadas informações<sup>10</sup> que revelam a diversidade destas práticas. Em relação às parcerias, perguntamos se nos últimos 2 anos (desde o II Encontro da Rede de GCRs) os grupos tiveram contato com outros GCRs (para além do contato via grupo de e-mails da Rede). As respostas demonstraram um grande fluxo de interação entre os grupos. Porém, quando perguntamos quantos grupos efetivamente realizaram alguma ação conjunta com outros, verificamos um número mais reduzido. A maioria das respostas negativas confirma a importância da continuidade das ações de fomento à articulação desses grupos, dado o potencial de alcançar maiores escalas e aprendizado mútuo quando essas experiências integram suas ações.

No que diz respeito aos desafios, muitos e de distintas naturezas são encarados pelos grupos de consumo. Parte deles tentamos enfrentar a partir das intervenções propostas por esse projeto, como as dificuldades na áreas de gestão financeira; ampliação das vendas; conquista de novos sócios; expansão do número de compras semanais e da escala de vendas; a difusão da cul-

tura do consumo responsável através da comunicação dos grupos na internet e demais meios de comunicação, para também viabilizar a divulgação dos produtos.

Pelo exposto, percebemos os Grupos de Consumo Responsável como potenciais formadores de Redes de Cooperação Solidárias, ao aproximarem diversos atores da cadeia produtiva com vistas à conquista de benefícios coletivos dos atores inseridos em dado território, a partir da cooperação entre os mesmos.



10. Os dados a seguir foram coletados no período que antecedeu o III Encontro, quando participaram e responderam ao formulário enviado 23 GCRs. Para isso, foi elaborado pelo Instituto Kairós um formulário online do Google e enviado a um representante de cada GCR, o que facilitou o trabalho posterior de sistematização dos dados. Dois GCRs não conseguiram participar do Encontro, sendo assim, há apenas os dados relacionados a seu ano de fundação.

Com este texto a Guayí pretende compartilhar uma síntese do seu projeto de articulação da **Rede de Economia Solidária e Feminista – RESF**, fruto de parceria com a Senaes/MTE, através da Chamada Pública 04/2012 visando ao fomento de redes de cooperação solidária. Recuperamos os fundamentos de nosso compromisso com a economia solidária que sustentam não só o projeto, mas a própria articulação da RESF, bem como trazemos nossas formulações sobre o tema da economia feminista – estruturante de nossa

ação – e sua relação com a economia solidária.

Por fim, a síntese de nosso passo a passo metodológico, e uma palavra sobre a vivência com as demais entidades e redes com as quais, com a articulação da ADS-CUT e da Senaes, realizamos o percurso de fomento à redes de cooperação solidárias a partir de uma rica troca de experiência e de aprendizados, em um processo de integração e de construção coletiva de acúmulos consistentes que possam contribuir para o desenvolvimento da política pública de economia solidária.

## A Guayí e a economia solidária

A Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que tem por objetivo desenvolver processos comunitários e ações educativas, colaborando com a construção de políticas públicas com cidadania e participação social. A Guayí (“**semente**” no idioma Guarani) busca estimular a auto-organização da sociedade na construção de seus direitos, na perspectiva generosa e solidária de um outro mundo possível.

A Guayí tem 17 anos e, nesse tempo, acumulou importante experiência que nos permite uma reflexão mais aprofundada sobre nossa ação e a prática educativa que procuramos desenvolver, buscando uma concepção metodológica que promova a autogestão como base de pro-

cessos participativos e emancipatórios. Em sua atuação, a Guayí tem como fundamento a auto-organização e a democracia participativa, o feminismo e a economia solidária, a agroecologia, o respeito à diversidade, aos direitos humanos e a resolução de conflitos sem violência, o fomento à cultura popular e a comunicação alternativa, a necessidade e a possibilidade de uma sociedade justa, democrática, solidária e sustentável.

A partir de nossa experiência entendemos que em um país como o nosso, que apesar de ser a sétima economia do mundo ainda apresenta uma das maiores desigualdades sociais do planeta, a economia solidária pode assumir um papel fundamental se significar alternativa real de geração de trabalho e renda para largos contingente da nossa

1. Texto elaborado com base em relatórios e textos da Guayí e boletins da RESF. Guayí – guayi@guayi.org.br, www.guayi.org.br, www.ecosolfeminista.com.br.

2. Helena Bonumá é coordenadora geral do projeto de fomento à RESF – Guayí.

população, articulando segmentos produtivos e integrando-se em arranjos sustentáveis em processos de desenvolvimento local, bem como se organizando e se qualificando para participar com mais peso de ações econômicas que contribuam com a construção de uma outra economia.

De parte da ação do Estado, para que isso aconteça, é necessária a ampliação das compras públicas de bens e serviços da economia solidária, permitindo a instituição de um mercado público socialmente orientado. Também é necessário investimento produtivo na economia solidária como forma de fomento efetivo para possibilitar seu fortalecimento econômico. Portanto, entendemos que a economia solidária pode cumprir um papel importante no desenvolvimento de alternativas econômicas de maior envergadura, mas para isso é necessário uma estratégia para sua qualificação técnica, seu fortalecimento produtivo e comercial e para a ampliação de seu enraizamento social, e de sua sustentabilidade. Isso exige outro nível de fomento aos empreendimentos que passa pelo investimento nas políticas públicas de economia solidária e em seus espaços institucionais, nas esferas de gestão e em seu movimento de representação. Enquanto isso não acontece na dimen-

são que seria necessária para um salto econômico que afirmasse a economia solidária e o trabalho associado e autogestionário como parte importante de uma alternativa real ao desemprego estrutural e à precarização do mercado capitalista, vamos batendo nos nossos limites sem conseguir avançar.

Por fim queremos afirmar que a economia solidária também é fundamental por recuperar, nos princípios do trabalho autogestionário e da solidariedade, os valores necessários para a sustentação de novas práticas sociais e econômicas, e por trazer, da experiência concreta que realiza, além da diversidade que nos caracteriza como povo, a energia, a capacidade de organização e o conhecimento necessários para contribuir para um desenvolvimento inclusivo, sustentável e solidário. E isso requer experiências exitosas, o aprendizado com os erros, acúmulos e sistematizações que demonstrem que é possível. Requer o trabalho solidário e compartilhado, a troca de experiência, a construção conjunta de conhecimento, de significados e de resultados, num permanente aprendizado. Como entidade de apoio, assessoria e formação, somos parte deste processo, estamos imersos em sua construção e este é o sentido do fomento à RESF.

## A economia feminista: uma abordagem estruturante

A economia feminista e sua relação com a economia solidária é um eixo estruturante das ações do projeto que desenvolvemos. Neste tema partimos do acúmulo da luta – prática e teórica – do feminismo, do qual nos reivindicamos.

Ser homem ou ser mulher não depende só do sexo com que se nasce, mas de assumirmos papéis que há milênios vêm sendo ditados pela sociedade como masculino e feminino e que subordinam as mulheres aos homens: a subordinação da metade da humanidade, que é também mãe da outra metade. Esses papéis estão relacionados à forma como a sociedade se organiza para produzir e viver. O feminismo propõe a superação desta subordinação, não para inverter os papéis e subordinar os homens, mas para garantir direitos iguais numa sociedade justa e solidária.

No capitalismo, a lógica do mercado tem como objetivo central o lucro em detrimento do bem-estar da sociedade. Assim, desvaloriza o esforço necessário para a reprodução humana, para a preservação e os cuidados com a vida, o trabalho doméstico e todo o trabalho realizado fora da lógica mercantil/monetária, o que tem sido responsabilidade das mulheres pela divisão sexual do trabalho consolidada ao longo da história. Isso tem pelo menos duas consequências: a desvalorização do trabalho das mulheres e a desconsideração com as necessidades básicas para a produção da vida.

Quando as mulheres vão para o mercado de trabalho, vão a partir deste “lugar” que a sociedade lhes delega, sendo consideradas como trabalhadoras de segunda categoria. Há muitos dados que apontam a desigualdade entre homens e mulheres em relação ao trabalho: os homens ganham em média mais para realizar a mesma função, as mulheres são a maioria entre os trabalhadores informais (aqueles sem carteira assinada, portanto, sem direitos garantidos), e entre os desempregados. Os cargos de chefia são, em geral, ocupados por homens e as tarefas realizadas majoritariamente por mulheres acabam sendo mais desvalorizadas. Soma-se a isso a dupla jornada que faz com que as mulheres, independentemente de trabalharem fora, sejam as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e os cuidados com a família, acarretando uma jornada de trabalho cotidiana maior do que a dos homens. Em casa, no campo, no mercado de trabalho ou na economia solidária, a invisibilidade do trabalho das mulheres revela esta desvalorização e é parte importante deste contexto de desigualdade.

O feminismo tem questionado esta situação, denunciando o patriarcalismo nas relações econômicas e o caráter abstrato da teoria econômica, afastada de uma parte importante da realidade concreta de produção da vida. O movimento feminista enfatiza a importância do trabalho reprodutivo e doméstico, da criação dos filhos,

dos cuidados necessários para a vida das famílias, como trabalho socialmente necessário e, no entanto, invisibilizado e desvalorizado, deixado sob responsabilidade das mulheres. Como alternativa, propõe a economia feminista como uma profunda transformação, que integre todas as dimensões da vida – reprodutivas e produtivas – tendo como princípio básico o bem-estar e a satisfação das necessidades humanas, a sustentabilidade e a preservação da natureza, a igualdade entre homens e mulheres e a inclusão da solidariedade nas relações e nas estruturas econômicas, contribuindo com um mundo de justiça e igualdade que tanto precisamos e queremos construir.

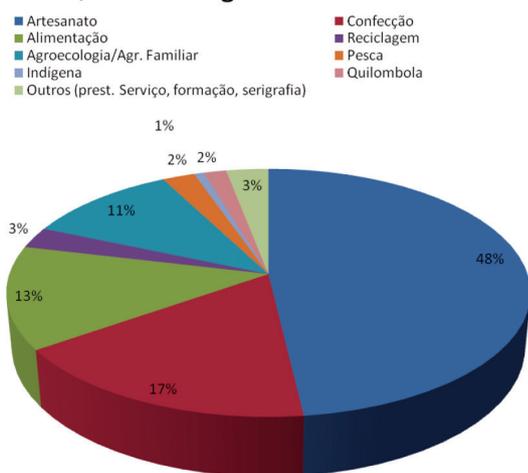
A economia solidária tem muito a ver com isso. É uma antiga prática socioeconômica de resistência e de produção autogestionária dos meios necessários para se viver, que ressurgiu no Brasil, de forma mais expressiva, nos anos

90, como resistência ao agravamento da exclusão resultante das políticas neoliberais. Propõe uma forma alternativa de organizar a produção, concebendo as relações de trabalho e o consumo a partir de princípios da solidariedade, da sustentabilidade e da autogestão. As mulheres têm uma presença expressiva nesta construção. No entanto, a economia solidária não está isenta de reproduzir as contradições próprias do modelo capitalista no qual ainda está inserida – o machismo e a discriminação das mulheres são algumas dessas contradições. Portanto, o debate e a relação entre a economia solidária e a economia feminista se fazem necessários para que possamos avançar na superação da desigualdade entre homens e mulheres, construindo uma sociedade que assuma para si, como base do processo econômico e do desenvolvimento, a produção e o cuidado com a vida em todas as suas dimensões.

## O projeto de fomento à RESF – Rede de Economia Solidária e Feminista

O projeto de fomento à Rede de Economia Solidária e Feminista, desenvolvido pela Guayí, tem uma dimensão nacional voltada à articulação em redes de cooperação de empreendimentos majoritariamente de mulheres (mapeados por nós no Projeto Brasil Local) para seu fortalecimento e sustentabilidade, a partir da ação de Bases de Economia Solidária e Feminista, com o apoio de parcerias locais, em nove estados (RS, PR, SP, RJ, DF, PE, CE, RN e PA), abrangendo as cinco regiões do país.

Quadro de Segmentos Produtivos Nacional



A Guayí, como resultado de uma rodada de discussão em nível nacional, e em cada um dos estados com empreendimentos com os quais trabalhamos no **Brasil Local**, apresentou o Projeto para a Senaes através de Chamada Pública 04/2012, assumindo o desafio formulado coletivamente e, a partir de então, nos dedicamos a constituir um desenho metodológico adequado aos objetivos de ar-

ticulação e fomento à RESF que nos propusemos realizar.

Nos valem do acúmulo e dos resultados da metodologia que desenvolvemos no Brasil Local (mapeamento e linha da vida dos empreendimentos, ficha individual das trabalhadoras, oficina de formação, discussão da divisão sexual do trabalho e a elaboração de narrativas, dentre outros instrumentos), o que contribuiu com uma leitura mais de perto da realidade desses empreendimentos e das mulheres, com a visualização de que a situação vivida pelas mulheres da economia solidária, de norte ao sul do Brasil, era muito parecida. Apesar das diferenças culturais e da ampla diversidade encontrada na produção, os empreendimentos eram similares em sua pouca estrutura e nas dificuldades que enfrentam tanto de gestão quanto de produção, comercialização e, principalmente, dificuldades de logística e financeira. Também eram similares na resistência, na criatividade e nas capacidades que as mulheres mobilizam para fazer frente às adversidades. Assim, no diálogo com os empreendimentos, nos resultados coletados na aplicação de alguns instrumentos e nos momentos de elaboração coletiva do projeto, foi se afirmando um quadro de análise desta realidade e um desenho metodológico para atuar sobre ela, com a energia renovada de uma construção com muitas mãos, muitas mentes e corações.

Nesse percurso trabalhamos na articulação de **24 redes/ arranjos** produtivos locais, a maioria constituída a partir da ação do projeto, que passaram a integrar a RESF no seu percurso de auto-organização, e que, somadas, abrangem **220 empreendimentos**; atuamos na construção de conceitos e metodologia adequados para as especificidades dos empreendimentos de mulheres e organizamos um banco de dados que já foi disponibilizado para o Observatório

## Metodologia de assessoramento técnico para fomento à RESF

- **PASSO 1:** Formação das bases de ecosol feminista.
- **PASSO 2:** Termo de adesão dos empreendimentos à RESF.
- **PASSO 3:** Diagnóstico de cada empreendimento.
- **PASSO 4:** Ficha de Informação da Trabalhadora – FIT.
- **PASSO 5:** Reconhecer e definir o desenho as redes, arranjos ou cadeias a partir das afinidades e potencialidades dos EES: descrição / funcionamento das redes.
- **PASSO 6:** Formação dos Conselhos Gestores das Redes Locais e da RESF Nacional.
- **PASSO 7:** Estudo de viabilidade econômica e associativa de cada rede.
- **PASSO 8:** Paisagem comercial das redes e ICADSOL dos empreendimentos.
- **PASSO 9:** Articulações para qualificação técnica.
- **PASSO 10:** Articulação de parcerias locais.
- **PASSO 11:** Construção, debate e aplicação dos indicadores feministas.
- **PASSO 12:** Construção do plano de sustentabilidade de cada rede e da RESF Nacional.
- **PASSO 13:** Projeto de investimento elaborado coletivamente na RESF e apresentado ao BNDES.

de Ecosol/Senaes/Dieese; constituímos um instrumento básico de geoespacialização da rede ([www.ecosolfeminista.com.br](http://www.ecosolfeminista.com.br)); produzimos indicadores feministas com os quais discutimos na rede, produzindo informações sobre a mesma, o que, juntamente com o banco de dados, está em análise para a elaboração de duas publicações que possam registrar e socializar esses acúmulos; trabalhamos para a constituição de um Conselho Gestor em cada rede e o Conselho Gestor Nacional da RESF, fortalecendo a autogestão como eixo central de articulação da Rede, e finalizamos o projeto com a elaboração de um Plano de Sustentabilidade de cada rede e do Plano de Sustentabilidade da RESF Nacional; trabalhamos na elaboração de uma paisagem das estratégias e ações de comercialização das redes, na organização de atividades de comercialização em rede, na capacitação para comercialização, em experiências de compras públicas, na inclusão dos empreendimentos no CADSOL acompanhando, como rede, os avanços na construção do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SNCJS; organizamos capacitação técnica em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, na área da agroecologia, e com o Pronatec, em diversas modalidades, além da parceria com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres – SPM/PR para fortalecer o processo organizativo da rede. Todo este trabalho foi realizado a partir da articulação de Bases de Ecosol Feminista nos estados, atuando de forma orgânica com a RESF, articulando muitas parcerias e vivenciando momentos importantes de intercâmbio com várias redes e parceiros diversos, bem como participando dos fóruns e do movimento de economia solidária.

Tendo como eixos estruturantes o **feminismo** e a **economia solidária**, participamos na construção da III Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), com as conferências temáticas livres de economia solidária e feminista nos nove estados onde temos a rede organizada, tendo como resultado uma ampla formulação de propostas para os quatro eixos da Conferência, que acabam constituindo um referencial atualizado de propostas das mulheres da economia solidária. Esse conjunto de formulações foi impresso e amplamente distribuído, sendo apresentado em diversos espaços de participação da economia solidária, incluindo as conferências territoriais e estaduais. Na Conferência Nacional participamos ativamente dos debates apresentando nossas propostas, sendo muitas delas aprovadas, o que vem significando um reconhecimento da própria RESF. Também participamos da elaboração do Plano Nacional, da afirmação da Política Pública de Economia Solidária e do próprio movimento.

Nossas referências pedagógicas para a política de assessoramento técnico, além do embasamento da educação popular, buscou articular quatro dimensões estratégicas:

1. Formação política para autogestão, economia solidária e feminista e articulação em rede;
2. Assessoria técnica para gestão, autogestão, construção de indicadores feministas e articulação em rede;
3. Apoio à qualificação técnica, à organização da produtiva e aos processos de comercialização;

#### 4. Apoio à integração com parcerias e com outras políticas públicas.

##### A RESF em números

- 220 EES
- 24 redes Locais
- 72 municípios
- Nove estados
- Cinco regiões

Em todo esse percurso, participamos de momentos de formação, de aprendizado coletivo e de troca de experiência, de construção de conceitos, símbolos, critérios e instrumentos, num rico processo que integrou as bases de Ecosol Feminista e as redes que formam a RESF, fortalecendo o Conselho Gestor Nacional da Rede. Em diferentes momentos de nossa construção, fizemos o esforço de representá-la numa mandala que demonstra a complexidade e a riqueza do processo que estamos tecendo e que, com o passar do tempo, foi se transformando, evidenciando seu processo vivo de permanente construção (Fig. 1).

Nosso esforço de produção de uma metodologia de assessoramento técnico voltada ao fomento da RESF, no debate com vários acúmulos teóricos, experiências concretas e diversas parcerias e, principalmente, na elaboração coletiva e na prática da própria Rede, nos qualifica para enfrentar os desafios postos pelas necessidades de seu desenvolvimento. Da mesma forma, a aposta que fazemos na construção dos conselhos gestores das redes/arranjos que a RESF integre, e do Conselho Gestor Nacional da Rede como o espaço decisivo para sua construção, em que aprendemos a autogestão e amarramos os “nós” que nos sustentam. Também salientamos, como elemento estruturante deste processo, a constituição de identidade e de pertencimento, e o fortalecimento dos símbolos constituídos coletivamente e dos vínculos organizativos, afetivos e solidários que nos unem: além da dimensão econômica, são os bens intangíveis que amarram nossa rede.

Nossa experiência com o Projeto de Fomento à RESF também evidencia um conjunto de limites e fragilidades que todos os atores da economia solidária – a política pública, os empreendimentos e as entidades de apoio, cada um em seu âmbito – ainda enfrentamos para dar respostas aos desafios de afirmar a economia solidária como atividade econômica concreta com capacidade de dar respostas efetivas e se instituir como alternativa de trabalho e renda para amplos segmentos da população, bem como para se adensar como alternativa de desenvolvimento sustentável e solidário. Para a continuidade do trabalho de fomento à RESF, projetamos sua ampliação e fortalecimento pro-

duativo e comercial como rede nacional, apontamos para a necessidade de avançar nessa construção, buscando efetivar possibilidades concretas para garantir a qualificação produtiva e de gestão das suas redes e empreendimentos, para ampliação de mercado para seus produtos, visando sua viabilidade econômica. Consideramos que o que realizamos até agora foi importante e necessário, mas precisa de continuidade e aprofundamento para que, constituindo processos mais permanentes no tempo, possamos contribuir para mudanças efetivas na qualidade da situação. Com a organização em redes de cooperação queremos também articular demandas comuns de empreendimentos diferentes, como o assessoramento e qualificação técnica, mecanismos e estratégias comuns de acesso a mercado, estruturas logísticas para melhoria da capacidade produtiva dos empreendimentos, atendimento aos aspectos legais e de comunicação, possibilitando que, organizados e articulados, esses empreendimentos possam ampliar seu poder de gestão sobre os resultados das diversas etapas do processo produtivo, obtendo renda mais justa pelo trabalho realizado. Diagnosticamos a necessidade de aprofundar a capacitação técnica e metodológica de nossas bases para responder aos desafios do próximo período.

Construímos coletivamente na rede um projeto para captar investimento visando criar condições estruturais e técnicas para desenvolver estratégias para comercialização nacional dos produtos da RESF, que encaminhamos ao Fundo Social do BNDES, com quem mantivemos dois anos de contatos e reuniões, sem que o processo tenha se efetivado. Permanece, portanto, em aberto a construção dessas condições. O Brasil é a 7ª economia do planeta, não podemos nos conformar que nossas mulheres, jovens e comunidades quilombolas não consigam acessar melhores condições para alavancar seus processos produtivos.

Queremos salientar ainda a importância do papel das bases, das companheiras(os) que nos estados estiveram à frente dessas atividades num verdadeiro trabalho coletivo de fiar e tecer, colocando luz no que muitas vezes é invisível. Realizamos vários momentos coletivos de discussão de nossa metodologia, refletindo sobre os cuidados necessários para desenvolvê-la, sobre o uso dos instrumentos de apoio, com orientações metodológicas que permitiram a construção de referenciais comuns para o desenvolvimento das ações no quadro da diversidade de situações que compõe a Rede de Economia Solidária e Feminista. Parte importante dessa construção é a articulação de diversas parcerias com entidades, movimentos, universidade, governos, como os projetos específicos firmados com a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM/PR) e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que permitiram a qualificação do trabalho realizado. Nessa caminhada, tivemos a presença orientadora, questionadora e efetiva da Senaes como parceira, e da ADS-CUT, como articuladora do conselho gestor dos





## **MOC** MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

### **ARCO SERTÃO BAHIA** EXPERIÊNCIA E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ECONOMIA

**A** experiência socializada nesta edição é um dos múltiplos frutos da caminhada do Movimento de Organização Comunitária (MOC) nos seus quase 50 anos de existência. Sempre foi preocupação do MOC o incentivo e organização dos agricultores para processar e comercializar seus produtos.

Este texto é resultado de uma construção coletiva da Rede Arco Sertão e de múltiplos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) filiados. Foi elaborado utilizando a metodologia de oralidade com depoimentos e registros em fotos. A linha do tempo aqui registrada foi delineada a partir do relato dos momentos marcantes ao longo da sua existência.

Deste modo os fundamentos, a trajetória, as aprendizagens, os desafios e as perspectivas traduzidos neste texto, refletem a vida dos grupos e aqui são socializados na perspectiva da construção de uma outra economia, possível.

Este caminho, nem sempre o mais fácil ou o mais rápido, é sem sombra de dúvidas o mais efetivo e eficiente para a construção de políticas adequadas às demandas das comunidades e a dimensão da participação dos cidadãos.

O propósito aqui é socializar a experiência metodológica/pedagógica da Rede Arco Sertão para que possa ser utilizada como instrumento de construção e proposição de políticas públicas que contribuam para o fortalecimento da Economia Solidária.

Em 2017, a Arco Sertão Bahia completou 15 anos de existência. Este tem sido um tempo de amadurecimento e fortalecimento da Rede junto aos seus empreendimentos e associados. Para isso a Rede tem promovido ações estratégicas de qualificação para seus integrantes, da comercialização de produtos da agricultura familiar, facilitado o acesso ao Fundo Rotativo Solidário (FRS), e dinamizado a realização de projetos próprios dos grupos.

## **Um caminho na busca de soluções**

O fortalecimento da agricultura familiar e das organizações coletivas de produção, serviço e comercialização sempre foram temas presentes na reflexão dos agricultor@s. Na nossa região, esse processo envolveu entidades não governamentais, instituições públicas, sindicatos, cooperativas, associações de agricultores familiares e outras organizações. Gerou-se o consenso e a decisão pela institucionalização de uma entidade que pudesse acoplar as cooperativas e associações existentes nos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, no âmbito dos processos de comercialização.

Historicamente, um dos grandes problemas das entidades da agricultura familiar era a falta de comercialização dos produtos. Para dinamizar o processo de comer-

cialização, especialmente nos assentamentos de reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) incentivou a criação de Agências de Comercialização denominadas “Arco”. Na Bahia, esta caminhada contou com apoio do Movimento de Organização Comunitária (MOC). “O MOC sempre esteve presente nas causas em prol do fortalecimento da agricultura familiar, por isso nos engajamos neste caminho e até hoje estamos na busca de soluções que nos levem à superação deste entrave”, relata Gisleide do Carmo Carneiro, coordenadora do Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários, do MOC.

Em dezembro de 2002 foi constituída a Agência Regional de Comercialização da Bahia (Arco Sertão



Bahia), com intuito de articular e promover o desenvolvimento social, político e econômico dos empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária. Durante 10 anos a instituição esteve sediada em Valente/BA, com a parceria da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira. Hoje a Arco tem sede no município baiano de Serrinha.

Atualmente são 35 EES filiados, alguns oriundos do



Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (Pronager)

A Arco Sertão atua com a representação político-institucional nos diversos espaços de discussão de política e de representação da agricultura familiar e economia solidária e está à frente de uma base de serviços, ofertando suporte técnico nas áreas de produção, gestão e da comercialização de produtos.

## Arco multiplica os caminhos e amadurece

Enfrentando grandes desafios, especialmente a dificuldade de gerar trabalho e renda de forma coletiva, a Arco Sertão Bahia sempre esteve atenta para a importância da produção do conhecimento pelos seus associados. Com apoio do MOC, criou oportunidades para que representantes dos empreendimentos conhecessem experiências exitosas pelo Brasil, no Sudeste e Sul do Brasil. Essa troca e intercâmbio de conhecimentos foram estratégicas no caminhar metodológico da rede.

Essa estratégia metodológica tem sido considerada como “marco inesquecível” pelos participantes. Ao lado de criar oportunidades para a produção de conhecimento pelos agricultores, a Arco Sertão Bahia empenhou-se em ocupar, entre outros, os seguintes espaços políticos: Fórum Baiano de Economia Solidária e Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável (Codes) do Sisal e da Bacia do Jacuípe; Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário; Coordenação do Fórum Estadual e Nacional de Economia Solidária; Conselho Estadual e Nacional de Economia Solidária, Câmara Técnica Estadual de Comercialização; Fórum Interterritorial de Mulheres da Região Semiárida da Bahia; Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar (Secafes); Fórum Estadual da Agricultura Fa-

miliar e o Grupo de Acompanhamento do Programa de Aquisição de Alimentos (Gapaa Estadual).

Os dirigentes da rede também ocupam cargos em diretorias de diversas entidades a exemplo da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e da Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia.

A Arco fortalece e dinamiza igualmente a integração dos empreendimentos em rede. Este aspecto é considerado pela presidente da Arco Sertão Bahia, Eleneide Carneiro, como a fórmula de fortalecer e aumentar a comercialização em escala e produção, fator que “melhora a vida de cada um”.

A participação em eventos é outro aspecto muito valorizado. Para os empreendimentos assessorados, o 8 de março deixou de ser apenas comemorativa e se tornou um marco de luta das mulheres, que celebram, conquistam e protestam por uma vida mais digna e decente, marcando presença nas Conferências Territorial, Estadual e Nacional com temas ligados a Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Se olharmos aspectos da metodologia e do trabalho pedagógico e político, importa também refletir e des-

taçar os vários caminhos e possibilidades que a ARCO vem abrindo para o desenvolvimento, para cada empreendimento e para cada agricultor e agricultora. Esses caminhos são tanto mais importantes quanto não são excludentes entre si e sim Inter complementares.

Na sequência refletimos sobre alguns deles.

### **a) A Arco e a comercialização**

Comercializar sempre se constituiu num desafio para a agricultura familiar. Vencer este desafio se estabeleceu numa história de pequenos e grandes feitos e marcas. O ano de 2005 foi marcante pela articulação dos empreendimentos para a constituição da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e, por conseguinte, da UNICAFES Bahia, numa demonstração da organização e força do cooperativismo. Foi em especial um ano de grande avanço nas comercializações propostas pela Arco Sertão Bahia, uma vez que marcou o início da experiência com o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, em parceria com a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, de Valente, vendia derivados do leite caprino.

No mesmo ano também foi aberta uma loja de produtos dos EES, tendo o artesanato como a maioria dos produtos. Localizada em Feira de Santana, a loja contou com apoio da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e do Movimento de Organização Comunitária (MOC). Gerida pela Arco, todos os sábados um representante dos EES visitava a loja para vivenciar e compreender a dinâmica do mercado. Inicialmente satisfatória, esta experiência logo começou a apontar dificuldades de manutenção.

Trabalhar com o PAA foi importante e, em 2006, muitos dos EES filiados passaram a acessar o PAA a partir da experiência da Arco Sertão Bahia com o apoio de assessoria do MOC. A Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus foi uma das primeiras da Rede a fazer a experiência, abrindo portas para a grande maioria dos EES.

### **b) Criação e inovação**

O papel da rede de comercialização Arco Sertão Bahia, com sua identidade definida por meio do selo “**Riquezas do Sertão**”, vem incorporando informações aos produtos dos empreendimentos sobre a origem e qualidade, buscando ampliar o entendimento e o reconhecimento do público consumidor quanto às vantagens do consumo de produtos originários da agricultura familiar, enfatizando as relações sociais justas no processo produtivo, a qualidade e o respeito ao meio ambiente.

A Arco Sertão Bahia desenvolve, também, ações

para garantir a ampliação do acesso ao mercado, destacando a participação em feiras e eventos. A agência se mantém presente nos mais importantes espaços de comercialização e promoção dos produtos da agricultura familiar e economia solidária realizados no país, a exemplo das Feiras Nacionais da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Fenafra), realizadas em Brasília, e das feiras estaduais da agricultura familiar e economia solidária.

Na região, vale destacar a Feira Solidária, intitulada “II ExpoMulher 2011”, executada no shopping de Feira de Santana, fruto do convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) executado pelo MOC e que contou com a participação das redes Arco Sertão Bahia, Cooperede e seus filiados, envolvendo diretamente 80 empreendimentos econômicos solidários.

Na sua grande maioria os EES filiados à Arco Sertão tem garantido a inserção direta de produtos nos mercados institucionais, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

### **c) Desenvolvimento de projetos próprios**

Como gestora principal e/ou em parceria com organizações como o MOC, ao longo da sua trajetória a Arco Sertão Bahia desenvolve projetos com temas e metas voltados para o fortalecimento, a sustentabilidade e a visibilidade social dos empreendimentos através da autogestão no acesso aos mercados. Em 2008, dois convênios firmados com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/PPIGRE) e com a Companhia Nacional de Abastecimento (PNUD/Conab) fortaleceram as ações de gestão, produção e comercialização para os empreendimentos formados por mulheres, além de articular e mobilizar empreendimentos em rede para comercialização para o mercado institucional no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Para atender às demandas dos empreendimentos econômicos solidários que compõem a rede Arco Sertão, posteriormente outros convênios foram firmados com a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (Setre), entre os quais se destaca o Projeto Tecer Solidariedade, que ampliou o Fundo Rotativo Solidário para apoio na estruturação dos Empreendimentos filiados.

### **d) Fundo rotativo solidário**

Em 2008, a Arco Sertão Bahia discutiu a importância de construção e implantação de um Fundo Rotativo Solidário (FRS) para os empreendimentos econômicos solidários. Efetivamente, as condições inadequadas das



instalações onde funcionavam os empreendimentos, as dificuldades burocráticas cada dia maiores do crédito oficial e a falta de experiência dos agricultores dos empreendimentos no acesso e gestão de créditos direcionados para as atividades do grupo, foram as razões básicas para a criação deste Fundo Solidário. Outras razões foram a ausência de capital de giro, a inexistência e/ou insuficiência de equipamentos para as atividades produtivas.

Em debates no coletivo regional da Arco Sertão Bahia, a avaliação feita pela maioria dos/as agricultores/as apontava as seguintes razões para não se acessar o crédito oficial: por um lado existia o medo de acessar o crédito, seja via bancos oficiais ou cooperativas de crédito, pois se sentiam incapazes em fazer a autogestão dos recursos e garantir o pagamento das parcelas; por outro, o fato de terem que pagar taxas relativamente altas para abrir contas nos bancos oficiais ou integralizar cotas para se tornarem filiadas às cooperativas de crédito. E não possuíam esses recursos.

A partir desse debate que a Arco Sertão começou a buscar alternativas para essa demanda, filiando-se ao Conselho Gestor do Fundo Rotativo (Cogefur) e debatendo nos espaços políticos as demandas de apoio ao Fundo Rotativo Solidário para a região.

Da troca de experiência com outras entidades que desenvolvem o Fundo Rotativo Solidário nos territórios do Sisal, Portal do Sertão e Bacia do Jacuípe, que em 2010 nasceu o Fundo Rotativo Solidário da Arco Sertão Bahia, apoiado pelo Banco do Nordeste do Brasil e ampliado, em 2012, pelo convênio com a Secretaria de Trabalho, Emprego Renda e Esporte do Estado da Bahia.

O FRS é autogerido por uma Comissão Gestora formada por representantes dos EES filiados à Arco Sertão, tendo seu regimento interno construído coletivamente por estes mesmos Empreendimentos. O acesso ao Fundo é realizado a partir das orientações contidas



no Regimento Interno do Fundo Solidário e o monitoramento feito bimensalmente pela Comissão Gestora, que presta contas ao coletivo de EES trimestralmente.

Essa experiência com o Rotativo Solidário Baiano permitiu à Arco Sertão Bahia ficar entre as finalistas e ser certificada pelo Banco de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil, em sua 7ª. Edição/2013.

### **e) Evolução para uma central de comercialização**

Na linha de suas estratégias e buscando fortalecer a articulação dos empreendimentos a ARCO constituiu, em maio de 2011, a Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária Arco Sertão (Arco Sertão Central). Esta Central nasceu referência na missão de vender, prestar serviços e fortalecer as cooperativas e o desenvolvimento sustentável. A Central atuando em rede fortalece a participação política e propõe ao governo um espaço para a junção e distribuição dos produtos da agricultura familiar e economia solidária. Assim surgiu também a ideia do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

A Arco Sertão Central seria responsável pela gestão do galpão denominado Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária, inaugurado em março de 2013 por iniciativa dos EES organizados em rede, com apoio do Programa Vida Melhor no Campo, desenvolvido conjuntamente com os Governos Estadual e Municipal (Serrinha/BA), além da assessoria direta do MOC. Localizado às margens da BR 116, a três quilômetros do centro da cidade de Serrinha, a estratégia tem o propósito de apoiar a comercialização em rede dos produtos da agricultura familiar e economia solidária, dentro de uma proposta inovadora que dá competitividade, maturidade e dinamização aos empreendimentos.

O Armazém é um preposto regional. Atualmente são

67 Empreendimentos Econômicos Solidários (cooperativas e associações) filiadas da Arco Sertão Central nos vários cantos da Bahia. Elas comercializam seus produtos e os vendem ao Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) através do Armazém, além das vendas diretas aos visitantes e turistas no *showroom* que funciona de forma permanente junto com uma lanchonete de produtos típicos da agricultura familiar. O espaço conta com uma unidade armazenadora de produtos secos, congelados ou refrigerados, auditório para eventos de formação, cozinha, refeitório e salas para os técnicos e diretoria.

Diversos produtos dos EES filiados vêm sendo comercializados no Armazém: hortifrutigranjeiros, derivados do leite, derivados da mandioca, derivados de frutas, derivados do milho, amêndoas, cereais e mel, artesanatos em tecido, fibra, cipó, palha, barro e couro. São produtos tanto para venda no varejo quanto no atacado, mediante a representação comercial regional que são efetivadas. A possibilidade de exposição vem garantindo a ampliação de mercados e renda para os empreendimentos e a oferta de variedade de produtos aos diversos mercados.

## Uma leitura conclusiva

Finalizando este relato nos contamina a alegria de um interessante e frutuoso caminho que foi trilhado, na solução de um dos espinhosos problemas da agricultura familiar: a comercialização dos seus produtos.

Retomamos, aqui, alguns aspectos que nos parecem substanciais na experiência da **Arco Sertão** e que demonstram a viabilidade e importância da comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Sintetizando elementos dessa estrada vemos que ao longo do tempo a Arco Sertão Bahia vem assumindo o papel de representação político-institucional dos EES filiados nos diversos espaços de discussão de política e de representação da agricultura familiar e economia solidária. Isso significa construir políticas. Além disso, é uma base que contribui para a melhoria da produção, infraestrutura e logísticas dos empreendimentos filiados, através de captação de projetos próprios ou no apoio e incentivo na elaboração de projetos para os empreendimentos.

Não é à toa a conquista do espaço próprio de comercialização gerida pela Arco Sertão Central. Isso se deu porque a central conseguiu se mostrar viável na contribuição para oferta de grande variedade de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar, na qualificação e compra coletiva de insumos, no acesso a mercado dos Empreendimentos Econômicos Solidários, melhor apresentação dos produtos a partir da compra coletiva em aquisição de embalagens.

Os EES e seus integrantes sentem na Arco um apoio substancial para seus caminhos, uma entidade que os representa, que veste suas camisas, quer ver e incentiva seus crescimentos sem se substituir aos mesmos.

Entretanto, apesar dos avanços ainda existem muitos desafios a serem superados pela rede Arco Sertão. Muitos deles envolvem questões externas, como a dependência dos programas institucionais e políticas públicas dos governos nas três esferas, e estes estão sujeitos a diversos fatores, que vão desde a redução e cortes

de verbas destinadas a esses programas até casos de ingerência política.

Desafio enorme, dependendo de fatores externos e internos, é a venda de produtos de origem animal. Entre os Empreendimentos da Arco são poucos que entram no beneficiamento da carne e do leite.

Os produtos da agricultura familiar têm ainda de enfrentar o preconceito de sua capacidade de entregar produtos, com qualidade, quantidade e prazo.

A Arco entende a necessidade da qualificação contínua de seus produtos, mas muitas vezes esse processo esbarra em burocracias vinculadas aos sistemas legislativos pertinentes a cada setor produtivo. Seja pela ausência de legislações mais condizentes com a realidade de pequenos produtores, seja por deficiência nas estruturas das entidades reguladoras, como por exemplo, contingente insuficiente de profissionais nessas entidades. E por último, mas não menos importante, os elevados custos para que essas exigências sejam cumpridas.

Assim, podemos afirmar que é bonita, frutuosa e importante a caminhada da Arco. Ela conseguiu melhorar a vida de muitos agricultores e agricultoras e até mesmo tornou mais viáveis determinados Empreendimentos. Abriu um leque de possibilidades para os Empreendimentos filiados não só no campo institucional como no comércio municipal, estadual e até nacional, através de participação em Feiras, colocando nas prateleiras os produtos da terra que tiveram que conquistar espaços anteriormente rejeitados, inclusive incentivando a busca desses mercados e mudando a apresentação dos produtos, além de qualificá-los. Mas a caminhada ainda é longa e tortuosa para ocupar mais e mais o mercado da alimentação escolar e das compras institucionais e até mesmo dos mercados.

A Arco vive da teimosia e da esperança de um mundo diferente e mais justo. E como já fez muito nesta estrada, temos a certeza de que fará mais e ainda mais.



## UNAS UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES DOS MORADORES DE HELIÓPOLIS E REGIÃO

**A** UNAS – União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região – nasceu em Heliópolis, da luta pela posse da terra, no início da década de 1980, fundada e administrada pelas lideranças comunitárias. Atualmente desenvolve ações nas áreas da habitação, educação, cultura, esportes, saúde, assistência social e comunicação social, ressaltando o trabalho com crianças e adolescentes, rádio comunitária, informática, medidas socioeducativas para jovens em conflito com a lei e a influência na geração de políticas públicas na cidade de São Paulo.

Localizada na zona sudeste a 6 quilômetros do centro da capital e próxima do ABC Paulista, Heliópolis abrange uma área de 1 milhão de metros quadrados, de propriedade da Cohab-SP, e possui moradias diversificadas: barracos, casas de alvenaria e prédios de 10 andares (Cingapura-Cohab), formando a maior favela do estado de São Paulo.

Com cerca de 200 mil habitantes, 51% dessa população são de crianças e jovens entre zero e 25 anos; 85% dos moradores migraram da região Nordeste do país e, 50% possuem apenas quatro anos de estudo. Heliópolis possui, ainda, um número significativo de crianças e adolescentes fora do ensino regular, enfrentando condições subumanas. Grande parte da população vive da economia informal e muitas famílias são lideradas por mulheres, a maioria sozinha e com filhos. Recentemente, por meio de pesquisas, encontramos 120 famílias de catadores, sobrevivendo dos resíduos sólidos gerados pela população de Heliópolis.

A UNAS é dirigida por lideranças comunitárias de Heliópolis e militantes da área social. A entidade tem em seu quadro advogados, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, totalizando **450 educadores populares** e tem por missão “contribuir para transformar Heliópolis e região em um bairro educador, promovendo a cidadania e

o desenvolvimento integral da comunidade”.

A UNAS é uma entidade sem fins lucrativos decretada de utilidade pública municipal, estadual e federal. Tem seu trabalho reconhecido na cidade de São Paulo, no Brasil e internacionalmente, tendo recebido o prêmio Betinho de Cidadania, concedido pela Câmara Municipal de São Paulo. No ano de 2004 recebeu o Prêmio Menção Honrosa Itaú Social pelo seu trabalho nas áreas de educação e cultura. Pela sua atuação na rádio comunitária foi agraciada, em 2005, pela Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA) com o troféu Cidadania, e pelo Ministério da Cultura com o prêmio Asas, em 2010. Em 2014 recebemos da Biblioteca Nacional o prêmio Contando Heliópolis, concedido a Biblioteca Comunitária de Heliópolis, que também foi premiada em 2010 com IX Prêmio de Biblioteconomia Paulista Laura Russo, promovida pelo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB). Dentro do seu planejamento atua em três eixos estratégicos: **formação, políticas públicas; e desenvolvimento institucional.**

### Princípios

- Autonomia
- Responsabilidade
- Solidariedade
- Escola como centro de referência na comunidade onde está inserida
- Tudo passa pela educação

### Objetivo

Contribuir para a organização dos moradores por meio da mobilização social e ações de parceria, visando a melhoria da qualidade de vida, a superação da pobreza e miséria, promovendo a cidadania e a inclusão social.



## Economia solidária

Heliópolis hoje é uma comunidade onde já se pratica economia solidária entre seus moradores: a maioria cria, produz e consome dentro da comunidade promovendo o fortalecimento e desenvolvimento do comércio local.

Por meio do projeto **Redes Passos para a Sustentabilidade** com apoio da **Agência de Desenvolvimento Social (ADS)**, a economia solidária vem se colocando como instrumento de promoção do desenvolvimento humano social e econômico (geração de renda) das famílias e dos pequenos empreendimentos econômicos de Heliópolis cujos proprietários aprendem a criar, gerir, comercializar e consumir de maneira mais solidária e menos capitalista.

Heliópolis é a terra das oportunidades e também da vulnerabilidade, essas formações visam à inserção no mercado de trabalho de pessoas que, muitas vezes, o sistema capitalista exclui ou precariza. Temos aqui alguns exemplos: as mulheres que não podem exercer uma atividade com horário fixo por conta dos filhos pequenos; idosos que precisam de uma atividade que seja

remunerada, mas que se respeite suas condições físicas; os jovens que precisam de oportunidades para o primeiro emprego e de uma boa formação para a inserção no atual cenário econômico e social em que vivemos; sem contar, os jovens que cumprem medidas socioeducativas, que enfrentam mais dificuldades pois, em um dado momento da vida acabaram escolhendo outros caminhos e, assim, não tiveram oportunidades de estudar e se capacitar para o mercado tradicional, tornando a sua entrada no mercado de trabalho mais difícil.

Através a economia solidária é possível que os exemplos citados sejam inseridos no mercado econômico sem que haja exploração, fortalecendo uma relação mais justa e solidária entre o produtor e o consumidor.

Atualmente, o projeto Redes, em parceria com a ADS, vem contribuindo de maneira indispensável para promover a valorização e fortalecimento das ações de fomento da economia solidária e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários locais de Heliópolis e região.



**A** Unisol Brasil, fundada em 2004, é uma associação civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujo fundamento é o compromisso com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Sua missão é organizar, representar e articular, de forma ampla e transparente, as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, resgatando e promovendo a intercooperação, a igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável.

O **projeto Redes** é de abrangência nacional e tem como objetivo: “Implementar ações de apoio às Redes de Cooperação Solidária nos processos de gestão, planejamento e controle social, buscando ampliar e qualificar a estratégia de desenvolvimento territorial com

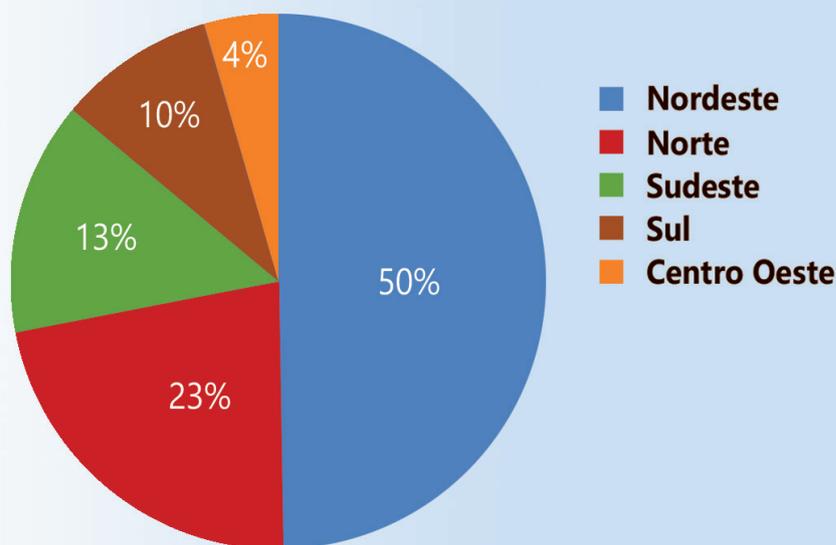
foco na dinâmica do Programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal.”

Em sua primeira fase de implantação foram 11 redes, com 35% das ações executadas e com as seguintes dificuldades: contratação, profissionais capacitados e comprometimento com o projeto.

Na segunda fase do projeto houve a alteração no plano de trabalho o que ocasionou algumas mudanças como novas orientações da Senaes/MTE, contratações CLT x consultoria PJ, Plano de Rede e inclusão de novas redes.

Após as mudanças a segunda fase do projeto tem como foco em comercialização e produção, a saída de duas Redes e a chegada de oito novas Redes, bem como as novas coordenações.

### Distribuição dos EES por região



## A dispersão geográfica das redes



Na **primeira fase** do projeto aconteceram as seguintes atividades:

- Encontro geral – Elaboração do projeto – Outubro de 2012
- 16 redes convidadas – 1 interlocutor por rede
- 12 redes participantes do encontro
- 11 redes inscritas no projeto
- 121 EEs inscritos, porém apenas 107 com declaração
- 5410 trabalhadores
- Todas as regiões do Brasil
- Comunidades tradicionais
  - Indígenas
  - Comunidades quilombolas
  - Extrativistas
  - Ribeirinhos(as)
  - Pescadores(as) artesanais
  - Assentamentos de reforma agrária e fundo de pasto

### Os primeiros passos do projeto

- Planejamento e definições estratégicas
- Reunião com todas as redes em 27/03/13
  - Parametrização
  - Procedimentos técnicos e administrativos
  - Apresentação de proposta por metas por rede

### Metas

- Aumentar faturamento das redes em 15% ao final do projeto.
- Aumentar o nº de EES atendidos pelo projeto em 30%
- Desenvolvimento de 2 produtos / serviços por cada Rede .
- Desenvolver 5 atividades comerciais inter-redes.
- Aumentar para 16 as redes beneficiadas.

### Novas metas

- Parcerias e novos negócios.
- Atendimentos para inovação.
- Atendimentos técnicos.

### Os avanços no redes

- 10 planos de trabalho aprovados.
- Sistemas adequados e ferramentais concluídos.

### Desafios

- Superar a dificuldade de identificação de demandas.

- Superar a dificuldade nas contratações.
- Superar a dificuldade de utilização dos sistemas (Sicaf e Siga) por parte dos EES.
- Instigar a proatividade para operacionalização dos Planos de Trabalho.



Agrovida – AM



Justa Trama – RS



Olhares do Sul – RS



Vale Circuito – MG



Rede Copacaju – CE



Casa Apis – PI

## CRONOGRAMA

Rede	UF	PLANO DE REDE	PRODUTO	INÍCIO	FIM
Copacaju	CE	X			
Ecouni	SC	X			
Justa Trama	RS	X			
Olhares do Sul	RS	X			
Caaf	BA	X			
Sete Barras	SP	X			
Vale Circuito	MG				
Sabor Natural do Sertão	BA	X			
PTS Brasil	SC	X			
Agrovida	AM	X			
Apaeb Feira	BA	X			
Baixo Acre	AC	X			
Casa Apis	PI	X			
Guaribas	PI				
Solidária do Mato Grosso	MT	X			
Tarumã	AM	X			
Ubasol	SP				
Copacaju	CE	X			
Ecouni	SC	X			
Justa Trama	RS	X			
Olhares Do Sul	RS	X			
Caaf	BA	X			
Sete Barras	SP	X			
Vale Circuito	MG				
Sabor Natural do Sertão	BA	X			
PTS Brasil	SC	X			
Agrovida	AM	X			
Apaeb Feira	BA	X			
Baixo Acre	AC	X			
Casa Apis	PI	X			
Guaribas	PI				
Solidária do Mato Grosso	MT	X			
Tarumã	AM	X			
Ubasol	SP				
Guaribas	PI				
Solidária do Mato Grosso	MT	X			
Tarumã	AM	X			
Ubasol	SP				



## UNICAFES

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE  
AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

### A UNICAFES E A AÇÃO COM REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

**A** União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) foi fundada em junho de 2005 com a missão de tornar o cooperativismo um instrumento de desenvolvimento local sustentável pelo fortalecimento dos agricultores e agricultoras familiares, provendo a inclusão social, articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos, da melhoria de qualidade de vida, da manutenção da biodiversidade e da diminuição das desigualdades.

A Unicafes se apoia por meio de serviços, às cooperativas no desenvolvimento de suas iniciativas econômicas e na expansão e consolidação do cooperativismo na agricultura familiar e economia solidária. No seu quadro de formação estão cooperativas divididas em cinco ramos: crédito, produção, trabalho, comercialização e infraestrutura da agricultura familiar e economia solidária.

No V Congresso Nacional da Unicafes, ocorrido em maio de 2017, estiveram presentes representantes de sua base social para uma reflexão da atual conjuntura, buscando afirmar e reafirmar posições da Unicafes; definir estratégias a serem adotadas no enfrentamento da crise que abateu o país e o mundo; debater os rumos a serem dados para que aconteçam avanços no desenvolvimento institucional; e estratégias representativas da organização.

No mesmo Congresso, a Unicafes reafirmou os princípios universais do cooperativismo solidário, ampliou o debate sobre formas de equilibrar o crescimento organizacional com o controle e a participação social; afirmou a prevalência das ações com base nas necessidades humanas e na solidariedade; negou os imperativos da ordem econômica ou financeira estabelecidos pelo ca-

pitalismo, pela sua essência excludente e exploratória; analisou e “redefiniu” as linhas orientadoras para concretização do “Projeto Coletivo de Desenvolvimento”, com interação e complementaridade organizacional entre os ramos e a consolidação da gestão social participativa dos indivíduos e famílias que compõem esse sistema cooperativo.

Para melhor orientar os processos de seu fortalecimento político e organizacional, a Unicafes Nacional definiu oito campos estratégicos para o novo período.

- A atuação em redes de cooperação como caminho para fortalecer as relações econômicas, sociais e políticas das associadas.
- O desenvolvimento de parcerias institucionais como estratégia de fortalecimento das ações internas e das relações da Unicafes com outras lutas próximas às do cooperativismo solidário.
- A expansão e qualificação do quadro social.
- A definição de mecanismos para a construção da sustentabilidade financeira.
- A formação e o assessoramento técnico como processos educativos fundamentais na formação de dirigentes e fortalecimento do corpo de associados.
- A defesa de políticas prioritárias.
- A atuação com ramos estratégicos e a priorização de agenda estratégica para avançar no marco legal para o cooperativismo solidário da agricultura familiar.

Por sua natureza jurídica e pela construção de princípios capazes de incorporar um papel social, político e econômico, as cooperativas se constituem a forma mais viável para centralizar as ações de compra e venda em



maior escala; e apoiar, nestas atividades, as associações e grupos informais.

Mesmo com as limitações legais e tributárias as cooperativas se constituem a melhor opção as organizações que necessitam realizar atividades econômicas mais complexas, sem abrir mão de um papel como agente político dentro dos territórios para a defesa da agricultura familiar. Porém, isoladamente, as cooperativas tendem a apresentar limitações e insuficiências para o adequado posicionamento nos mercados e nas suas realidades sociais. Essa é a justificativa econômica que motiva a instituição a adotar a ação em rede como uma das suas principais estratégias de atuação.

No modelo cooperativo atual, o conceito de redes de cooperação solidária se desponta como componente para dar mais solidez às relações entre as diversas organizações envolvidas em torno da agricultura familiar e economia solidária, e, também, como elemento harmonizador dos diversos níveis e portes de organizações supraterritoriais, evitando que estruturas mais complexas, de dimensões regionais ou nacionais, imputem hierarquias que desconstruam os processos de autogestão como característica fundamental do cooperativismo solidário.

A organização de redes de cooperação solidária favorece, assim, a adoção de formas mais horizontais de relacionamento entre as diversas cooperativas, contribuindo para a constituição de centrais, federações e confederações que funcionem como instrumentos para ampliar as capacidades técnicas, comerciais e políticas das cooperativas no fortalecimento da agricultura familiar brasileira.

Desde seu III Congresso, a Unicafes afirma:

**“Um aspecto fundamental que caracteriza o cooperativismo solidário é a sua opção pela gestão local articulada através da estruturação em rede. Tal escolha pressupõe a construção das grandes diretrizes norteadoras da**

**ação (missão, estratégias, planos e projetos) a partir de formulação de consensos que se formam de baixo para cima e contam com ativa participação dos atores. As ações são executadas de forma descentralizada havendo espaço para a inovação e para a autogestão adaptada às especificidades e características locais”.**

As redes cooperativas facilitam também o acesso às políticas públicas, incentivam o processo de organização social e econômica nos diferentes níveis. De um lado, elas ampliam a escala produtiva e a capacidade de captação de recursos; de outro, reduzem os custos financeiros e dos serviços (jurídicos, contábeis, formativos). Além de aproximar as organizações dos seus beneficiários, as redes estimulam a responsabilidade solidária, elemento chave no exercício do controle social e na gestão participativa.

São várias as formas de organização em redes. Algumas das mais presentes na Unicafes são as que se originam a partir da necessidade de assumir a governança de cadeias produtivas. Os elos que aglutinam a transformação, distribuição e comercialização são os que em geral assumem a governança das cadeias produtivas e nem sempre os entes que as predominam são organizações da economia solidária.

A organização em redes fortalece o conjunto dos empreendimentos e os estimula a avançarem, ocupando os demais elos da cadeia e assumindo sua governança. Só assim se torna possível a prática de um comércio justo que distribua as riquezas aos integrantes de toda cadeia de valor.

Pelo reconhecimento do papel das redes no fortalecimento das relações internas, sejam elas de caráter econômico ou de fortalecimento das identidades (redes de jovens, mulheres etc.), a Unicafes, em seu V Con-

**gresso Nacional**, orientou o fortalecimento da atuação de suas filiadas em redes de cooperação solidária, bem como a ampliação de iniciativas de projetos estaduais e nacionais que fortaleçam a organização de redes, que promovam intercâmbios e acordos socioeconômicos, para o fortalecimento da agricultura familiar em contextos de menor ou maior abrangência.

Paralelamente ao fortalecimento das redes de cooperação, a Unicafe assume a necessidade de inovar nas formas de organização territorial, busca ampliar a construção de tecnologias sociais que permitam maior viabilidade estrutural às redes constituídas e prioriza a reconstrução de formatos institucionais que garantam maior diversificação, com foco na consolidação das redes

As redes possuem a potencialidade de ajudar a base social no fomento ou reconstrução dos arranjos produtivos vinculados a agricultura familiar. No contexto atual, vive-se a crise de alguns sistemas produtivos que eram considerados prioritários para a sustentabilidade produtiva desse segmento, sendo fundamental realizar debates das redes territoriais para construção dinâmica e criativa de novas iniciativas produtivas, alternativas que permitam a agricultura familiar manter viva sua dinamicidade produtiva e capacidade no cuidado o meio ambiente e promoção do desenvolvimento local.

A organização local com articulação em redes territoriais pode ser considerada um dos grandes diferenciais organizativos do Sistema Unicafe. Essa estrutura garante relações de proximidade marcadas pela horizontalidade e participação ativa dos atores sociais; portanto, o Congresso reafirmou a necessidade de fortalecimento das redes de cooperação como mecanismo de geração de renda, construção e defesa dos diferenciais organizativos, culturalmente presentes nas dinâmicas territoriais.

A agricultura familiar brasileira é composta atualmente por mais de quatro milhões de famílias, distribuídas por todos os estados e, segundo dados da FAO, é responsável por 70% da produção de alimentos da cesta básica. Apesar de sua contribuição para a segurança alimentar do Brasil, a agricultura familiar é composta por uma população que se encontra, na sua maioria, em situação de pobreza ou extrema pobreza, pela dificuldade de converter em renda o resultado de seu trabalho.

Em uma análise superficial, é possível dizer que a agricultura familiar tem dificuldade em agregar valor ao seu trabalho, devido a problemas no proces-

## As experiências mostram que empreendimentos que se organizam em redes passam a ter maior oportunidade de êxito em seus pleitos

samento de sua produção e na comercialização. A ausência de assessoramento técnico, fragilidade no processo organizacional, pouca qualificação e falta de acesso aos meios de produção e comercialização são fatores que contribuem

para a baixa renda. Apesar de produzir, os pequenos agricultores entregam sua produção aos conhecidos “atravessadores” por preços extremamente baixos. As cadeias produtivas em que estão inseridas são governadas pelos demais agentes que dominam o conjunto dos segmentos e exploram o elo da produção, onde se encontra a maior parte da agricultura familiar.

Apesar da crise que afeta significativamente as populações rurais, as famílias que conseguem se organizar coletivamente passam a ter maior oportunidade de melhoria na qualidade de vida, no entanto, de forma geral, ainda aquém do necessário. Mesmo organizadas em cooperativas, as famílias enfrentam dificuldade na produção, industrialização, comercialização e acesso a políticas públicas. Possuem pouco acesso ao crédito, a um assessoramento técnico adequado a sua realidade, a processos formativos nas mais diversas áreas de necessidade, dentro outros.

As experiências mostram que empreendimentos que se organizam em redes passam a ter maior oportunidade de êxito em seus pleitos. Através da escala e diversidade de oferta obtida, conseguem atender demandas de mercado maiores e por tempo mais prolongado; melhoraram seus custos de produção com as compras coletivas, passam a obter melhor e mais consistente renda durante períodos mais prolongados do ano. Essa estratégia vem se mostrando como uma alternativa para melhorar o aperfeiçoamento dos sistemas de produção, sua verticalização através do processamento e uma sustentável inserção nos mercados institucionais e privados.

É grande a dificuldade para a organização em rede, principalmente para grupos descapitalizados, cuja condição para a formação e animação dos processos organizacionais é extremamente difícil. É preciso dedicar tempo, e os encontros e reuniões para construção das identidades requerem custos com deslocamento, hospedagem, alimentação. Necessitam também de processos formativos, de assessoramento técnico e realização de estudos que fundamentem e organizem seus planejamentos. Sem apoio público, é muito difícil avançar em tão importante processo organizativo.

## Projetos visando ao empoderamento local

A Unicafes acredita na estratégia de organização de redes de cooperação solidária e busca alternativas para poder aperfeiçoar e ampliar sua experiência. Com essa crença, estabeleceu, via Convênio 776.122/2012 firmado entre Unicafes/Senaes, projeto que se encontra em fase de finalização, no qual foi possível a formação de grupos organizados em redes, com resultados positivos.

São várias as possibilidades de acessar recursos públicos e privados, desde que se tenham as condições necessárias para organização das demandas e elaboração de projetos com fundamentação técnica e viabilidade financeira; que possam ser construídos de forma participativa expressando os desejos das bases. Projetos que verticalizem as atividades produtivas através da implantação de agroindústrias e acesso a mercados. Que deem oportunidade para a inclusão de mulheres e jovens estancando o êxodo rural. Que sejam alternativas geradoras de renda e fundamentadas em um processo de produção sustentável, agroecológica, com relações justas entre as partes envolvidas. São essas iniciativas que possibilitam às cooperativas assumirem os processos de governança das cadeias e quebrar os ciclos de dominação de agentes externos ao cooperativismo.

Com a estruturação dos sistemas de produção, industrialização e comercialização se torna possível planejar e assumir a governança das cadeias de valor e distribuir os ganhos. São medidas determinantes para a quebra da hegemonia de grupos econômicos que se beneficiam de forma exploratória do trabalho da agricultura familiar. São oportunidades de vivenciar um sistema de comercialização justo e solidário. Sistemas que permitam a certificação da produção agroecológica e do comércio justo. Esses processos de certificação, somados à marca da agricultura familiar, da reforma agrária, da economia solidária e de um desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, fazem a diferenciação dos produtos a serem inseridos no mercado.

As cooperativas que adotam a estratégia de organização em redes de cooperação solidária são oriundas de territórios rurais, cujos pleitos foram e são discutidos em colegiados territoriais. Territórios cujos colegiados fazem a gestão social do seu desenvolvimento, que possuem planos de desenvolvimento e no qual os projetos da Unicafes e suas cooperativas se integram, bem como integram-se com planos territoriais de desenvolvimento e com as instituições públicas e privadas que trabalham sob os princípios da economia solidária.

A Unicafes investe em projetos que sejam continuidade de uma proposta de empoderamento de populações cujas famílias estão, em sua grande maioria, em

situações de riscos diversos. São projetos que ampliam e qualificam a participação de jovens e mulheres. São propostas voltas à geração de trabalho e renda com oferta de produtos saudáveis para os grupos de consumo e populações urbanas.

Entre os vários resultados obtidos no projeto com a Senaes, implementado a partir de 2012, destaca-se a elaboração dos planos de negócios sustentáveis nas redes e cadeias produtivas; a identificação das fortalezas e ameaças; indicando também suas estratégias de gestão e comercialização; aprimoramento dos conhecimentos e estratégias para atuação, entre outras. As informações oriundas dos planos de negócios são base para o aprofundamento dos temas e fortalecimentos das relações entre os componentes das redes e suas bases, como também com as outras extremidades, seja em relação à fornecedores de insumos, necessários para o bom desempenho destas, mas também em relação a consumidores solidários.

A Unicafes atuou ainda junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) para fortalecer a atuação e inserção de mulheres nos processos de autonomia socioeconômica. Desenvolveu projeto em parceria com o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com foco no fortalecimento da participação das mulheres nos processos autogestionários, que culminou com a formação de um coletivo de mulheres dentro da Unicafes, que atua como uma rede política e de defesa dos interesses econômicos. Essas iniciativas fortalecem a determinação de continuidade no apoio a esse segmento.

Resultados concretos já podem ser visualizados a partir das diversas parcerias firmadas. Por meio do Convênio com a Senaes foram fomentadas e fortalecidas um total de 40 redes de cooperação solidárias e quase duas centenas de cooperativas da agricultura familiar e economia solidária. Foram realizados, inicialmente, estudos especializados para reconhecimento e prospecção sobre redes de cooperação solidárias em cada um dos vinte estados de abrangência.

Tais estudos possibilitaram identificar desafios e oportunidades na organização social e econômica das cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, apontar para a articulação em redes de cooperação que engloba diversas cadeias produtivas, arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários. Com os estudos prontos, foram realizados seminários em todos os 20 Estados envolvidos na ação e definiram-se quais as 40 redes de cooperação solidárias seriam fomentadas e fortalecidas.

O passo seguinte foi a elaboração do planejamento estratégico das redes, contendo caminhos para constituição, fomento, fortalecimento organizacional, político, administrativo, social e comercial; articulando serviços e estratégias para comercialização de produtos e serviços da economia solidária, aprimorando ações em nível local, regional e estadual. Foram contratadas assessorias estaduais para animação e articulação das redes; prestar assessoramento técnico gerencial com orientação aos processos de organização da produção e comercialização; captação de recursos para fomento das ações das redes; ações especializadas para desenvolvimento de produtos e marcas; negociação e abertura de oportunidades de acesso ao mercado, principalmente mercados institucionais como os do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Historicamente, a comercialização representa um grande desafio ao desenvolvimento da agricultura familiar. Ao longo dos últimos anos a Unicafe empreendeu esforços para fortalecer o acesso de suas redes aos mercados institucionais, fomentados pelo PAA e PNAE.

A metodologia adotada envolveu:

- A participação em reuniões, encontros, seminários e intercâmbios promovidos pelo poder público com a presença das cooperativas.
- O levantamento de dados de cooperativas e de seus produtos; subsidiar as redes no que se refere à comercialização solidária para o público do projeto.
- A assessoria às redes na elaboração de projetos comerciais.
- O desenvolvimento de estratégias de comercialização solidária para as redes.
- A articulação e diálogo com os diferentes atores do cenário nacional.

Foram realizadas reuniões com órgãos governamentais com vistas a organizar o processo de licitação de compras de organizações da agricultura familiar; articulação com as redes para apresentarem propostas de cotação de preços para chamamentos públicos de compras institucionais; organização para participação das redes na qualidade de expositoras, em seminários e eventos de compras institucionais; recebimento e organização de amostras de produtos das associadas para divulgação com fins comerciais; orientação para as redes e cooperativas para o credenciamento no Sistema

## Embora resultados significativos tenham sido alcançados, a avaliação geral é de que as redes se encontram ainda em um estado de produção e comercialização em maturação

de Compras da Agricultura Familiar (Sicaf); sistematização de informações de produção das Redes com base em diagnóstico e planos de negócios elaborados.

Complementarmente ao conjunto de trabalhos desenvolvidos, a Unicafe percebeu a necessidade de realizar consultorias espe-

cializadas para sanar lacunas e desafios identificados que foram comuns nos diferentes estados e redes. Para isso, contratou consultoria para propor a organização de uma **Central de Inteligência Comercial**, visando atender a estratégia de dinamização da comercialização das cooperativas organizadas em redes de cooperação.

Assim, foram elaborados 40 projetos para a prospecção de novas estratégias de comercialização; realizado estudo de logística solidária para as redes; elaborado um catálogo de produtos das redes e realizados estudos para aprimoramento das estratégias de comercialização a partir das demandas dos planos de negócios e de cadeias; proposição de programa de formação de agentes de desenvolvimento com foco em comercialização e finalmente desenho de uma proposta de modelo de organização cooperativa que análise e sugira propostas de organizações singulares até as nacionais.

Tais consultorias tiveram efeito catalizador para o fortalecimento e organização das redes. Foi potencializado o acesso das redes solidárias a novos canais de comercialização (pontos fixos de comercialização, a exemplo do Armazém do Campo, em São Paulo, e do Box da Central do Cerrado, no Mercado de Pinheiros, também em São Paulo, comercializando produtos das várias redes apoiadas pelo projeto); muitos contratos de comercialização junto ao poder público, por exemplo o contratado no montante de aproximadamente R\$ 7 milhões, resultado da chamada pública no 001/2016 do Ministério da Defesa, por redes e cooperativas da agricultura familiar e economia solidária.

Embora resultados significativos tenham sido alcançados, a avaliação geral é de que as redes se encontram ainda num estado de produção e comercialização em maturação, sendo necessário dar continuidade a ações para consolidar processos para a sustentabilidade dessas redes. Assim, um conjunto de novos projetos propõe a continuidade das ações de assessoramento técnico no campo da comercialização e da organização das redes, e inovar visando a superar lacunas que ainda não foram suficientemente trabalhadas.

Um grande desafio que demanda o aprofundamento de estratégias está na capacidade de gestão e governança das redes. A vivência até agora experimentada vem

apontando para essa necessidade. A Unicafes busca alternativas para a contratação de consultorias especializadas, que possibilitem uma atuação diretamente junto às suas redes, realizando planos de ações imediatas, processos formativos e um conjunto de estratégias para que as cooperativas possam ter melhores condições e autonomia no acesso aos mercados.

Questões importantes a serem enaltecidas em novos projetos é a comunicação e o marketing das redes. O catálogo de produtos elaborado no projeto da Unicafes/Senaes foi um rico processo que proporcionou muitos debates sobre a identidade visual das redes e dos produtos, ficando evidente a necessidade de desenvolver processos que aprimorem este trabalho. O fortalecimento da atuação em redes passa pela **disponibilização de serviço de comunicação para dar visibilidade e transparência às ações de suas redes**; e, fundamentalmente, pelo conhecimento e reconhecimento das singularidades e complementaridades entre cada uma das cooperativas e das redes entre si.

Portanto, uma etapa fundamental deve ser o desenvolvimento de mapa interativo, com dados e informações sobre as redes, cooperativas e produtos, indicando sua localização no mapa do Brasil, facilitando a identificação de produtos, territórios/comunidade, produtores, serviços, etc. Outro tema estruturante é a constituição da Central de Inteligência Comercial; já iniciado na parceria com a Senaes, porém necessitando ser aprimorado e implementado.

Faz-se necessário, ainda, um processo de formação de agentes locais, nas próprias redes, que assumam a responsabilidade de alimentar a central nacional com informações comerciais da rede e vice-versa. Em uma nova fase a ser constituída, almeja-se focar na ampliação do processo participativo; no aprimoramento dos processos de gestão e comercialização das cooperativas; e na ampliação das oportunidades de trabalho e renda com inclusão de maior número de jovens e mulheres.

Com isso, pretende-se contribuir para a autossustentação das redes, cadeias e garantia de um assessoramento técnico custeado pelos empreendimentos e suas redes. Para essa sustentação, se fará determinante a elaboração e implantação de projetos estruturantes junto a parceiros diversos e a ampliação das receitas de empreendimentos, cadeias e redes. A elaboração de projetos de captação de recursos será um dos trabalhos da assessoria técnica junto às redes.

Enfim, são várias as ações de continuidade e aprofundamento das ações de aperfeiçoamento do trabalho com redes. Para o fortalecimento das capacidades comerciais das cooperativas são necessários serviços para a implementação da já citada Central de Inteligência Comercial, a partir de instrumento desenvolvido em

projeto anterior com as redes. Essa ferramenta aperfeiçoará a gestão das cooperativas e das redes, além de dispor de mecanismos para facilitar as negociações comerciais e o compartilhamento de produções que possam alcançar demandas comuns de mercado.

Finalmente, as redes e cooperativas precisam ser estimuladas em seu potencial comercial também por meio do apoio a sua participação em eventos, feiras nacionais e internacionais, intercâmbios comerciais e rodadas de negócio. Novamente citado, se faz importante um bom assessoramento técnico, nas mais diversas áreas demandas pelas redes de cooperativas com vistas ao fortalecimento de suas articulações, para avançar nos resultados de acesso a mercados e geração/ampliação de renda dos empreendimentos solidários.

As ações de assessoramento deverão ser implementadas por equipe multidisciplinar, com metas e cronograma para atendimento às demandas dos EES e cadeias produtivas organizados em redes de cooperação solidárias. Essa equipe técnica, ao longo do seu trabalho, tem a missão de permitir o desenvolvimento de processos que gerem receitas, que propiciem a sustentabilidade e autonomia das redes. Para isso, organizará as demandas dos EES e suas redes, visando sua estruturação e captação de recursos (capital de giro e investimentos) através dos processos organizativos, formativos e de planejamento das demandas.

A partir das ideais e relatos de resultados aqui apresentados, a Unicafes expressa o trabalho em redes com um de seus eixos estratégicos na construção de um Sistema Cooperativista forte, eficaz e solidário. A busca por apoio para aperfeiçoamento, expansão e consolidação dessa estratégia é uma prioridade definida na instância maior da Unicafes e objeto do constante diálogo com organizações públicas e privadas, em especial com as estruturas que trabalham com o tema da economia solidária.



**FOMENTANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM  
ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE ALAGOAS**

Ana Karine Nascimento Pimentel  
Marco Túlio Costa Tenório Cavalcanti  
Elenilza da Silva Santos<sup>1</sup>



O projeto é fruto do Convênio da Secretaria Nacional de Economia Solidária-Senaes, do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE com o **Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares**, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, celebrado em 2014 e almeja o desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais, enquanto Empreendimentos Econômicos Solidários, a partir do fortalecimento organizativo de cadeias produtivas.

As cadeias produtivas foram organizadas a partir de estudos elaborados juntos às famílias assentadas, tendo como prioridade a sua aptidão às condições edafoclimáticas, e o potencial de mercado consumidor para os produtos. Assim, os empreendimentos foram ordenados em linhas produtivas de acordo com o potencial de cada região geográfica do estado. Desse modo, as linhas produtivas foram estruturadas da seguinte forma: apicultura, fruticultura, mandiocultura, cajucultura e a cultura do leite.

Essa divisão tem possibilitado, ao longo da execução deste projeto, articular **41 empreendimentos** com ações de capacitação, planejamento da produção, busca por beneficiamento (agroindustrialização), comercialização e atividades autogestionadas e cooperadas no intuito de potencializar a organização e o trabalho das famílias assentadas a fim de gerarem renda e assim melhorar suas condições de vida.

É, sobretudo, a percepção de que, a partir do planejamento produtivo dos assentamentos, pode-se cons-

truir processos que, de fato, desenvolvam de maneira sustentável essas áreas.

Todas as ações desenvolvidas até o momento visam a estimular a agrobiodiversidade, incentivar a produção de alimentos saudáveis, potencializar o trabalho cooperado, o aperfeiçoamento do conhecimento dentro da agricultura familiar, a utilização de técnicas de manejo com práticas conservacionistas, o fortalecimento da comercialização através de redes solidárias nos territórios como é o caso da rede **Cativeira – Cadeias Produtivas da Reforma Agrária**.

A rede **Cativeira** tem se fortalecido como instrumento de articulação dos empreendimentos da agricultura familiar e possibilitado o intercâmbio de experiências, contribuindo para um processo de superação dos limites e dificuldades percebidos ao longo desse período.

### **Metodologia**

A pesquisa bibliográfica e de campo foi a parte fundamental durante todo o projeto. Por meio dela foi possível fazer um diagnóstico da realidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários e do contexto onde estão inseridos. Foram aplicados questionários com os EES, realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes de órgãos e entidades diretamente ligadas a essa temática e analisados documentos e textos que já abordavam desenvolvimento rural sustentável e também a economia solidária.

Todo trabalho foi realizado em parceria com os con-

1. **Ana Karine Nascimento Pimentel** – Gestora Ambiental do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares **Marco Túlio Costa Tenório Cavalcanti** – Gestor Ambiental do Centro Zumbi dos Palmares **Elenilza da Silva Santos** Administradora do Centro Zumbi dos Palmares.



sultores contratados, a equipe técnica do projeto, os articuladores e os representantes dos empreendimentos e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, o que contribuiu significativamente para a realização das atividades do Projeto.

A equipe técnica, bem como os consultores e facilitadores das atividades do projeto, foram criteriosamente selecionados levando em consideração o acúmulo teórico e atuação na área a fim de se alcançar o maior índice de interação com os beneficiários.

Para garantir maior interação e participação das comunidades, o projeto previu a contratação de oito articuladores que estivessem diretamente ligados aos EES e pudessem acompanhar com maior proximidade o desenvolvimento das ações, mobilizando a comunidade e fazendo a articulação entre os *stakeholders*.

Os articuladores reúnem-se mensalmente em cada empreendimento respeitando a organização local. Em alguns casos primeiro acontece uma reunião com a coordenação para, sucessivamente, ocorrer uma reunião com a comunidade e então por grupos de mulheres e jovens quando é o caso.

Essas reuniões funcionam em um formato de roda de conversa. A opção metodológica “**roda de conversa**” se deu por permitir que os participantes manifestem suas impressões e opiniões sobre um determinado tema, assim como permite explorar as manifestações apresentadas pelo grupo. As rodas de conversas são os encontros onde os participantes interagem emitindo opiniões (IERVOLINO; PELICIONI, 2001).

Já os encontros, oficinas e capacitações foram desenvolvidos através de ferramentas de educação popular que oportunizassem os caminhos de construção do

conhecimento emancipador.

A educação popular foi baseada nos conceitos de Paulo Freire (2005) que, ultrapassando o método, apontam para a intencionalidade da teoria do conhecimento como uma nova construção das relações sociais visando a emancipação. Desta forma, os conteúdos do processo de ensino-aprendizagem não são vistos como objetos acabados (com um fim em si próprio), mas tornam-se sujeitos a reconstrução como parte do processo educativo; a educação passa, então, a ser vista também como um aspecto cultural, (Freire, 1981) avançando na didática clássica que se dispõe na relação professor – “ensinador” e aluno – aprendiz.

No que concerne ao fórum, as atividades realizadas durante a execução do projeto contaram com práticas integradoras entre os diversos entes externos e os empreendimentos econômicos solidários. Na ocasião, de maneira interativa utilizando também as ferramentas de educação popular, os participantes, representantes dos EES e das entidades governamentais e não-governamentais, foram levados a discutir os assuntos relativos às políticas públicas e ao desenvolvimento dos EES.

A participação na Feira Estadual da Reforma Agrária culminou num processo de organização maior entre os beneficiários, que hoje já avançaram em participação e organização de feiras locais e regionais. Somente durante a execução deste projeto foram realizadas três feiras estaduais e quatro municipais.

Todas as atividades priorizaram a participação de mulheres e jovens a fim de promover o empoderamento e a inclusão social destes segmentos. Assim, sempre que possível um empreendimento indicava paritariamente seus participantes.

## Resultados e discussões

Em Alagoas, os debates relacionados com a economia solidária têm se destacado nos últimos anos. Neste cenário, ao retomarmos Singer (1999), quando ressalta a economia solidária como possibilidade de transformação do sistema econômico e social a fim de propor um novo modelo de desenvolvimento alternativo e já é possível notar, portanto, o significativo avanço que as ações executadas despontam localmente.

Desde o início das atividades, em 2014, foram realizadas 10 intercâmbios, 15 oficinas, cinco seminários, 60 capacitações, um fórum e uma média de 105 reuniões mobilizando 468 famílias beneficiárias distribuídas em 41 empreendimentos econômicos solidários na zona rural alagoana.

O diagnóstico realizado nos empreendimentos culminou em quatro planos de cadeias produtivas que propunham estratégias de intervenção na realidade do desenvolvimento da agricultura familiar em Alagoas.

Todos os empreendimentos e beneficiários foram incluídos no Sistema de Informações de Projetos da Economia Solidária e fazem parte de um banco de dados nacional que pode ser acessado e servir como base de outros projetos e políticas.

Como produtos da articulação das ações foram criados nove grupos de mulheres e nove grupos de jovens, que se organizam autonomamente em torno das cadeias produtivas e outras questões ligadas ao desenvolvimento local. Através desse projeto conseguiram adquirir uma dinâmica própria e reúnem-se periodicamente.

Os eventos relacionados a cursos e capacitações contribuíram para que os produtores revissem suas práticas em relação aos tratos culturais e manejo de suas atividades produtivas, ao mesmo tempo que con-

tribuíram para estimular as famílias a se organizarem e organizar sua produção para a comercialização por meio dos programas de aquisição de alimentos PAA e de alimentação escolar PNAE, criando, assim, táticas de enfrentamento à figura do atravessador, muito presente no início das ações do projeto. Outra ação que continua dando desdobramentos é a consolidação de quatro cooperativas regionais que aglutina os produtores e começa a se inserir no mercado formal.

A articulação dos empreendimentos possibilitou a criação de uma rede que está em processo de consolidação, mas que já é amplamente conhecida como **Cativara**.

A participação na Feira Estadual da Reforma Agrária animou os beneficiários que já se articulam de maneira ordenada em feiras regionais e locais e exercitam a prática de comércio justo e solidário, bem como os aprendizados construídos nas capacitações para disposição e cuidado com os produtos.

Apesar desse contexto que já apresenta mudanças consideráveis, muitas questões ainda se encontram em aberto. A falta de investimentos em infraestrutura de beneficiamento e comercialização ainda é fator limitante cotidianamente cobrado pelas famílias beneficiárias.

Além disso, a falta da visão estratégica de economia solidária como uma política pública que gera desenvolvimento na agricultura familiar também se apresenta como entrave nesse processo.

O **Centro Zumbi** tem se consolidado como uma incubadora de empreendimentos e criado referência no estado pela atuação harmônica entre os mesmos, o que potencializa a organização em rede e o fortalecimento da economia solidária no âmbito da agricultura familiar.





## Considerações finais

Até o momento é possível perceber muitos desafios para que a economia solidária continue avançando na agricultura familiar em Alagoas. Este projeto já identificou a necessidade de ações estruturantes que possam contribuir no processo de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários da zona rural alagoana. É preciso continuar avançando entendendo que o trabalho na organização da produção é tão importante quanto às relações sociais, a escola e a educação, a capacitação técnica e política, a ciranda infantil e a cultura.

Nos assentamentos faz-se necessário ter investimentos para instalação/ acesso às políticas públicas, articulando-as e potencializando as áreas para o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

Busca-se forjar nos assentamentos a antecipação do novo, a fim de que continuem seguindo a contraposição ao modelo destruidor do agronegócio, através da mudança na matriz produtiva e tecnológica e da produção agroecológica sem o uso de agrotóxicos, rompendo com as formas de produção nocivas a natureza e a vida humana.

Nesse sentido, a cooperação precisa ser uma prática permanente entre os trabalhadores/as, pois, frente ao modelo convencional da agricultura só terão viabilidade os assentamentos se estiver claro para todos os agentes (internos e externos) que é a unidade dos esforços que possibilitará o enfrentamento, a resistência e os avanços para um modo de produção camponês de respeito entre os seres.

## Referências

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 41a ed. São Paulo: Paz e Terra; 2005.

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5a ed. São Paulo: Paz e Terra; 1981

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. **A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde**. Revista Escola de Enfermagem. USP, v. 35, n. 2, p.115-21, jun. 2001.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: P. Abramo. 1999



## EQUIPE TÉCNICA

### Coordenação Geral do Projeto

### Áreas Técnicas – responsáveis

### Redes de Produção Solidária

### Redes de Comercialização Solidária

### Redes de Assessoramento

### Técnico (Bases de Serviço)

### Planejamento

### Educação Popular e

### Economia Solidária

### Técnicos de Campo

### Agentes de Desenvolvimento

### Área Administrativa,

### Financeira e Física do Projeto

### Responsáveis diretos

### Equipe de Apoio à Área Adm.

### Financeira e Física

### Edição, revisão e projeto gráfico

Almir dos Santos Alves (economista)

Dimas Alcides Gonçalves (economista)

Leandro Pereira de Moraes (economista)

Eliane Rosandiski (economista)

Jeferson de Oliveira Souza (sociólogo)

Cláudio Nascimento (educador popular e  
especialista em economia solidária)

Lucimere da Silva Leão (cursista de Adm. Empresas)

Cássia de Souza Ribeiro (graduada em Gestão Financeira):  
coord. administrativa, financeira e física do Projeto  
Júlio Cesar Motta – assistente adm. fin. e físico do Projeto  
(graduado em Educação Física)

Tânia Donizeti Senson – assistente adm. fin. e física do  
Projeto (cursista em Gestão Empresarial)

Meriam Martins Silva e Fernando de Jesus Oliveira  
(cursista em Contabilidade)

Editora Limiar ([www.editoralimiar.com.br](http://www.editoralimiar.com.br))



Coordenador Geral  
**Ari Aloraldo do Nascimento**

Coordenador  
Administrativo Financeiro  
**Aparecido Donizeti da Silva**

Coordenadora de Formação  
**Edjane Rodrigues Silva**

Coordenador de Crédito  
**Antonio Carlos Spis**

Coordenadora Adjunto  
**Maria das Graças Costa**

Coordenador Adjunto  
**Marco Antonio A. Pimentel**

Conselho Fiscal  
**Jasseir Alves Fernandes**  
**Antonio Souza Ribeiro**  
**Eduardo Lírio Guterra**

Tiragem 500 exemplares | Distribuição gratuita | autorizada a reprodução parcial do conteúdo desde que citada a fonte,

Este Caderno é parte do conjunto de publicações gerado a partir da execução das ações do Projeto "Redes: Passos Para a Sustentabilidade", executado pela Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, tal qual exposto no Projeto Base que é parte integrante do Convênio 00028/2.013 – SICONV 782975/2.013, firmado entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (Senaes/MT) e a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS.



## REDES SOLIDÁRIAS

Passos  
Para a  
Sustentabilidade



